



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

OHANA DE ALENCAR PAGEÚ

**“PARAR UM MINUTO, OLHAR PARA TRÁS E SEGUIR ADIANTE”:
ORGANIZAÇÃO DE MULHERES DO MST NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL**

**FORTALEZA
2017**

OHANA DE ALENCAR PAGEÚ

“PARAR UM MINUTO, OLHAR PARA TRÁS E SEGUIR ADIANTE”: ORGANIZAÇÃO
DE MULHERES DO MST NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P149" Pageú, Ohana de Alencar.
"Parar um minuto, olhar para trás e seguir adiante" : organização de mulheres do MST no assentamento 10 de Abril / Ohana de Alencar Pageú. – 2017.
112 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.
1. Espaço Agrário . 2. Relações de Sexo/Gênero. 3. MST e Assentamento 10 de Abril. I. Título.
CDD 910
-

OHANA DE ALENCAR PAGEÚ

“PARAR UM MINUTO, OLHAR PARA TRÁS E SEGUIR ADIANTE”: ORGANIZAÇÃO
DE MULHERES DO MST NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

Dissertação apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Banca examinadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz (Banca examinadora)
Universidade Regional do Cariri

AGRADECIMENTO

As palavras para agradecer quem me ajudou nesta caminhada é uma das partes mais difíceis. Ninguém faz nada sozinho e as contribuições que nos fortalecem chegam de maneiras bem diferentes. Do cafezinho do tio ou da tia que nos faz acordar para a atividade do dia a dia, até um bom dia ou sorriso, que nos alegra naqueles dias tristes.

Gostaria de iniciar agradecendo a minha mãe Ana Elma que sempre me deu apoio e confiança, sendo uma mulher extraordinária com sua força e uma mãe que está sempre a meu lado.

Ao meu irmão e amigo André que é meu confidente de dores e de sonhos da vida.

Aos meus amigos que são minha "escora" para o cansaço da vida, a sombra dos dias de sol e o sorriso que trás uma esperança de dias melhores.

Ao meu companheiro George que esteve ao meu lado segurando a minha mão e dividindo "a dor e a alegria de ter fé na vida" com muito carinho, além de ter dado grandes contribuições para escrita desta pesquisa.

Aos meus companheiros de luta do MAIS e dos movimentos sociais, que nessa caminhada doa parte de suas vidas pela construção de mundo livre da opressão e da exploração.

A todas as mulheres que me ajudaram e foram inspiração para esta pesquisa, em especial as mulheres do Assentamento 10 de Abril e a Ana Roberta Duarte Piancó, que me deu apoio e incentivo para iniciar esta pesquisa.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que nos ensinam que se pode construir o novo.

Ao meu orientador, José Levi Furtado Sampaio, que ajudou, ensinou, incentivou e se tornou um exemplo de um militante, pesquisador e educador, com seu respeito sobre o pensar do outro e de procurar um saber que olha e se envolve com os de baixo.

Por fim, agradeço a tod@s @s trabalhador@s da Universidade Federal do Ceará, o atendente da biblioteca, as mulheres e homens do serviço gerais de limpeza, aos professores, o motorista do ônibus, enfim, todos que tornam possíveis o funcionamento desta universidade todos os dias.

A todas as mulheres trabalhadoras que enfrentam
a tarefa histórica, de mudar as ideias, o mundo e
livrar toda a humanidade da opressão e exploração.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar como as relações de sexo/gênero estão inseridas no espaço agrário nordestino, tomando como estudo a luta pela terra no Assentamento 10 de Abril, localizado no município de Crato, sendo este o primeiro assentamento organizado pelo MST no sul do estado do Ceará. Esta experiência se insere na complexa realidade do Nordeste, onde esta pesquisa, a partir do lugar das mulheres na construção das relações espaciais do campo, busca compreender o envolvimento do processo político e socioeconômico de acesso a terra com as relações de sexo/gênero. A concepção adotada foi de uma pesquisa qualitativa, onde se trata as diferenciações encontradas nos espaços de luta (acampamento e assentamento), ajudando a identificar as mudanças no entendimento dos trabalhadores/trabalhadoras sobre os lugares historicamente determinados, de homens e mulheres, na esfera privada (ambiente doméstico) e pública (trabalho produtivo e ambiente político), tendo como ponto de partida o protagonismo das mulheres no Assentamento 10 de Abril. Além disso, tratou-se de compreender como o MST atua na desconstrução dessas relações sociais, para a organização dos(as) trabalhadores(as). Realizou-se uma análise bibliográfica sobre o espaço agrário nordestino, as relações de sexo/gênero e a organização dos movimentos sociais, bem como um levantamento da produção teórica do MST. Fez-se uso de entrevistas semiestruturadas com mulheres assentadas e com pessoas que estiveram envolvidas no processo organizativo do Assentamento 10 de abril, além de visitas e entrevistas às instituições governamentais responsáveis pela aplicação técnica dos projetos de reforma agrária e de criação do assentamento. Ao aprofundar-se nas fontes históricas, na realidade e nas análises das entrevistas das mulheres assentadas, percebe-se como o sujeito social feminino possui um duplo enfrentamento: o de lutar por direitos sociais junto à classe trabalhadora e lutar, no interior dessa mesma classe, por espaço político, combatendo a desigualdade de sexo/gênero. Neste sentido, as contradições narradas pelas mulheres do Assentamento 10 de Abril nos trazem as dificuldades enfrentadas por estas no interior dos espaços de luta em obter e permanecer na construção de um espaço produtivo coletivo no assentamento; perceber os avanços pontuais de consciência, a partir da experiência vivida na luta pela terra; de resistir ao avanço do agronegócio e a falta de um projeto real e efetivo de Reforma Agrária Nacional. Assim, o presente trabalho busca reafirmar essa temática como eixo de importante análise geográfica do espaço agrário, conferindo maior conhecimento da realidade para a tarefa histórica de mudar a vida da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Espaço Agrário. Relações de Sexo/Gênero. MST e Assentamento 10 de Abril.

ABSTRACT

The present research seeks to analyze how sex / gender relations are inserted in the northeastern agrarian space, taking as study the struggle for land in Settlement 10 de Abril, located at Crato, it's being the first settlement organized by the MST in the southern state of Ceará. This experience is embedded in the complex reality of northeast, where this research, up to the place of women in the construction of spatial relations in the countryside, seek to understand the involvement of political and socioeconomic access process to the land with relations of sex / gender. The approach adopted was a qualitative research, which dealt with the differences found in the spaces of struggle (camp and settlement), helping to identify changes in workers' understanding of historically determined, of men and women, at private sphere (domestic environment) and public (productive work and political environment), at the starting point, the role of women in Settlement 10 de Abril. Furthermore, to understand how MST acts in the deconstruction of these social relations, for the organization to the workers. It was a bibliographic analysis on the northeastern agrarian space, the relations of sex / gender and the organization of social movements , as well as a survey of theoretical production of MST. Using semi-structured interviews with women and who were involved in the organizational process of the Settlement 10 de Abril, in addition to visits and interviews to government institutions responsible for technical implementation of agrarian reform and establishment of the settlement. As deepening into historical sources, in the reality and reviews of the interviewed women, it is perceived how the female social subject has a double confrontation: the fight for social rights with the working class and struggling, inside this same class, by political space, combating gender / gender inequality. In this sense, the contradictions narrated by the women of Settlement 10 de Abril bring us the difficulties they face within the fight in obtain and remain in the construction of a collective productive space in the settlement; to perceive the advances of consciousness, from the experience lived in the fight for land; in resist to the advance of agribusiness and the lack of a real and effective project of National Agrarian Reform. This way, this paper seeks to reaffirm this theme as the axis of an important geographical analysis of agrarian space, providing greater knowledge of reality to the historic task of changing the lives of the working class.

Key words: Agrarian Space. Sex/Gender Relationships. MST and Settlement 10 de Abril

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa das rotas de expansão do gado no Nordeste	28
Figura 2 –	Mapa da origem dos Moradores do Assentamento 10 de abril.....	71
Figura 3 –	Nota oficial assinada pelos prefeitos da Região do Cariri, sobre a ocupação de terra na Fazenda Caldeirão.....	76
Figura 4 –	Reunião dos trabalhadores e trabalhadoras no primeiro acampamento na Fazenda Caldeirão.....	77
Figura 5 –	Construção dos barracos de lona, por mulheres e homens, no primeiro acampamento na Fazenda Caldeirão.....	78
Figura 6 –	Mulher idosa com mais de 100 anos no primeiro acampamento na Fazenda Caldeirão.....	79
Figura 7 –	Localização do Assentamento.....	82
Figura 8 –	Mapa de declividade do relevo.....	86
Figura 9 –	Casas construídas pelo Projeto São José.....	89
Figura 10 –	Feirinha da ACB, no município do Crato-CE.....	97
Figura 11 –	Agricultora do Assentamento 10 de abril vendendo sua produção.....	98
Figura 12 –	Desenho feito em uma parede no Assentamento 10 de abril.....	98
Figura 13 –	Prédio da antiga creche e da ilha digital do assentamento 10 de abril.....	102
Figura 14 –	Área produtiva da Mandala via projeto SOLARI.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Propriedades e escravos do Cariri (1850 –1884).....	33
Tabela 2 - Escravos Matriculados até 30-06-1881.....	34
Tabela 3 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Área Ocupada – Zonas Fisiográficas do Ceará – 1950.....	37
Tabela 4 - Ocupação do Solo nos Estabelecimentos Agropecuários – Zonas Fisiográficas do Ceará – 1950.....	38
Tabela 5 - População por Sexo – 1940.....	41
Tabela 6 - Ramos de Atividade da População de 18 anos ou mais – 1940.....	41
Tabela 7 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Área Ocupada- Ceará.....	46
Tabela 8 - Ocupações do Processo de Luta Pela Terra e Água.....	74
Tabela 9 - Dados sobre agricultura do Assentamento 10 de Abril.....	87
Tabela 10 - Divisão de atividades produtivas por pessoas.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Associação Cristã de Base
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra Seca
EUA	Estados Unidos da América
FES	Formação Econômica e Social
GEA	Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Agrária
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ESPAÇO AGRÁRIO DO CARIRI CEARENSE.....	24
2.1	Meu malote é um saco e o cadeado é um nó: do Nordeste ao Cariri.....	25
2.2	Caboclo roceiro, das plaga do Norte que vive sem sorte, sem terra e sem lar....	29
2.3	Estrutura fundiária, poder e as mulheres trabalhadoras.....	36
2.4	Desenvolvimento produtivo do campo e a organização de movimentos sociais.....	43
3	GÊNERO E ESPAÇO AGRÁRIO: CAMINHOS E DESCAMINHOS DO MST.....	52
3.1	Criação de espaços políticos.....	53
3.2	Organização do MST e a pauta de mulheres.....	56
3.3	Nenhuma metade a menos: política para as mulheres do MST.....	59
3.4	Acampamento e Assentamento 10 de abril: do espaço estranhado à identidade da terra.....	66
4	“NOS ESTAMOS VIAJANDO E VAMOS CHEGAR EM ALGUM LUGAR”: A FACE FEMININA DA ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL	81
4.1	“Tem mulher usando expora”.....	93
4.1.1	<i>Senhora A</i>	93
4.1.2	<i>Senhora E</i>	95
4.1.3	<i>Senhora Z</i>.....	95
4.2	Conflitos no Assentamento e a ação das Instituições.....	96
4.3	Reforma agrária e a emancipação das mulheres.....	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS.....	112
	ANEXOS A	117
	ANEXOS B	118
	ANEXOS C	119

1 INTRODUÇÃO

Há muito, as relações entre homens e mulheres são objetos de estudos nas pesquisas científicas. Os questionamentos se enveredam desde as suas diferenciações biológicas e, até mesmo, em suas práticas na sociedade¹. Esta pesquisa busca trazer mais uma parcela de contribuição sobre as mulheres e suas relações e construções espaciais. No entanto, antes de aprofundar no objeto de análise, gostaríamos de frisar que esta pesquisa não consiste em uma oposição homem *versus* mulher, mas parte do princípio de que os seres humanos e suas relações estão situados histórica e socialmente materializados no espaço².

Nesse sentido, esta pesquisa visa analisar o espaço agrário brasileiro, propondo-se a trabalhar desigualdade e diferenciações entre os sexo/gênero, de forma concomitante à estrutura agrária concentrada (terras) e excludente (trabalhadores – homens e mulheres). Também busca compor, portanto, os estudos da Geografia sobre o campo brasileiro, aprofundando as análises sobre relações de sexo/gênero na espacialização do movimento social no campo.

A experiência política aqui analisada é a do Assentamento 10 de Abril, resultante de ocupações da luta dos trabalhadores/trabalhadoras por terra situado no município de Crato – CE. Seu recorte espacial carrega grande histórico de resistência a partir de movimentos denominados por alguns autores como messiânicos ou sociorreligiosos, como é o caso do Caldeirão, experiência liderada pelo Beato José Lourenço com a confiança do Padre Cícero, onde trabalhadores(as) camponeses(as) iniciaram uma experiência de produção coletiva e socializada, com uma forte influência da religião cristã, em 1926³.

¹Historicamente temos diversos estudos que abordam esta temática, como vemos em [BEAUVOIR, 1960; KOLANTAI, 1872; WOLLSTONECRATFT, 1759-1797; GOLDMAN, 1917-1936; DAVIS,1982; SAFFIOTI, 1969].

²“Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relações de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também as relações homem-homem e relações mulher-mulher.” (SAFFIOTI, 1994, p. 275-276).

³Para aprofundamento, ler do autor Judson Jorge – Caldeirão e Assentamento 10 de Abril: Passado e presente na luta por terra no cariri cearense, 2010.

Esta é a primeira experiência de ocupação de terra, no sul do estado Ceará, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato (STTRC) e com apoio político e material de outras instituições, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Cristã de Base (ACB), partidos políticos de esquerda, professores e estudantes da Universidade Regional do Cariri (URCA).

O Assentamento 10 de Abril insere-se naquele espaço como um marco de resistência da organização de trabalhadores/trabalhadoras rurais com uma importância imprescindível para a análise geográfica do espaço rural do Cariri cearense, sendo, por isso, objeto de diversas pesquisas que o abordam em suas múltiplas facetas, desde o período da organização e ocupação até o assentamento [SILVA, 2010; PIANCÓ, 1993]. Sendo assim, por que estudar novamente esse *locus*? Será que já não foram esgotadas suas problemáticas? O que ainda possui de inusitado naquele lugar que nos leva a reencontrá-lo como algo interessante e importante para ser analisado novamente?

Pois bem, o caminho de uma pesquisa traz diversos fatos que nos despertam para alguns assuntos. Esta pesquisa é resultado de dois momentos importantes ao longo do caminho da graduação. O primeiro se deu quando podemos nos inserir em diversos movimentos⁴, dentre eles o de mulheres, que nos despertaram para esses sujeitos sociais e como tais sujeitos se inserem na sociedade de classes. Trazendo para uma linguagem geográfica, quais os lugares que esses sujeitos se inserem na produção e reprodução da atual sociedade? O segundo momento importante foi, dentre o arsenal de possibilidades de análise geográfica, nos identificarmos com a Geografia Agrária. A partir daí a união dessas duas inquietações deu-se quando, no ano de 2012, estando em um trabalho de campo pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Agrária (GEA) da Universidade Regional do Cariri, do qual fizemos parte, pudemos tomar conhecimento acerca de muitas histórias que reafirmavam a importância deste Assentamento, sendo as mulheres de lá sempre citadas como suas figuras centrais.

Alguns membros do grupo supramencionado estavam desenvolvendo pesquisas no âmbito da educação contextualizada no Assentamento. Com isso chegamos a auxiliar em algumas entrevistas e pudemos perceber o quanto as mulheres tinham uma prática política

⁴Durante o período universitário participei do movimento feminista e estudantil. Além de poder apoiar a luta pela terra, paralisações de motoristas rodoviários e movimento negro.

atuante na construção daquele espaço, na organização da associação, das ocupações e diálogos com o Estado, para garantir o acesso básico à “construção de casas, barreiros, escolas e demais obras necessárias à vida cotidiana” (PIANCÓ, 1993, p. 27) desde o período da compra, pelo Governo do Estado do Ceará, para a construção do Assentamento 10 de Abril. As propriedades eram a Fazenda Carnaúbas Gerais (1º momento) e Gerais (2º momento), no município de Crato-CE, efetivada no ano de 1992, no governo de Ciro Ferreira Gomes (1991-1994).

Desde então, diversos questionamentos se deram sobre as mulheres que compunham o assentamento: quem eram elas? Como se inseriram centralmente nesta luta por reforma agrária? Qual foi o papel delas? Essas mulheres pensaram, construíram, sentiram, lutaram. Foram sujeitos políticos da construção da ação coletiva que formou o Assentamento 10 de Abril? Com isso, a compilação e a organização das indagações feitas nesse período se dão nesta pesquisa, na busca de complementar a análise geográfica daquele espaço, trazendo como eixo central a discussão de gênero no movimento social rural, sendo este o MST.

Partimos da compreensão que o processo de reflexão teórica dos conceitos fundamentais de uma ciência, para a pesquisa que se inicia, é um momento de grandes dúvidas e insegurança. Entender o caminho da pesquisa é entender o caminho do pensamento: de onde ela parte? De uma realidade objetiva ou das ideias subjetivas que temos sobre a realidade?

Esses questionamentos resvalam na escolha do método de pesquisa, o materialismo histórico dialético, que nos traz a base filosófica para entender a relação homem-homem e homem-natureza, na busca de “apoderar-se” do objeto de pesquisa, de entender os processos dinâmicos daquela realidade, daquele recorte espacial. Segundo José Paulo Netto, em seus estudos sobre o método materialista histórico dialético, a necessidade de ser profundo nas análises do objeto, requer superar a aparência e sua forma. A grande importância é captar “a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar o máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (2011, p. 25).

Para isso, é de suma importância situar o objeto estudado a partir de uma realidade histórica e geográfica, compreendendo-a em sua totalidade⁵. Nesse sentido o conceito de

⁵ “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2012, p.116)

espaço, a partir dos estudos de Harvey [2005; 2015], traz análises da realidade como um processo histórico-geográfico no capitalismo, localizado em um conjunto de relações espaço-temporais: “As relações espaciais e as estruturas geográficas variáveis são acomodadas por ajustes, redefinições externamente impostas de regiões e territórios dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo do processo social” (HARVEY, 2005, p. 140).

O recorte espaço-temporal com o qual trabalhamos é o espaço de resistência desde o período das ocupações (1991), expedição do título da terra para aquele grupo de trabalhadores rurais (1993), o Assentamento 10 de Abril, até os dias atuais. Dentro do coletivo de trabalhadores, reiteramos que o foco central são as mulheres assentadas, na perspectiva de entender o lugar dessas mulheres como sujeito desse processo.

Entendendo os processos históricos e geograficamente situados no tempo e no espaço, nos coloca a reflexão acerca da possibilidade de novas relações espaciais, no âmbito da construção de um novo modelo de organização do campo brasileiro, proposta pelo movimento social, atrelado à construção de novos sujeitos sociais femininos e masculinos.

As análises sobre produção e reprodução do espaço trazem como base a necessidade de entender a formação econômica e social, onde esses homens e mulheres estão inseridos. “É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras e no interior da FES⁶, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim, como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 2005, p.25). Essa compreensão nos ajuda a localizar o nosso objeto de análise no marco da luta pela terra, com suas contribuições específicas que motivam a reflexão sobre o espaço.

A Geografia, com suas inúmeras possibilidades de análise, porém, como um saber socialmente construído, carrega consigo grande parte das ideologias que compõem as relações sociais do atual modelo socioeconômico, dentre elas uma ideologia patriarcal. Entende-se, portanto, que o saber científico não é “neutro”, como bem afirmou Lacoste (1993) sobre a quem serve a Geografia.

Contraopondo-se a esta “neutralidade”, buscamos contribuir para uma Geografia socialmente comprometida e desnudada de preconceitos, que busca corrigir sua histórica miopia e, com lentes de correção, possa enxergar com profundidade os sujeitos sociais

⁶ A categoria Formação Econômica e social, aqui utilizada, se baseia nos estudos que Santos (2005) compreende esta como uma categoria que auxilia na análise espacial, a partir, da "evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso" (p.22).

femininos (mulheres), com seu trabalho não reconhecido, suas cabeças pensantes e como sujeitos ativos na luta de classes, pois “as mulheres também fazem, portanto a história. Parafrazeando Marx, não a fazem, contudo, em condições por elas idealizadas, mas em circunstâncias dadas e herdadas do passado” (SAFFIOTI, 1994).

Nesse sentido, buscamos fortalecer a perspectiva de desconstruir a neutralidade científica, pois não se pode colocar um sinal de igual entre sujeitos com experiências distintas mediadas por relações de poder. Pontuando mais um fator de desigualdade e de uma ciência sem neutralidade. “Por isso mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada com ‘objetividade’” (LÖWY, 1975, p. 11 – 36.)

Para tanto, a localização do Assentamento 10 de Abril e sua especificidade possui uma validade de experiência política, que se dá em dois sentidos: (1) como se configura o caráter de resistência do MST no período de 1990 a 2015 no Brasil e no Cariri cearense; (2) quais os espaços de socialização e apropriação produzidos pelas mulheres assentadas.

A análise parte da tentativa de entender como as relações de gênero se relacionam à realidade de organização do Assentamento, direcionado politicamente pelo MST e, além disso, vê-la como parte da problemática da luta de classes enquanto forma de organização espacial, em um binômio capitalismo - patriarcalismo.

Segundo Tolledo (2012, p. 113) “as ideias dominantes não são outra coisa que a expressão ideal das relações materiais dominantes”. Nesse quadro das relações materiais dominantes, no qual alocamos o patriarcado como um sistema de dominação do homem sobre a mulher, é que se forma uma das bases estruturantes do capitalismo, a exploração do homem sobre o homem⁷. Segundo Engels, “o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (1979, p. 22).

A família patriarcal, pautada na monogamia, surge como forma de controle e organização da esfera produtiva, sendo a unidade familiar a unidade de produção, mantendo

⁷ Segundo Cisne (2014, p. 74) a Saffiotti no seu livro gênero, patriarcado e violência, coloca “dois fatores históricos que marcaram as bases da constituição do patriarcado: 1. A produção de excedente econômico, núcleo do desenvolvimento da propriedade privada e, portanto, do domínio e da exploração do homem sobre homem/mulher, no caso, ainda mais fortemente, sobre a mulher. 2. A descoberta da participação dos homens na procriação dos filhos(as), pois antes isso era entendido como um poder divino das mulheres.”

assim a posse da propriedade e dos meios de trabalho sobre sua descendência consanguínea. Porém, perceberemos que as relações patriarcais que se desenvolvem no Nordeste brasileiro no capitalismo possuem características peculiares à sua formação econômica e social, onde se estabelece com uma função organizativa na divisão social de trabalho, a partir das feições de sexo/gênero e raça, não se restringindo ao controle da unidade produtiva.

Para entender esse processo, como se materializa e se reproduz na realidade agrária do nordeste brasileiro e do movimento social do campo, deve-se pontuar que as relações sociais no capitalismo se modificam em sua formação econômica e social, e as relações sexo/gênero carregam consigo essas mudanças. Nesse sentido entender como o patriarcalismo vincula às relações do âmbito produtivo – social e econômico – às relações de sexo/gênero e a partir da divisão sexual do trabalho compõe um conjunto de questionamentos sobre esse modelo agrário desenvolvido no campo brasileiro e suas contradições. Estas relações estão na base da reprodução – sobrevivência dos/das trabalhadores(as) – da força de trabalho que garante a efetivação da produção.

A divisão sexual do trabalho é um dos campos de análise sobre as desigualdades de homens e mulheres na atual sociedade. Buscaremos entender que na atual sociedade há divisão na forma do trabalho.

Esta divisão do trabalho é uma das formas em que o trabalho é dividido e hierarquizado, a partir, da utilização das diferenças, entre homens e mulheres, em desigualdade no capitalismo. Esta divisão baseia-se, segundo Kergoat (2009, p. 67) em “dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalho de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”.

A organização e hierarquização das mulheres tanto social, quanto economicamente, numa relação de desigualdade, é legitimada pela ideologia da naturalização que as características biológicas delimitam seu papel social, determinando uma localização espacial a partir dos lugares de socialização: espaço coletivo da cidadania (masculino) e o espaço da particularidade familiar (feminino), sendo estes, respectivamente, a dualidade da esfera pública e esfera privada, pois “na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 32).

Para tanto, o lugar em que essas ideias políticas, que dividem homens e mulheres, se materializam é na vida cotidiana, em todos os espaços, na escola, na cozinha, na horta, na conversa de calçada, nas assembléias de trabalhadores, na ocupação de terra, etc⁸.

Ao analisar um assentamento do MST trazemos a experiência política do movimento, que se contrapõe a um modelo excludente do campo brasileiro. Buscaremos entender nas próximas páginas se esse processo social questiona essa base estrutural do capital e do patriarcado e se propõe, de fato, a uma (re)construção do espaço.

Para tanto, a utilização da categoria gênero situa essas relações de modo de vida a partir dos sujeitos políticos femininos, as mulheres assentadas. A partir destas objeções, no que se refere a divisão sexual do trabalho, se tem uma ponte direta na análise de consciência e de construção no cotidiano do Assentamento 10 de Abril.

A presente pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa de suas análises na tentativa de construir uma pesquisa geográfica que transponha os muros do descritivismo. Na busca em compreender as bases das relações do objeto a ser estudado e que, para além, possa auxiliar no traçado dos caminhos coletivos de superação de problemas sociais.

Além do conceito de espaço e da categoria de gênero, supramencionados, seguiu-se com o diálogo/reflexão entre os conceitos, as experiências dos sujeitos e suas práticas sociais e, posteriormente, trabalhamos algumas categorias (gênero e assentamento) que delimitarão os sujeitos e objetos específicos da pesquisa, utilizando das leituras de Cândido Grzybowski (1990), Bernardo Mançano Fernandes (1999), assim como as temáticas de gênero, como Gema G. Esmeraldo (2003; 2004; 2006; 2007; 2011), Saffioti (1983; 1994), e Maria Garcia Franco (2004), Rosa Ester Rossini (1998). Além de analisar as produções de cartilha e documentos do MST sobre as temáticas agrárias e de assentamentos.

Portanto, parte-se da análise do espaço e suas inter-relações, das quais se baseiam nas estruturas de relacionamentos humanos. “O espaço é um produto da história. Um ato de sujeitos. Sua matéria-prima é a relação homem-meio”. Esta afirmativa feita por Moreira (2012) que elucida as relações espaciais a serem analisadas no contexto histórico e geográfico

⁸Marx, em seus escritos intitulados, *A contribuição crítica à economia política*, afirma, na produção social da sua existência, que os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral (1974, p. 4)

da expansão e desenvolvimento do capitalismo e como este modo produtivo baseia a sua relação/apropriação da natureza e estrutura as relações humanas.

A partir da afirmativa acima, entende-se aqui que os sujeitos sociais, pautados numa teia de relações (gênero, raça e classe), possuem “um arranjo das localizações e distribuições que a sociedade cria para organizar territorialmente o modo estrutural de arrumar-se as suas relações” (MOREIRA, 1982).

Entender as relações materiais do espaço agrário ultrapassa suas relações produtivas estritamente econômicas. Este tipo de compreensão não traz a pluralidade da dinâmica das relações sociais e seus determinantes. Para isso o trabalho de campo é um dos meios de nos aproximarmos para compreender as entrelinhas de como essas relações se materializam e refletem na consciência daqueles trabalhadores.

O próprio objeto desta pesquisa, o Assentamento 10 de Abril, vai além de um recorte territorial, adquirida a partir de uma ocupação e comprada pelo Estado, colocando a possibilidade de produzir (agricultura e pecuária), o território como trunfo (Fernandes, 1999). As relações constituídas de modo de vida posterior a aquisição da terra é o que efetiva a vida do camponês. O Assentamento representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia a dia, tem o seu modo de vida, a labuta diária nos roçados, o cuidado com os animais, o pegar água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude (ALENCAR, 2000, p. 51).

Os sujeitos femininos e masculinos possuem apreensões distintas desse dia a dia, a partir dos seus espaços de socialização, no Assentamento. Esse ponto da análise traz a relevância com a qual as relações de poder e de gênero se articulam, como um determinante no processo de espacialização ou produção do espaço, capturando as diferentes formas de agir e sentir a luta territorial e a possibilidade de mudança.

Com isso, esse trabalho possui como objetivos identificar dentro do processo organizativo do Assentamento 10 de Abril quem eram os protagonistas, quais os lugares em que as mulheres se inseriam; resgatar e caracterizar em que espaço as mulheres se situavam de acordo com o trabalho desenvolvido no Assentamento; entender qual o papel do MST como sujeito formador e quais as práticas do movimento são direcionadas para o fortalecimento das mulheres e da organização daqueles(as) trabalhadores/trabalhadoras assentados(as).

As análises de gênero na ciência geográfica não podem se ater apenas quando a temática for central, tampouco deverá se limitar a uma comparação de papéis entre homens e mulheres. Trata-se de apreender que, dentre as relações de poder, a de gênero se configura em todos os lugares e em todos os espaços. Não pontuar o peso da participação (ou não) das mulheres nas

escalas produtivas e de decisões nas relações cotidianas pode nos fazer cair no erro de excluir uma parcela dos sujeitos construtores daquele espaço e/ou invisibilizar lugares. Sendo assim, a análise espacial poderá estar no mínimo incompleta.

Partindo desse entendimento a aproximação como observadora participante foi um dos meios escolhidos para que nos dessem proximidade com os sujeitos que construíram a história que analisamos. Com isso, os procedimentos para captação de dados foi a partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres que passaram por todo o processo anterior a organização em movimentos, pela sua inserção até os dias atuais no Assentamento, entrevistas com pesquisadores(as) que acompanharam o processo de ocupação e formação do Assentamento, técnicos(as) e coordenadores(as) vinculados(as) as instituições do Estado (IDACE), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, coordenadoras do setorial de gênero da Secretária Estadual do MST, integrantes da Caritas Diocesana do Crato e Associação Cristã de Base, que desenvolvem projetos no Assentamento. As entrevistas possuem o intuito de ter conhecimento sobre aspectos objetivos e subjetivos (MINAYO, 1994).

Os procedimentos se efetuaram em 05 trabalhos de campo e 15 entrevistas, direcionadas a dois pesquisadores da Universidade Regional do Cariri, no ano de 2016, que participaram de todo o processo político e social da organização e da luta pela terra e desenvolveram pesquisas sobre o assentamento estudado; e às duas coordenadoras do setorial de gênero da Secretaria Estadual do MST, no município de Fortaleza. A ida aos órgãos públicos foi feita com o intuito de ter acesso aos documentos de fundação do Assentamento e aos projetos e planos de ação direcionados àqueles(as) trabalhadores(as) assentados(as). Nesse caso houve uma visitação ao INCRA, porém o órgão não dispunha de informação sobre o Assentamento, mas apenas o reconhecimento deste. Nesse caso o órgão de maior importância, que teve acesso, foi o IDACE, onde entrevistamos um dos coordenadores do setor de projetos de Assentamento, que foi responsável pelo Assentamento 10 de abril, o que nos possibilitou acessar os documentos e planos direcionados ao Assentamento em questão. Outra entrevista que teve grande importância foi com um dos secretários do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato, que participou e morou no Assentamento. A visita ao STTRC foi de grande importância para se ter acesso a documentos sobre a organização daqueles trabalhadores e para situar quais as forças políticas e as motivações que moveram aquele processo.

Buscou-se nas narrativas, aprofundar-se na visão das mulheres sobre o processo de luta pela terra, sobre elas mesma, sobre as relações em que elas estão inseridas na perspectiva de (re)contar o processo pelo qual o Assentamento se construiu, a partir do olhar das mulheres e de sua percepção sobre a realidade e sobre a questão de gênero. Ou seja, a partir da técnica de entrevistas com suas histórias de vida tópica, com a entrevista de 06 mulheres moradoras do Assentamento desde a ocupação: "É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual" (MINAYO, 1994, p. 59).

Uma das grandes dificuldades encontradas na busca de dados recentes sobre a população no Assentamento foi a falta de acompanhamento e amparo público. Estivemos em contato direto com a Secretaria de Saúde do Crato, na busca de dados do agente de saúde da comunidade, porém nos foram negados os dados disponíveis, além de não possuírem dados atuais, pois o Assentamento já estava há 07 anos sem agente de saúde. A alternativa encontrada foi tentar conseguir os dados vinculados ao Programa do Bolsa Família, programa de assistência do governo federal, a partir do Cadastro Único Municipal, da qual tivemos acesso aos dados dos moradores beneficiários do programa.

Por fim, procuramos também visitar algumas instituições parceiras, como a Caritas Diocesana e ACB no município do Crato e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assistência ao Trabalhador no município de Fortaleza, para entender as parcerias e os projetos que essas instituições desenvolveram e desenvolvem no Assentamento. Essas visitas foram de grande valia para fundamentarmos o entendimento sobre como os processos históricos e geográficos ocorreram. Estes nos trouxeram dados e fontes sobre um momento passado do Assentamento.

Esta pesquisa dissertativa divide-se em quatro capítulos, sendo o primeiro composto por esta introdução.

No segundo capítulo buscamos resgatar as bases formadoras da estrutura fundiária do Cariri cearense e as relações de trabalho situadas em seus momentos históricos. Localizamos como uma das ideologias de controle (poder) e organização social no espaço agrário, o patriarcalismo, que se materializou através da instituição familiar, onde se situam as relações sociais a partir da divisão do trabalho hierárquica do sexo/gênero. Identificamos nesse processo quem eram as populações que formaram o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do Cariri e como as diferenças (raça e sexo/gênero) são tratadas com desigualdade no seio da organização da sociedade, determinando o papel das mulheres nos espaços. Por fim,

apresentamos as mudanças nas organizações da sociedade em paralelo ao desenvolvimento socioeconômico do capitalismo no espaço agrário e como essas populações mais exploradas, dado que são organizadas em movimentos sociais, se inserem nessa luta contra a desigualdade.

O terceiro capítulo buscou analisar a entrada das mulheres no movimento social do campo, compreendendo os desafios que as mulheres enfrentaram na luta pela terra, contra o Estado e o capital e a luta por reconhecimento interno de suas pautas no movimento social. No caso, buscamos nos aprofundar nas discussões internas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fazendo um paralelo da luta das mulheres com o avanço da organização, como movimento que organiza os trabalhadores do campo, até a chegada do MST ao Assentamento 10 de Abril.

No quarto capítulo temos um estudo de caso sobre o Assentamento 10 de Abril, onde buscamos compreender qual o impacto das relações de sexo/gênero para organização dos trabalhadores e trabalhadoras, e qual a necessidade de se discutir este tema com o conjunto dos trabalhadores, e principalmente como libertar e emancipar todos os/as trabalhadores(as) sem deixar nenhuma parcela para trás.

Finalizamos explicando que a frase do título “Parar um minuto, olhar para trás e seguir adiante” foi retirada de um livro intitulado “Eu vi um novo mundo nascer” do autor John Reed. Neste livro o autor recorda os momentos que passou junto ao movimento dos trabalhadores mineiros nos Estados Unidos da América. O livro incitou a autora a refletir sobre o passado e como se formam os políticos e as organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, diante da precária documentação ou quantidade de estudos sobre as mulheres, buscamos trazer um resgate sobre a formação socioeconômica nordestina, tentando situar a relevância do papel delas nessa história, haja vista a necessidade da autora em afirmar que as mulheres fizeram a história e que elas eram mais que dados estatísticos. Por isso pedimos aos leitores pouco mais de um minuto nas primeiras partes desta pesquisa antes de seguirmos adiante.

2 ESPAÇO AGRÁRIO DO CARIRI CEARENSE

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
 Não sou da nação dos condenados!
 Não sou do sertão dos ofendidos!
 Você sabe bem: Conheço o meu lugar!
 (Conheço o meu lugar – Belchior)

O campo brasileiro é marcado por diversos conflitos provenientes de disputas territoriais. A produção no campo é diversa tanto do ponto de vista das mercadorias quanto das localidades e regiões produtoras, indo da produção de açúcar na zona da mata canavieira em Pernambuco, à produção algodoeira no Ceará, passando pela borracha na região Norte (Amazonas), à mineração em Minas Gerais, e o café com destaque em São Paulo e Paraná.

Em todos esses processos, encontramos relações sociais que são características de cada relação produtiva local. Porém, essas relações são parte de um contexto internacional de expansão e fixação de um modo de produção no território brasileiro, o capitalismo. Nesse contexto, a zona da mata canavieira, no Nordeste brasileiro, foi um local de grande destaque nacional na fixação desse modelo produtivo, colocando esta região em evidência.

O Nordeste brasileiro possuiu um significado diferente em diversos momentos da história de acordo com seus recortes territoriais, relações produtivas, cultura, enfim, suas relações espaciais de um dado momento. Há quem diga que ele foi uma invenção⁹, há quem diga que é uma sucessão de processos. Independente dos significados que o Nordeste pode ter, ele é um recorte do espaço geográfico construído por homens e mulheres que se inserem em momentos históricos com locais e funções distintas, carregados de vozes demagogas, de resistência, de luta e/ou, até mesmo, silenciadas.

Neste capítulo, buscaremos entender uma fração do Nordeste que traz, em suas paisagens, marcos históricos dessa sucessão desigual de tempos que compõem o espaço agrário cearense, o Cariri. Pensar sua formação está em entender diversos processos externos e internos de territorialização de populações no interior do estado do Ceará. Isto é um primeiro passo para se compreender a estrutura fundiária do Cariri cearense e suas relações desiguais de acesso à terra e de uma apropriação diferente/desigual entre homens e mulheres

⁹Durval Muniz em uma de suas obras mais conhecida, que possui o título “A invenção do Nordeste” (1996)

deste espaço, as quais desencadearam na organização e luta de movimentos sociais no campo, dando origem ao Assentamento 10 de Abril.

Com isso, os escritos a seguir buscam entender os aspectos da colonização brasileira. Em especial, como as relações impostas por esse modelo de colonização exploratório marca as relações sociais na formação de um povo, até os dias atuais.

2.1 Meu malote é um saco e o cadeado é um nó: do Nordeste ao Cariri

A colonização brasileira foi marcada por diversos caminhos em sua ocupação, diríamos até que é o caminho das águas ou, quem sabe, do gado¹⁰. O Nordeste brasileiro, durante boa parte do século XX, foi visto segundo uma concepção errônea de “castigar” suas populações, de modo que a falta de chuva e a seca seriam culpadas pela pobreza e sofrimento de grande parte das pessoas que ali vivem. A exemplo disso, temos símbolos culturais que demonstram essa realidade, como a música cantada por Luiz Gonzaga, em seu grande sucesso *Asa Branca*:

Quando olhei a terra ardendo
 Qual fogueira de São João
 Eu perguntei a Deus do céu, ai
 Por que tamanha judiação
 Eu perguntei a Deus do céu, ai
 Por que tamanha judiação
 Que braseiro, que fomalha
 Nem um pé de plantação
 Por falta d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão[...]

As letras de Luiz Gonzaga carregam grandes descrições de vivências de mulheres e homens que com o sofrimento que chegava com seca apelam para suas devoções religiosas para ter esperança. Contudo, a história não é estática, nem o Nordeste é igual. A região Nordeste, com suas delimitações firmadas pelo IBGE, possui características ambientais distintas em seu interior. O passado nordestino demonstra seu papel econômico, produtor de

¹⁰Para maior fundamentação sobre a temática ver as obras “A questão Agrária” do autor Caio Prado Jr (2014) e “Uma nova história do Ceará” organizado por Simone de Souza e Eurípedes Antônio Funes (2007).

riquezas primordiais, a partir da cultura da cana-de-açúcar nas planícies litorâneas quentes e úmidas, onde hoje se localizam Pernambuco e Bahia. Tal especialização do território foi decisiva para o enriquecimento da metrópole portuguesa. O seu presente demonstra como os avanços técnicos da humanidade podem provar que as necessidades que culpavam a chuva são, na verdade, produto de relações sociais excludentes e concentradoras.

Tem-se, portanto, o espaço como um produto social das ações de sujeitos – políticos e sociais – ao longo da História, como diz a letra do compositor cubano Pablo Milanés de 1975, musicada por Chico Buarque e Milton Nascimento na composição Canción por La Unidad de Latinoamérica:

[...] E quem garante que a história
 É carroça abandonada
 Numa beira de estrada
 Ou numa estação inglória
 A história é um carro alegre
 Cheio de povo contente
 Que atropela indiferente
 Todo aquele que a negue
 É um trem riscando trilhos
 Abrindo novos espaços
 Acenando muitos braços
 Balançando nossos filhos [...]

O trecho da música acima foi escrito numa realidade complexa para os povos da América Latina. 1975 é um ano em que grande parte dos países latinos enfrentaram regimes ditatoriais e os movimentos sociais lutaram por direitos mínimos, como liberdade de expressão. “A história é um carro alegre/ cheio de povo contente/ que atropela indiferente/ todo aquele que a negue”, reafirmemos aqui, que os processos sociais são dinâmicos, as relações situadas no espaço-tempo se modificam, de modo que o Nordeste é uma região marcada por tais mudanças.

A ocupação do interior do Nordeste tem um correlato com o uso e ocupação do solo da região da zona da mata. O peso da cultura da cana-de-açúcar e a subordinação da colônia aos ditames metropolitanos impuseram uma rígida especialização àquela fração do território. Não sendo possível produzir nas terras produtivas nenhum tipo de outra cultura, além da cana-de-açúcar, tendo até mesmo leis que garantiam esses direitos aos produtores. , as Sendo assim, foram distribuídas terras aos sesmeiros para o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como a pecuária extensiva.

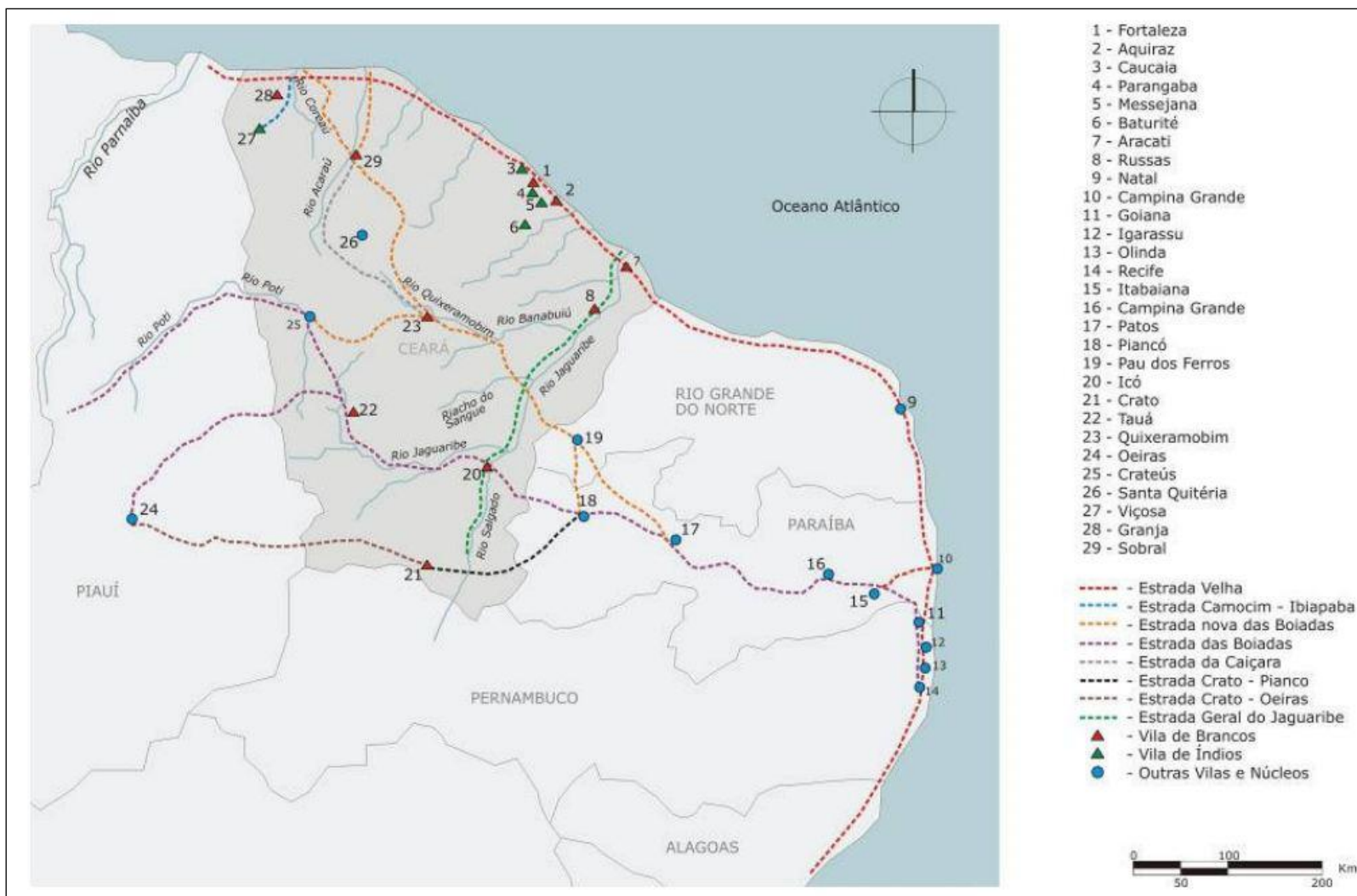
Nasce daí a necessidade de suprir as carências alimentares das populações litorâneas que possuíam como atividade prioritária a cana-de-açúcar, tendo a atividade de agricultura de subsistência exercido um papel fundamental junto à pecuária, que foi uma das grandes responsáveis pelos desbravamentos dos interiores com suas enormes fazendas de gado de criação extensiva. Como atesta Caio Prado Jr. (1974, p. 44) “A cultura da cana não permitiu que se desenvolvesse nos férteis terrenos da beira-mar. Relegou-a para o interior mesmo quando este apresentava os maiores inconvenientes à vida humana e suas atividades, como se dá em particular no sertão nordestino”.

O percurso das ocupações do interior do sertão para o desenvolvimento da pecuária seguiu os cursos dos rios no sentido Norte e Noroeste, tendo com o ponto de difusão os estados de Pernambuco e Bahia (Ver Figura 01). Estabelecem-se núcleos de povoamento próximos aos meios de aquisição de água, em sua maioria os rios e cacimbas. A prática da pecuária extensiva se baseava na utilização de grandes extensões de terra, atrelada a pequenas produções de subsistência, porém sem grande destaque, em pequenos espaços nas próprias fazendas. "Existem, no entanto, algumas regiões de populações cultivadoras, mas são raras. Destaca-se a vertente Norte da Chapada do Araripe, no Ceará, onde as águas brotam com certa abundância dos flancos da montanha, formou-se aí um verdadeiro oásis no agreste deserto cearense." (PRADO Jr., 1974, p. 67).

Este “oásis” colocado pelo autor é onde se localiza o chamado Cariri cearense ou Cariris novos¹¹. Como afirmado anteriormente, o caminho da ocupação se coloca como o caminho das águas pelas características climáticas do Cariri e a capacidade da Chapada do Araripe de armazenamento de água, traduzida em suas inúmeras fontes que garantem uma melhor qualidade de vida para aqueles que se fixarem naquela área. Esses traços climático-fisiográficos geram, para a vida produtiva, possibilidades distintas das demais áreas do sertão nordestino. Nesse sentido, a região do Cariri difere-se das outras localidades do sertão nordestino, caracterizadas pela pecuária extensiva. Ela se encaixa como um local com boa capacidade de produção da agricultura de subsistência, como também de cana-de-açúcar nas áreas de brejo da chapada.

¹¹Há no interior do sertão paraibano uma localidade denominada cariri, conhecida por cariris velhos. Por conta que sua ocupação ter se dado anteriormente ao do Ceará. Tendo esta denominação de Cariri, pelas tribos indígenas que ali ocupavam.

Figura 1 – Mapa das rotas de expansão do gado no Nordeste



Fonte: Caminho das boiadas. JUCÁ NETO, 2009, p. 86.

Porém essa realidade de “oásis ” do sertão, de terras agricultáveis e de melhores condições para produção, não é uma realidade de todas as populações que ali ocupavam. Nos próximos parágrafos no deteremos a entender como essa população foi formada e quais eram suas relações sociais. Notemos de antemão que o título nos leva a compreender parte dessa realidade.

2.2 Caboclo roceiro, das plaga do Norte que vive sem sorte, sem terra e sem lar

A frase que dá título a este subcapítulo é de um autor cearense chamado Patativa do Assaré, grande poeta que cantou a realidade do sertanejo mais pobre. Se analisarmos a frase temos três pontos bem marcantes que elucidam características sobre a formação da população nordestina: 1) O caboclo roceiro é um termo utilizado pelos nordestinos para identificar a descendência misturada de raças que trabalham no campo; 2) Sua realidade de pobre sem-terra; 3) um povo marcado pelas migrações em busca de melhores condições de vida, ou seja, sem lar.

A realidade que muito foi cantada e declamada em versos e poemas é resultado da formação do espaço geográfico nordestino, a partir de uma reciprocidade entre características locais e suas relações de dependência externa, que é base da exploração da riqueza humana e natural, da formação econômico-social brasileira e de sua respectiva integração ao sistema-mundo. Nesse sentido, compreender o trânsito das relações entre a totalidade, o local e suas dependências é primordial. Como afirma Milton Santos, “um país subdesenvolvido é uma Formação Socioeconômica dependente, um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos” (2014, p. 45).

Um ponto de grande relevância sobre o qual não se pode deixar de discorrer é o que trata sobre as composições populacionais dessas ocupações. Quando tratamos do processo de colonização e expansão, com seus respectivos movimentos de ocupação interiorana, partimos da explanação de como se aplicou um modelo social e econômico de uma metrópole (Portugal), que se baseia na imposição violenta do modelo de “civilização” do colonizador, sobre os outros modos de vida e produção dos povos nativos.

No Nordeste, e mais especificamente no Ceará, não se tinha um espaço desocupado, nem se tinha somente uma natureza em sua forma vegetal e animal, irracional. Existiam populações que ocupavam aquele espaço e produziam um espaço à sua maneira.

Estes povos eram os Índios Kariris, que antes de qualquer expansão pecuarista, já tinham suas relações enraizadas naquele local.

As missões religiosas católicas e protestantes – as missões cristãs – exercem um papel fundamental na colonização de áreas, ainda inabitadas para fins econômicos e mercantis, do modelo europeu. Essas missões buscam, fundamentalmente, a expansão da cultura ocidental, baseada no projeto de completa submissão dos povos nativos.

A colonização do Crato ocorreu mediante o estabelecimento da missão do Miranda com a ordem dos Capuchinhos do Hospício de Olinda. Esse povoamento se deu sob as bases da proliferação do cristianismo e da implantação de um modelo de civilização ocidental. Vejamos, na passagem abaixo, quais as formas de atuação dos missionários no processo de fixação no aldeamento do Miranda (Crato).

Frei Carlos Maria de Ferrara, filho espiritual de S. Francisco de Assis, edificou seu aldeamento, sob bases sólidas, destinada a abrir-lhe caminhos retos e seguros para o futuro da população ameríndia, procedente, em sua maior parte da tribo CARÍU, aglutinou-se em torno de uma capelinha, consagrada à Nossa Senhora e à casa de farinha, herança do trabalho autóctone. Mas não lhe faltou a escola de aprendizagem de letras e dos rudimentos do Catecismo. Nasceu assim a Aldeia do Miranda, como todas as outras da região Caririense, sob o signo da Fé, da instrução, embora rudimentar, e do trabalho agrícola. (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 3)

O choque de modo de vida está em ter percepções diferenciadas de modo de vida, de como compreender a relação homem-natureza. As principais disputas entre os colonizadores e os povos nativos se davam na disputa territorial para utilização da terra. Pelos portugueses, para a finalidade mercantil. Pelos indígenas para fins de subsistência e caça, além de ter um valor religioso.

Além disso, temos a concepção dos portugueses sobre a forma de organização social e os papéis sociais dos indivíduos que também foram impostos, a partir da fixação pelos portugueses. Esse modelo de sociedade que foi instituído pelos colonizadores, possui como uma de suas bases, a família patriarcal¹² onde o patriarca é o organizador do trabalho e

¹²Sobre a origem do termo e do modelo organizativo de família patriarcal, está diretamente ligado as modificações ocorridas do período feudal para a modernidade. O surgimento do Estado que institucionaliza o modelo familiar onde “A propriedade da riqueza assegura ao homem a supremacia na família. O passo seguinte é a substituição da filiação feminina e do direito hereditário materno pela filiação masculina e o direito hereditário paterno [...] o grupo formado por mulher, filhos e escravos, submetidos ao poder paterno de seu chefe que detém sobre todos os membros do grupo o direito de vida e de morte. Esta forma família, que tem sua melhor representação na família romana, chegará aos tempos modernos guardando ainda que de forma latente, as características originais: a escravidão e a servidão” (ENGELS, 1984, p. 93-96)

a autoridade da família que distribui as tarefas, sendo relegado para a mulher o papel de doméstica, dos cuidados e da educação, ou seja, a garantia da reprodução da existência da família. Assim, tendo como exigência a subalternidade das mulheres em relação aos homens, pautada numa ideologia de desqualificação biológica e no mito da naturalização da função social da mulher atrelada ao sexo.

Todos os signos de fé, da instrução e do trabalho agrícola, fazem parte de um conjunto de ideias que buscam organizar aqueles homens e mulheres sob suas concepções de homens e mulheres e de seus trabalhos na sociedade, com o peso da religião em educar e formar.

Desse modo a família vem como forma de instituir ordenamento social, separando a família da produção social, ou seja, separa a vida privada (família) da vida pública (relações de produção e políticas). Segundo LAGARDE (2005, p.91) “El patriarcado es uno de los espacios históricos del poder masculino que encuentra su asiento en las más diversas formaciones sociales y se conforma por varios ejes de relaciones e contenidos culturales”.

Esses processos formaram um conjunto de medidas violentas para “civilizar os índios” nas relações de trabalho e sobre o papel/lugar do sexo/gênero no trabalho e na violência da quais esses foram vítimas.

Nesse conflito, a superioridade bélica dos portugueses e a necessidade de reproduzir, naquele espaço, o modelo econômico de produção pecuarista e agrícola com a mão de obra escrava, se combinaram produzindo medo, violência e morte daqueles que seriam a mão de obra, os bárbaros e incivilizados índios, como percebe-se na citação sobre o processo de mudanças da realidade dos povos indígenas, logo abaixo:

A partir da tentativa de transformar os índios em mão de obra escrava tem início o processo de desaparecimento/metamorfoseamento do índio em caboclo e a apropriação da terra que habitavam pela coroa de Portugal, através dos sesmeiros e seus descendentes. Na perspectiva na perspectiva do projeto ocidental o Homem Kariri deixa de existir, é dado como extinto, desaparecido, exterminado. E a partir disso, é construído simbolicamente o lugar Cariri civilizado, a partir de uma vaga e confusa referência aos ancestrais habitantes deste vasto território contíguo existente no Sertão do Nordeste. (GONÇALVES, 2006, p.5)

Esses pecuaristas e agricultores que se fixaram no Cariri implementaram uma política de criação de identidade baseada nas riquezas naturais e em suas relações políticas que garantiam a infraestrutura básica, mesmo estando muito distantes do litoral. É a chamada classe senhorial. Efetivou-se a dominação territorial baseada na apropriação e expropriação violenta, gerando uma estrutura fundiária desigual. Esta classe senhorial que dominou o

espaço econômico/produtivo e político possuía um sexo/gênero, o masculino. Os homens detinham o poder social de organizar a sociedade, inclusive juridicamente, de modo que o Estado não dá legalidade para as mulheres ocuparem esses espaços.

A partir do desenvolvimento produtivo no campo, baseado na dominação territorial e na exploração/escravidão de populações indígenas, a demanda de mão de obra aumentou, pois era preciso suprir a necessidade de força de trabalho na produção da cana-de-açúcar. Nesse sentido, a chegada das populações negras escravizadas veio suprir esta necessidade econômica. Estas populações ocuparam dois “papéis” sociais, o de mão de obra (operador do trabalho) e o de mercadoria (a prática desse trabalho era obrigatória e baseada na violência).

Destoando do que muito se propaga, o Ceará possui um grande número de descendentes de africanos e afro-brasileiros, pois a mão de obra nesse período, como não poderia deixar de ser destacado, era mão de obra negra escravizada. Eram populações negras arrancadas violentamente de sua origem, em terras colonizadas pelos portugueses, assim como de negros nascidos no Brasil que eram obrigados a seguir os seus donos.

O trabalho desenvolvido pelo negro/a nesse período traz características muito importantes sobre a imposição do modelo civilizatório. Grande parte dos negros escravizados eram separados de suas famílias e misturados com outras populações negras de outras tribos, com quem os homens e as mulheres não possuíam nenhum vínculo, de modo que isso dificultasse qualquer vínculo afetivo ou de unidade entre eles.

Os homens e as mulheres negras que se instalaram no Brasil eram “comprados” com finalidades bem definidas. Homens e mulheres para o trabalho braçal nas lavouras ou criação de animais, e aqueles que possuíam maior especialização desenvolviam os trabalhos domésticos (lavagem de roupa, comida, cuidar das crianças, costura etc). No caso das mulheres e os homens desenvolviam trabalhos de pedreiros, alfaiates, sapateiros, marceneiros.

A maior parte das populações negras que se instalaram no Cariri era oriunda da compra de negros escravizados para a produção da cana-de-açúcar que se localizava nos brejos da chapada do Araripe. “Separados de sua gente, expatriados, os africanos vinham para o outro lado do oceano com o destino selado: ser força de trabalho capaz de realizar os sonhos de muitos europeus” (FUNES, 2007, p. 107-108). A partir dos dados fornecidos por FUNES (2007), no ano de 1804, a vila do Crato possuía 67,5% da população de “pretos e pardos” livres e cativos, sendo esta porcentagem o valor de 13.884 mil pessoas num total de 20.681.

Tabela 1 – Propriedades e escravos do Cariri (1850 – 1884)

Nº de Escravos	Total de Propriedades	% das Propriedades	Total de Escravos	% de Escravos
Sem escravos	89	32,7	-	-
1 a 5	135	49,6	330	40,0
6 a 10	30	11,1	224	27,3
11 a 15	11	4,04	156	16,6
16 a 20	6	2,2	105	12,7
21 a 30	1	0,36	28	3,4
Total	272	100%	467	100%

Fonte: REIS apud CORTEZ, 2014, p. 129.

Todas essas relações descritas são de conflitos. Como afirma SILVA (2010) em seus estudos, todos esses processos são marcados por subjugação, violência e conflitos territoriais, que são formadores das relações do espaço agrário do Cariri cearense.

Ali existiu um mundo rural, onde as formas de apropriação do espaço, sua transformação em propriedades juridicamente definidas¹³, tinha como a tradição o domínio sobre a terra, sendo este um dos elementos de desigualdade social e diferenciação de status e de prestígio. Além disso, parte da sociedade vivia na condição de proprietário de outros seres humanos, que naquele momento viviam na condição de escravizados. Compondo o quadro das diferenças e desigualdades, estava distinção jurídica entre livre e escravos; o preconceito a partir da cor da pele, sobre negros, “mulatos” e todas outras denominações para os que eram considerados “mestiços”. Outro critério de diferenciação calcado na desigualdade era o de gênero, manifestado na subordinação exigida a muitas mulheres. (REIS Jr., 2014, p. 52)

Percebemos, portanto, que a imposição da família patriarcal se estabelece sobre o seio do patriarca da classe senhorial, com a subjugação das mulheres e exerce especial poder sobre o corpo das mulheres negras e mulatas como mercadorias:

[...] os africanos escravizados não mereciam nenhuma consideração como seres humanos no que diz respeito à continuidade da espécie no quadro da família organizada. [...] A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. (NASCIMENTO, 2016, p. 71)

Até meados de 1840, o mercado nacional de escravos tende a cair, pois se institucionaliza o fim do tráfico negreiro e de suas atividades econômicas. A mão de obra negra se estabelece por todo território cearense no meio rural e no meio urbano. No princípio,

¹³Decreto da Lei de Terras em 1850, Lei 601, a terra torna-se propriedade privada.

as compras de escravos se direcionavam para as grandes produções dos engenhos no Cariri. Após o declínio dessa atividade, esta mão de obra foi sendo realocada em outros setores como a pecuária, a agricultura e os serviços domésticos, na venda de escravos entre as províncias¹⁴.

Tabela 2 – Escravos Matriculados até 30-06-1881

Município	Rural			Urbano			S/ declaração			TOTAL
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
Crato	15	5	20	14	80	94	440	764	904	1081
Jardim	137	98	235	9	89	98	94	99	193	526

Fonte: FUNES apud Arquivo Público do Ceará. Fundo Secretaria de Governo, séries correspondências. Quadro demonstrativo do movimento da população escrava no Ceará – 30/09/1873 a 30/06/1881. Aviso do Ministério da Agricultura.

Como podemos perceber na tabela acima, temos uma grande quantidade de mulheres negras localizadas no espaço urbano e sua grande maioria sem declaração. Essa disposição na tabela está, em face ao trabalho desenvolvido por elas, de modo que grande parte se dedicava às tarefas mais variadas do lar, ou até mesmo como prostitutas, como vemos em um fragmento do texto de Funes (2007, p. 115): “Na cidade, o trabalho do escravo ajudava na composição das rendas da família do senhor, não apenas pelo seu valor, mas como escravo de aluguel, como escravo de ganho e até como prostitutas.”

Com isso, o desenvolvimento do espaço geográfico no Cariri não se dá de maneira TR anquila. A escravidão não retira das populações negras o seu poder cognitivo e racional, de seres humanos que são. Todos esses processos e relações descritos estão permeados por resistências, diretos e indiretos. Diretamente, pelas estratégias de fuga. Quebrando objetivamente com o sistema proprietário-objeto, conquista-se a liberdade, territorializada nos quilombos. Indiretamente, temos a criação de momentos de expressões culturais e religiosas, dentre as quais estariam as religiões de matriz africana mescladas com o que haviam assimilado dos colonizadores europeus.

¹⁴Ainda no século XVIII, as primeiras “peças” estavam sendo adquiridas para trabalhar num projeto que frustrou, “as minas de São José no Cariri”, posteriormente o cativo foi incorporado ao setor produtivo. (FUNES, 2007, p. 110).

O termo peças da passagem a cima, é direcionado aos povos negros escravizados como mercadoria.

Desse modo, efetivação da ocupação do Ceará foi seguida de grandes mudanças. Os indígenas, que eram a maioria da população, foram assassinados durante todo o processo, ou incorporados aos moldes da colônia. As populações negras chegavam em grandes levas, ou para o trabalho escravo na produção da cana-de-açúcar, ou na forma de trabalhadores livres, como vaqueiros (em geral) no sistema de quarta¹⁵ e as mulheres pobres no trabalho doméstico (em geral na casa do patrão).

Diferente da realidade das mulheres da classe senhorial, as mulheres negras por estarem submetidas ao sistema proprietário-objeto, sempre ocuparam os postos de trabalho dito masculinos. O trabalho que utiliza força física não era e não é indiferente às mulheres negras. Com isso, a presença das mulheres na luta por liberdade, no conflito vida ou morte com a sociedade escravocrata, é também marcante.

Nacionalmente existem diversos nomes que marcaram a história da resistência, como o de Dandara que lutou e organizou o Quilombo de Palmares. No Ceará um grande marco para história do estado, que traz consigo a denominação de Terra da Luz, foi o evento conhecido com a “Greve dos Jangadeiros”, ocorrida durante o período de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, quando os jangadeiros decretaram o fim do embarque de escravos em navios negreiros, episódio marcado pela forte presença de Tia Simoa que, ao lado de seu marido José Luis Napoleão, liderou esse processo que veio a se efetivar 3 anos mais tarde, em 1884 (CAXILÉ, 2009).

Esse fragmento da história nos mostra que o lugar em que os colonizadores alocavam as mulheres, na prática, não se seguia para todas as mulheres. Temos diversas mulheres que, diante de sua situação de subalternidade, racismo e pobreza social (e na situação de mercadorias, no caso de populações negras) produzidas pelas relações de trabalho e econômicas, desenvolviam o trabalho produtivo e as lutas de resistência.

O Ceará localiza-se na divisão territorial do trabalho¹⁶ como produtor responsável pelo suprimento de alimentos básicos, principalmente de carne seca – as charqueadas¹⁷ – para

¹⁵O sistema de quarta é um tipo de relação de parceria na pecuária, onde os vaqueiros recebem do senhor, um a cada quatro bezerros nascidos.

¹⁶O uso da terra tem que ser definido primeiro como um subsistema no interior do sistema espacial. Num determinado momento o uso da terra é o resultado da apropriação total do espaço rural, a qual tem em cada lugar formas específicas. (SANTOS, 2014, p. 48)

¹⁷As charqueadas se configuram pelo comércio de carne seca, feito pelo sertão nordestino, com a finalidade suprir a alimentação, as populações de grande produção – a zona da mata canavieira – e das pequenas vilas e cidades que ainda se formavam.

outras localidades do Nordeste. Sendo suas principais áreas de escoamento os estados de Pernambuco e Bahia. Francisco de Oliveira (1978) denomina estas áreas de Nordeste não açucareiro ou regiões algodoeira/pecuária. Casado a esse processo, temos o Cariri que possuía uma base produtiva assentada inicialmente na agricultura de subsistência e que, durante o século XIX até meados do século XX, incorpora a produção de algodão e de cana-de-açúcar sem abrir mão da agricultura de subsistência.

Do final do século XIX até início de século XX, temos grandes momentos de circulação populacional. Foram diversos os fenômenos naturais e sociais que atraíram as populações (de diversas descendências) para a região do Cariri, como podemos perceber no recente trabalho desenvolvido pela Caritas Diocesana do município do Crato-CE e o GRUNEC – Grupo de Valorização Negra do Cariri – que foi o Mapeamento das comunidades negras e quilombolas no Cariri (2010).

Desde os fenômenos naturais, que ganham contornos sociais, como os grandes períodos de estiagem, que acarretaram na migração de um grande número de “flagelados” para as áreas com melhores condições de sobrevivência. Nesse período, grandes quantidades de negros e mestiços recebiam alforria e/ou eram expulsos das fazendas com fins de economizar. Até os fenômenos religiosos, que tornam aquela área propensa a receber um grande número de pessoas, principalmente as mais pobres, em busca de alimento e esperança de dias com melhores condições de vida. Foi o caso do “milagre” do Padre Cícero e da beata Maria de Araújo, como veremos em capítulo posterior.

Essas relações e dinâmicas expostas são produtos e produtoras do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sistema que iniciava a sua formação no Brasil, o trabalho escravo, o mercado dos(as) negros e negras foi base para acumulação de riquezas e para a concentração de terras. As relações patriarcais e raciais foram reprodutoras do ordenamento do trabalho nesse modelo, que se manteve e se mantêm sobre a exploração e opressão.

2.3 Estrutura fundiária, poder e as mulheres trabalhadoras

A produção de cana-de-açúcar e algodão era a principal atividade desenvolvida para o mercado externo. Em paralelo ao desenvolvimento das grandes produções para exportação, a produção de alimentos se desenvolvia para o autoconsumo e o excedente, em geral, era vendido para o mercado interno. As populações que produziam esses gêneros alimentícios

eram formadas por homens e mulheres livres, sendo que estes eram mestiços, negros, brancos (no caso, com suas pequenas propriedades e em outros casos como moradores, agregados, colonos, posseiros, meeiros, arrendatários, sitiantes, etc.), todos estes “foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil, sempre (...) estiveram à margem das atividades consideradas maiores do sistema, ou seja, das culturas de exportação.” (GRAZIANO, 1978p. 19-20). Vejamos a passagem abaixo sobre as relações de trabalho no Cariri cearense, que elucidam essa afirmativa:

Em linhas gerais, as relações de trabalho nessas áreas assemelham-se as que ocorreriam na região da Mata antes do surto usineiro. Os moradores distribuem-se pelas propriedades em casas de taipa, dispendo em torno desta de exíguas áreas onde cultivam para si um pouco de algodão e lavouras de subsistência. Da colheita destas culturas não participa o proprietário, que exige do empregado um certo número de dias de serviço por semana por preço inferior ao pago aos trabalhadores de fora. Só a cana-de-açúcar é que, sendo plantada mesmo por moradores, paga meação pela moagem. A diferença de salário entre os moradores e os trabalhadores que não residem na propriedade é considerada como o pagamento do aluguel da casa e do sítio (ANDRADE, 1973, p. 221).

A posse da terra sempre foi alvo de grandes disputas, pois esta é o meio de produção de bens e reprodução do espaço social. Nesse sentido a estrutura fundiária, ou seja, a forma, a distribuição e o uso da terra, têm um papel determinante sobre as relações de poder instituídas, sendo também determinante para quem tem acesso a melhores condições de vida e de quem se encontra em situação de grande pobreza. Analisemos alguns dados do recenseamento de 1950 sobre a estrutura fundiária do Ceará e das zonas fisiográficas (Tabela 03 e 04):

Tabela 3 – Número de Estabelecimentos Agropecuários por Área Ocupada – Zonas Fisiográficas do Ceará – 1950

Zonas	Área total	<i>Menos de 100 ha</i>		<i>100 a menos de 200 ha</i>		<i>Mais de 200 ha</i>	
		Num.	Área	Num.	Área	Num.	Área
Cariri	636.826	88,2	33,0	6,5	16,8	5,3	50,2
Sertão Baixo e Médio Jaguaribe	1272.255	81,0	21,0	8,2	12,7	10,8	66,3

Sertão do Salgado e Jaguaribe	1131.982	79,8	30,4	11,5	19,0	8,7	50,6
Litoral	1412.942	76,5	21,3	12,0	15,7	11,5	63,0
Baturité	306.258	83,6	18,9	8,2	11,7	8,2	69,4
Sertão Central	1535.073	61,0	9,0	16,4	9,7	22,6	81,3
Sertão Centro-Norte	1925.955	65,0	13,7	15,8	12,8	19,2	73,5
Ibiapaba	450.889	86,8	30,4	7,0	14,8	6,2	54,8
Sertão do Sudoeste	1528.697	61,7	13,3	17,9	12,5	20,4	74,2

Fonte: PRADO Jr., 2014, 312.

Tabela 4 - Ocupação do solo nos estabelecimentos agropecuários – Zonas fisiográficas do Ceará – 1950

	Área total	Área Ocupada	
		Lavouras	Pastagens
Cariri	636.826	175.519	71.806
Sertão Baixo e Médio Jaguaribe	1.272.255	543.447	438.053
Sertão do Salgado e Jaguaribe	1.131.982	360.441	172.274
Litoral	1.412.942	274.647	204.811
Baturité	306.258	72.375	24.773
Sertão Central	1.535.073	476.924	388.560
Sertão Centro-Norte	1.925.955	721.905	623.141
Ibiapaba	450.889	105.295	61.747
Sertão do Sudoeste	1.528.697	488.605	406.991

Fonte: PRADO Jr., 2014, 309.

Analisando os dados podemos perceber que, no Cariri 59% de suas áreas ocupadas eram destinadas à lavoura (produção agrícola), enquanto 41% de suas terras servem para fins de pastagem. É válido chamar atenção para o fato de que, mesmo a maior parte dos seus estabelecimentos possuírem menos de 100ha (88,2% do total de imóveis), mais de 50%

de suas terras está concentrada nos estabelecimentos com mais de 200ha, que representam 5,3% do total de propriedades.

Aumentando a escala de análise, percebe-se que as áreas onde predomina a atividade da lavoura (voltadas para produção agrícola) constituem a menor parcela do território do Ceará e estão concentradas nas faixas mais úmidas, com maior acesso à água (Baturité, o Cariri e Sertão do Salgado e Jaguaribe), como exposto no quadro acima.

Sobre os dados utilizados, eles são referentes ao número de estabelecimentos agropecuários e suas áreas, e não de proprietários desses estabelecimentos e as respectivas áreas que detinham. Isso faz muita diferença, pois grande parte dos proprietários de fazendas pecuaristas possuía mais de uma propriedade. Como afirma NEVES (2014, p.77):

As terras úmidas da periferia do semiárido, abundantes e pouco povoadas, podiam ser ocupadas pelos grupos de sertanejos que perdiam suas colheitas de subsistência e também pelo gado dos grandes proprietários. O Piauí e o Cariri eram as áreas mais procuradas por estas migrações periódicas. Muitos grandes proprietários possuíam terras nestas áreas como “reserva” para o tempo de escassez, quando gado – bem mais valiosos – poderia estar protegido.

O uso e a ocupação da terra, independente das técnicas utilizadas e das suas finalidades, assenta-se na concentração de terras: “A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava.” (PRADO Jr., 2014, p. 325).

As relações estabelecidas sobre a propriedade fundiária estão pautadas numa reciprocidade entre a propriedade da terra e o poder político¹⁸, reproduzindo o coronelismo. Como característica do campo, temos que ressaltar as relações contraditórias que se desenvolveram, conferindo às oligarquias latifundiárias poderes que atingem diversas esferas (econômica, social, cultural, política, patriarcal, etc) através do coronelismo, que é, no Nordeste, a marca registrada do exercício do poder local por vários grupos.

¹⁸A discussão sobre o uso da terra e as condições de sua apropriação proposta pelo poder político dominado pelos grandes proprietários de terras, resultou na Lei de Terras em 1850. Essa Lei estabeleceu o pacto das elites de 1850, mantendo a concentração fundiária e a disponibilidade de força de trabalho para a grande lavoura comercial. A constituição republicana de 1891 e o código civil de 1917 mantiveram-na, repactuando a questão. Mudou apenas a concessão das terras devolutas, excluídas as terras marinhas e as faixas de fronteira, que passaram com o pacto federativo para os estados, premiando, assim, as oligarquias locais. (OLIVEIRA, 2012, p. 28)

O coronelismo se apoia no patriarcalismo para organizar a sociedade, o qual possui a figura do patriarca – um senhor de terras, na maioria das vezes, autoritário e centralizador – e todo um núcleo familiar que gira em torno dele. Esse caráter agressivo é minimizado pelas relações paternalistas que funcionam como instrumento de legitimação da dependência entre o senhor de terras, os trabalhadores e o poder institucional (o Estado). Como afirma BURSZTYN (1984, p. 20), o paternalismo atua:

Como um mecanismo eficaz na consolidação das relações de dependência que subordinam os trabalhadores aos caciques locais, tanto ao nível econômico (via endividamentos externos resultantes do sistema de “adiantamento” que historicamente funcionam como financiamentos à pequena produção) como social (via relações de compadrio, que unem, de forma subordinada, minifundiários a latifundiários). Em segundo lugar, e como decorrência lógica, essa dependência irá refletir-se no nível político [...] desde a época colonial – quando possuíam prerrogativas de justiça e militar – passando pelo império – quando eram nomeados coronéis da Guarda Nacional –, até o período republicano – quando a forma de subordinação do trabalho ao capital no campo permite a emergência do voto de cabresto e dos currais eleitorais

Com esse conjunto de fatos históricos e geográficos que apontam para a importância da estrutura fundiária e o papel do trabalho produtivo com a figura de um patriarca, e que centraliza poder na organização social do trabalho na esfera pública, temos outra esfera de atuação do patriarca que possui grande importância, que é a unidade familiar. Nesse âmbito ele busca determinar a interdição da mulher na esfera pública, a divisão sexual do trabalho, moldando as relações sociais no espaço. Vejamos um trecho do cordel “Cidadania nome de mulher” da Cordelista cearense Salete Maria (2001):

Quando minha bisavó
 Vivia pelo sertão
 Era um tempo de aperreio
 Era grande a precisão
 Mulher não tinha direito
 Pro homem tudo era feito
 Só ele era cidadão[...]
 Se quisesse trabalhar
 Seria dentro de casa
 Estudar era um perigo
 Pois podia criar “asa”
 A família exigia
 Q’ela se casasse um dia
 Pra ver se desencilhava

Esta organização da sociedade que determina os papéis sociais de acordo com sexo/gênero pode ser expressa de diversas formas. Os trechos acima mostram que essa sujeição era juridicamente reconhecida pelo Estado, não tendo direito a possuir propriedade,

poder votar ou falar sobre política nos espaços que foram construídos para homens. O trabalho doméstico a que eram submetidas, por não ser reconhecido como trabalho, não ser remunerado, além de obrigatório às mulheres, qualifica o trabalho feminino como inferior, pois não é responsável por “sustentar” família, porém mesmo historicamente invisibilizados.

As mulheres em geral não são citadas, ou mesmo é discutido o seu papel nessas mudanças econômicas e sociais, como se estas mulheres não fizessem a história. Porém, se analisarmos as tabelas (05 e 06) abaixo, percebemos que a quantidade populacional entre homens e mulheres, num período próximo ao dos dados anteriores sobre estrutura fundiária, temos um grande número de mulheres que produziram, trabalharam e são força de trabalho produzindo a história.

Tabela 05 – População por Sexo – 1940

	TOTAL	HOMEM	MULHER
Brasil	4.1091.032	20.614.088	20.622.227
Nordeste	9.973.642	4.893.906	5.079.736
Ceará	2.091.032	1.028.284	1.062.748

Fonte: Estatísticas do século XX, IBGE. Acessado: 02 de março de 2017 às 15:42.

Tabela 06 – Ramos de Atividade da população de 18 anos ou mais – 1940

	TOTAL	Agricultura, Pecuária, etc.	Atividades domésticas e atividades escolares	Outras atividades
Brasil	20.960.865	7.398.445	8.501.354	5.061.061
Nordeste	4.945.365	2.039.634	1.967.938	3.937.793
Ceará	993.665	404.370	407.882	181.413

Fonte: Estatísticas do século XX, IBGE. Acessado: 02 de março de 2017 às 15:31

Podemos perceber, claramente, uma equivalência populacional entre homens e mulheres. A população de mulheres no Ceará corresponde, em média, a metade da população total do Estado. Vale ressaltar que os dados citados correspondem à população urbana e rural.

Nesse sentido, as diferenças colocadas na divisão sexual do trabalho, que se institui na unidade familiar patriarcal, relegam para a mulher o desenvolvimento do trabalho no âmbito da reprodução social da família, preparo do alimento, educação das crianças para o trabalho, cuidados de saúde, garantia do mínimo de bem-estar, etc. Esse trabalho é o

responsável pela garantia da reprodução da força de trabalho que desenvolve a produção de bens.

Há uma relação indissociável entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho, pois “no seio da formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social dos seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma a outra” (ROSSINI, 1998, p.8). Estes são o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

Como podemos perceber nas tabelas anteriores (Tabela 06) as duas atividades que mais possuíam contingentes populacionais no estado do Ceará eram as atividades produtivas (agriculturas, pecuária, etc) com 404.370 pessoas, e as atividades domésticas e escolares com 407.882 pessoas, é a maior parte da população. Sabendo-se que a maior parte do trabalho doméstico e escolar era de “obrigatoriedade feminina”, quem são esses ou essas que desenvolvem esse trabalho. Vale salientar que as mulheres no devido período de análise não possuíam reconhecimento legal do Estado, para o desenvolvimento de vários trabalhos. Por isso o grande contingente populacional de mulheres no trabalho doméstico e escolar (que se manifesta como extensão das atividades de função feminina – a educação das crianças) é uma manifestação de sua situação social de subalternidade.

Apesar desse modelo de relações se instituírem para o conjunto da sociedade, ou seja, desigualdades nas relações de sexo/gênero e raça, se penetrarem em todas as classes, a classe é o divisor, na experiência da mulher no trabalho.

Vejamos um trecho do poema, O pobre e o rico (FALCI, 2015):

A pobre sem um vintém
 Não compra nada na feira
 A mulher do rico é dama
 A do pobre é costureira
 Não pode comprar a máquina
 Termina sendo rendeira
 Pobre sentada da mó
 Por lhe faltar a cadeira
 A pobre rede é de palha
 A porta é simples esteira,
 Usa panela de barro
 Pra cozinhar macaxeira

Este texto demonstra uma forte característica sobre os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres pobres. Em geral a pobreza obrigava toda a família a desenvolver trabalhos que lhe voltassem algum tipo de beneficiamento para a reprodução, comida, para a alimentação ou dinheiro para a compra de alimentos, vestimentas e remédios. A família

composta pelos mais pobres não se enquadra no modelo em que o homem é o único gerador de renda, pois os níveis de exploração que se davam eram deveras alto. Nesse sentido, a unidade familiar era a área de socialização da renda, pois as mulheres transitavam no âmbito público, do trabalho, porém o trabalho doméstico não recebia de igual forma, o trânsito dos homens.

Os agricultores familiares possuíam em suas famílias a base da mão de obra necessária para sua reprodução social e para a produção de mercadorias que estes desenvolviam. As famílias socializavam a renda do trabalho de toda a família, porém:

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir o sustento. Eram, pois costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras, ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado dos irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher (FALCI, 2015, p. 250)

Estas questões expõem como se formaram as desigualdades de acesso à terra, a constituição dos latifúndios e nos auxilia na compreensão de que ter acesso à terra (meio de trabalho) é a garantia da produção e reprodução da vida social, entendendo que as mulheres são impactadas pela restrição e no desenvolvimento das suas práticas cotidianas.

2.4 Desenvolvimento produtivo do campo e a organização de movimentos sociais

Os primeiros decênios do século XX foram marcados por diversas crises seguidas de grandes mudanças. Inicia-se com as mudanças políticas e econômicas do cenário mundial. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial criaram demandas e circunstâncias que incidiram diretamente nas economias dos países dependentes, como podemos perceber com a produção do algodão no sertão nordestino. Outro produto, que entrou na economia brasileira e se perpetuou, foi o café. Na verdade, tornou-se o principal produto nacional, destacando-se no mercado internacional e diminuindo o poderio da cana-de-açúcar.

No Brasil, aprofunda-se o desenvolvimento das forças produtivas. As relações comerciais com a Inglaterra, no período posterior à guerra, são fragilizadas e outra grande potência começa a despontar e substituir o império britânico, os Estados Unidos. Por volta dos anos de 1930, temos uma grande crise econômica que atingiu fortemente os EUA, conhecida como a grande depressão e que gerou impactos desastrosos para a política econômica dos países dependentes. Ianni (2004) afirmou, em seus estudos sobre a questão agrária brasileira,

que “a crise atuou de duas maneiras: a primeira foi uma drástica queda no volume e no valor das exportações e a segunda, foi a implementação da política de protecionismo alfandegário, pelos EUA e os países desenvolvidos industrialmente, que “amarrou” as nações dependentes. Tendo um resultado desastroso para a produção cafeeira brasileira.”

Não se pode esquecer que, nesse período, ocorreu um forte aumento das relações de trabalho assalariadas. Porém vale ressaltar que essa “modernização” das relações de trabalho no campo não se distribuiu igualmente no território nacional.

A esfera de abrangência da produção do capital não se restringe ao percurso “produção, apropriação e circulação da mercadoria”, que com o advento das tecnologias de informação trouxe uma grande modificação nessa regra que foi a facilidade de suprimir o espaço pelo tempo e facilitar esta circulação. O desenvolvimento e a modernização produtiva baseiam-se na organização e divisão do território e suas funções na produção e na mão de obra assalariada.

O processo pelo qual o capitalismo se expande no país passa necessariamente pelo domínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e pelo predomínio do trabalho familiar, camponês, portanto, nas pequenas propriedades ou pequenas unidades de produção (OLIVEIRA, 1997, p. 25).

As mudanças ocorridas não se restringem ao Brasil ou ao Nordeste. Como vimos, o desenvolvimento do capitalismo e a globalização, nos países dependentes, impõe algumas regras globais e seus efeitos na organização espacial podem ser encontrados na diversidade de formações econômicas pelo mundo. Um ponto de grande relevância se dá no aumento circunstancial da população mundial, por conseguinte, da força de trabalho. Segundo Harvey, esse aumento se deu pelo crescimento populacional, além de haver um incremento de uma parcela socialmente excluída do trabalho produtivo, as mulheres, “o proletariado alcança hoje números inéditos. Mas passou por uma radical feminização, além de ter se tornado geograficamente disperso, culturalmente heterogêneo” (2015, p. 93).

O Banco Mundial (1995) estima que a força de trabalho global dobrou de tamanho entre 1966 e 1995. À altura desta última data, cerca de 2,5 bilhões de mulheres e homens eram participantes ativos do mercado de trabalho e, em consequência estavam sujeitos às condições do trabalho assalariado (HARVEY, 2015, p. 63).

Nesse cenário, o Estado brasileiro inicia diversas reformas que buscam a modernização das suas instituições e jurisdições, que vêm a compor o cenário de legislações

que garantam o livre desenvolvimento do capitalismo, denominadas de reestruturação estatal. Seus alvos eram as esferas comerciais e produtivas, por meio do incentivo a industrialização no Brasil e da modernização conservadora do campo. A atuação do Estado, enquanto agente ativo desse processo aparece agora como um interventor aberto nas relações econômicas e relações trabalhistas. O grande marco que podemos citar é a criação da legislação trabalhista e a institucionalização dos sindicatos.

Nesse sentido temos um desenvolvimento espacial do meio técnico científico. A abertura do mercado nacional para diversas empresas nacionais e multinacionais provocou um giro muito forte na realidade social, política e econômica do país. Temos: 1) O Estado como interventor no desenvolvimento técnico nacional, com o apoio do grande aparato de países industrializados. 2) Transferência de dinheiro público para uso privado por meio da política de incentivos fiscais para os projetos de colonização, tendo como principais rotas o Norte e Oeste do país. 3) Aumento dos conflitos no campo e da expropriação de terras. 4) Processo de urbanização e industrialização, com as migrações do campo para cidade. 5) Divisão técnica do trabalho mais complexa. 6) Aumento das tensões sociais no campo e na cidade.

Todos esses processos citados acima são fundantes para a ordenação territorial de acordo com a demanda produtiva e de circulação de mercadoria.

No Nordeste a presença estatal se dá incisivamente com a formação de órgãos, como a SUDENE em 1959, que foram responsáveis por diversas obras de infraestrutura e desenvolvimento técnico no Nordeste, principalmente no tocante à prevenção dos efeitos da seca. Porém, a atuação desses órgãos não deve dar margem à ilusões. Suas ações não chegaram a modificar as estruturas locais e regionais de poder, mas apenas a “aprimorá-las”. Com as relações paternalistas e clientelistas, ainda existentes no nordeste, os “coronéis” locais incorporaram, ao seu modo de agir, às instituições de acordo com suas demandas¹⁹. Os programas e benefícios dessas instituições entraram como mais uma moeda de troca no marcante clientelismo do Nordeste, estabelecendo a garantia da atuação do Estado em favor dos poderes locais e regionais. Em troca o Estado recebe dos poderes locais a garantia de sua base eleitoral, o que muitos autores chamam de voto de “cabresto”. Nesse contexto, vale ressaltar que o caráter concentrador da estrutura fundiária nacional é aprofundado.

¹⁹ Para maior aprofundamento no tema ler “O poder dos donos” do autor Marcel Bursztyn(1984).

Tabela 07 – Número de Estabelecimentos Agropecuários por Área Ocupada – Ceará

	Número de Estabelecimentos Agropecuários por Área Ocupada – Ceará						
		<i>Menos de 10 há</i>		<i>10 a menos de 100 ha</i>		<i>100 a menos de 1000 ha</i>	
	Num. Total	Num.	Área	Num.	Área	Num.	Área
1970	245.432	48,91	3,89	41,49	27,48	8,99	44,35
1975	251.650	51,66	4,7	39,65	29,15	8,29	46,29
1980	245.878	47,86	3,93	42,48	29,03	9,14	46,5
1985	324.278	63,26	6,17	29,99	28,41	6,4	45,41
1996	339.602	72,24	7,07	22,44	27,69	4,97	45,98
2006	381.014	67,57	6,74	17,98	28,6	3,89	46,22

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Em todo esse transcurso da fixação do capitalismo, adentraremos nas forças políticas que construíram esses processos. A história do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário brasileiro é a história de exploração, miséria e violência, porém nessa realidade temos a grande força que resiste e se reinventa na produção de novas relações sociais no campo, os trabalhadores, que nem sempre foram reconhecidos por esse termo, porém sempre foram os que produziam e mudavam a realidade. Seja ela a transformação da natureza em mercadoria, sejam elas as relações sociais.

Eric Hobsbawn, historiador que escreveu a obra “A era dos Extremos” (1994), ele discorre sobre o século XX, afirmando que este foi o século que teve um período de catástrofes e de períodos que houve a maior transformação social já vivenciada pela humanidade. No Brasil este século foi marcado por muitas formas de resistência e luta dos pobres do campo e da cidade. A partir do caráter contraditório do campo brasileiro, ao mesmo tempo em que o campo se desenvolve com mão de obra assalariada, expropriando as terras, temos uma parcela de trabalhadores que resistem e se organizam na tentativa de reproduzir uma agricultura de base familiar, o campesinato brasileiro.

Os conflitos causados pela expropriação de terras e a exploração dos trabalhadores é a base material da desigualdade social, da luta de classes no campo. Os trabalhadores rurais, que foram se forjando em diversas relações de trabalho para garantir o pão de cada dia, compõem diversos setores assalariados, semi-assalariados, boias-frias, meeiros, além de ser composta por sujeitos sociais bem heterogêneos como mulheres, negros e LGBTQI (parte do movimento mais contemporânea). Sendo assim, as suas reivindicações imediatas partem de

realidades materiais e políticas distintas, porém a estrutura que gera a exploração de maneiras diferenciadas coloca-nos na mesma classe, os trabalhadores.

As Ligas Camponesas²⁰, organizadas no Nordeste, dão, pela primeira vez, uma dimensão nacional à organização dos trabalhadores contra a injustiça, exploração e opressão que os mais pobres sofriam. Sua existência foi curta, assim como a de diversas organizações desse período. Uma locomotiva entrou nos trilhos da história do Brasil e da América Latina, os regimes militares ditatoriais, iniciados no ano de 1964, por quase 30 anos, atuaram para dissolver o mínimo de relações democráticas que havia, e proibiam e perseguiram qualquer organização coletiva, de esquerda.

Os anos em que o Brasil viveu sob ditadura militar, contraditoriamente, foram os mesmos anos em que se aprovou o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo de Castelo Branco. O Estado, nesse período ditatorial, com o intuito de centralizar o poder na esfera federal e controle, tornando-se um interventor social de maneira diferenciada como vinha fazendo até meados de 1960.

O PNRA pensa, pela primeira vez, juridicamente a função social da terra e busca organizar o mercado de terras decorrentes dos conflitos pela sua posse. Estes conflitos, que tinham, muitas vezes, a presença dos sindicatos rurais como instrumentos de organização dos trabalhadores, foram marcada pelo assassinato²¹ de trabalhadores que lutavam contra a expropriação feita por posseiros e pelo cumprimento dos direitos trabalhistas.

A ação do Estado não pode ser notada como neutra. Durante esse período, sua intervenção na organização do mercado de terras, não produziu nenhuma mudança estrutural na questão fundiária e nem mesmo nas relações de trabalho. Segundo Oliveira (2007), “este processo de desenvolvimento se deu de maneira desigual e combinada, não apenas retirando a terra do camponês, num processo de proletarização em alguns setores (cana-de-açúcar, laranja, soja, etc), mas ao mesmo tempo incorpora à dinâmica do capital o camponês que ainda possui sua terra de trabalho”. O Estado interveio por meio de um regime autoritário e centralizador, a favor do capital nacional e internacional, aplicando um projeto de

²⁰As ligas camponesas exerceram um papel muito importante a colocar a pauta de reforma agrária em evidência nacionalmente, a sua organização tinha grande proximidade com o Partido Comunista Brasileiro. “A origem da expressão ‘Ligas camponesas’ está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região do Recife pela década de 1940. Este movimento decorreu do fato de, na época, os sindicatos rurais serem inconstitucionais. A maioria desses núcleos com a colocação do partido na ilegalidade.”(OLIVEIRA, 1988, p.26)

²¹ Para maiores informações e dados sobre violência no campo, buscar nos relatórios anuais de violência no campo, da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

desenvolvimento – moderno e excludente ao mesmo tempo – do capitalismo no campo brasileiro.

Dos anos 1980 até os dias atuais, temos todo um período de aprofundamento da modernização técnica do campo brasileiro. O aumento da mecanização, do uso de insumos agrícolas, pesticidas e das sementes transgênicas atendeu às exigências do mercado internacional, período esse conhecido como a Revolução Verde.

A agroindústria, potencializada pela adoção do agronegócio como modelo, não acabou com as desigualdades socioespaciais no campo, ao contrário, recriam relações pré-capitalistas de trabalho, utilizando-as para obter o máximo de exploração da qual a sua exploração está diretamente ligada à produção familiar. Esse processo de aumento da diversidade das relações de trabalho com a modernização produtiva traz mudanças quanto a trabalho desenvolvido pelas mulheres. Vejamos na passagem a baixo:

Enquanto os homens representam 39,3% do total de empregados masculinos na agricultura, as mulheres participam com 32,5% dos contingentes femininos nesta categoria. Dentre os agricultores, 45,2% são trabalhadores autônomos, enquanto apenas 26,6% das mulheres estão neste caso. A proporção de homens empregadores é de 3,2%, ao passo que tão-somente 1,0% das mulheres está neste caso. A maior disparidade, todavia, se situa na categoria dos trabalhadores não remunerados. Dentre os homens os membros não remunerados da família significam somente 13,2%, enquanto esta cifra alcança, dentre as mulheres, 39,7%. Este dado é suficiente para que se conclua sobre o enorme significado do aporte feminino na economia familiar da zona rural (SAFFIOTTI, 1983, p. 69).

Essa mudança, quanto o papel desempenhado pela mulher em se localizar com maior força no trabalho produtivo, se dá pela necessidade material de sobrevivência, da qual o status do homem como o único provedor familiar²² decai frente à exploração de classes e suas necessidades de sobrevivência, porém a tomada da responsabilidade dos homens nas tarefas domésticas não acompanha o trânsito das mulheres nos espaços públicos, tendo assim um acúmulo no trabalho para elas.

²² “No sistema capitalista imperialista vemos que a família e a localização das mulheres na produção dançam ao compasso das necessidades e possibilidades dos capitalistas, aproveitando sempre o fato de que são oprimidas. Este processo sempre acompanhado, de maneira complexa, com toda uma superestrutura legal que consagra o casal, a desigualdade a mulher, a ilegitimidade dos filhos por fora do matrimônio, ainda que com profundas diferenças de país para país.” (CARMEN e PETIT, 2012, p.76)

As relações de opressão e dominação de gênero determinam o modo e a escala nos quais a carga de trabalho será distribuída, dando lugar a uma divisão desigual: mulheres trabalham mais, enquanto homens trabalham menos, mas não há nenhuma apropriação do “excedente” (ARRUZA, 2015, p.42).

Diante de todo um projeto desenvolvimentista, pós-1980 (governos democráticos), de incentivo e investimento no Agronegócio no Brasil, não coube o camponês como produtor independente dentro desta “máquina”. Acarretando, neste processo, uma agressiva ruptura desse camponês com seus meios de trabalho, a terra (MARTINS, 1991; OLIVEIRA, 1997).

No Brasil, o agronegócio se apropria cada vez mais de espaços, construindo territórios, nos quais tem o poder de, entre outras coisas, condicionar a divisão do trabalho em seus aspectos técnicos (definir perfil de profissionais de maior demanda e respectivas remunerações), espacial (definindo os lugares com mais e menos postos) e de gênero (estabelecendo os lugares masculinos e femininos nos processos de trabalho). (CAMPOS, 2011, p. 21)

A luta de classes não cessou. Com essa nova realidade, mais excludente para o trabalhador rural, com a abertura democrática no país, novos movimentos sociais no campo se reconstruíram. Novas e diversas organizações surgiram e a bandeira da reforma agrária ganhou força, novamente.

A força dessas novas organizações possui feições de mulheres que se colocam pela reforma agrária e pelo direito de terem direitos. A sindicalização foi um dos principais meio de organização de diversos camponeses na luta pela terra, tendo ocorrido no período de organização das Ligas Camponesas, quando pela primeira vez as mulheres encabeçaram lutas camponesas e se tornaram referências nacionais na luta pela terra. Essa afirmativa anterior deve ser seguida da ressalva de que não estamos desqualificando movimentos anteriores ou escondendo a força e a luta de mulheres que estiveram em movimentos anteriores. Elisabeth Teixeira²³ e Margaridas Alves²⁴ são exemplos de mulheres que se destacaram pelo fato de tornarem-se presidentes de sindicatos e referências dentro do espaço de decisões dos movimentos sociais a nível nacional da luta pela terra.

²³ Elisabeth Teixeira foi uma grande líder do movimento Ligas Camponesas no município de Sapé - PB. Após o assassinato de seu marido de grandes perseguições sofridas pela Liga nos governos militares. Ambos foram fundantes dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé – PB, em 1962. Mais informações consultar Carneiro, 2011.

²⁴ Margarida Alves foi presidente e uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – PB. A sua luta enfrentou os donos dos engenhos da zona da mata paraibana. Foi assassinada no ano de 1983.

Muitas Marias, Franciscas e Josefas estão nas fileiras da resistência construindo a luta. Porém o caminho de disputa das mulheres não está apenas contra o Estado ou contra o grande capital que expropria as terras. Parte da grande luta das mulheres no campo se coloca no âmbito do combate contra a ideologia machista que dificulta sua atuação política em pé de igualdade com os homens²⁵. Para percebermos o quão distante as mulheres estavam dos homens na disputa política, um dos primeiros enfrentamentos coletivos das mulheres é o direito a sindicalização, direito a ter voto nas decisões políticas, ou até mesmo o seu reconhecimento com agricultora (o que só veio a ocorrer no final dos anos de 1980).

As mulheres trabalhadoras rurais, ao buscarem a inscrição sindical para o reconhecimento de seu trabalho no mundo camponês, produzem outro campo político para engendram uma fala e um jeito de fazer política. Criam um novo campo político de forças e de lutas específico de mulheres – os movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013, p. 250).

Esse novo espaço político que as mulheres disputam traz consigo uma grande força organizativa de trabalhadoras que necessitam se organizar em torno de suas demandas específicas, ao passo que se identificam como sujeitos sociais na luta pelo espaço de decisão.

O MST surge nos anos 1980, como fruto do desenvolvimento desse contexto de maior complexidade do campo e surgimento de novas demandas, organizando trabalhadores já expropriados, dentre os quais muitos já se deslocavam para as periferias das grandes cidades. Todo esse período é marcado por diversos conflitos²⁶ que destacam um setor da classe na luta pela garantia jurídica e política de direitos sobre o que se produz e onde se

²⁵No Ceará, Raimunda Pereira de Sales, lavradora do núcleo rural de Crateús da União de Mulheres, foi indiciada em inquérito, acusada de “incitar” a invasão da propriedade privada. Lá, quando trata-se de ocupar terras ociosas, as mulheres vão a frente e mandam buscar, depois, seus maridos. Em Chapecô-SC, a luta pioneira das mulheres da Base mulher agricultora estendeu às mulheres de colonos o direito à sindicalização. Elas lutam, agora, pelo direito da mulher ao FUNRURAL desvinculada do marido, sem condição de “dependente”. (MAFEI, 1985, p. 17)

²⁶ “Entre 1980 e 1985 foram assassinados 721 trabalhadores rurais, dos quais 222 só no ano de 1985, primeiro ano da Nova República. De janeiro a maio de 1986 já foram assassinados outros 80, entre trabalhadores rurais, advogados e agentes pastorais. Assusta também, a desenvoltura com que agem os grandes latifundiários através da nova União Democrática Ruralista (UDR). Fundada em junho de 1985 e já instalada em São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Maranhão e Pará, a UDR se articula com as Associações Rurais dos vários Estados e se constitui num verdadeiro lobby junto ao centro de poder, em Brasília. São organizados leilões de gado para angariar fundos e financiar a campanha da UDR e, sem dúvida, para formar ou ampliar milícias privadas (compostas de jagunços e militares reformados) em vista dos conflitos em curso com posseiros e sem-terra.”(GRZYBOWSKI, 1987, P. 15)

produz, além de lutarem por reconhecimento e espaço político e com direitos iguais, no caso das mulheres. É a luta pela terra de trabalho.

Pois bem, a reflexão sobre os espaços de luta organizados pelo MST, é de grande importância, porque nos leva a refletir qual o modelo de organização social que lutamos e como é possível chegar até ele. Nesses espaços políticos, temos as experiências de lutar para superar as ideologias racistas, patriarcais que colocam as diferenças, como desigualdade. Cabe aqui entender como se deu o processo de luta das mulheres nesses espaços de luta.

3 GÊNERO E ESPAÇO AGRÁRIO: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA LUTA NO CAMPO

“A malota era um saco
e o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara
Viajando num pau-de-arara
Eu penei, mas aqui cheguei”
(Pau de arara – Luiz Gonzaga)

A literatura produzida pelas áreas de conhecimento das Ciências Sociais, em especial pela Geografia, sobre a questão agrária brasileira nos traz contribuições de máxima importância para entendermos os processos formadores do campo, suas relações de trabalho, sua estrutura, relações culturais e tudo que diz respeito ao meio rural e sua complexidade. Dentre as possibilidades de estudos, uma obteve grande destaque posterior aos anos de 1970: as produções que debatem o movimento social rural, compreendendo que “a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modo de viver e enfrentá-la” GRZYBOWSKI (1987, p. 17).

Os espaços de disputa política no campo brasileiro tornam-se cada vez mais diversos e plurais ao passo que o capitalismo se desenvolve no campo.

Uma face dessa diversidade é o aumento constante de mulheres nos espaços de organização política e de enfrentamento. Por isso, localizar a discussão de gênero no espaço agrário surge como uma necessidade real, de modo que se busque abarcar a realidade o mais próximo possível.

Na roça, na cozinha, na assembleia, no acampamento, no enfrentamento com a polícia, no tratar do/da filho(a) doente, na conversa no terreiro, no cuidado com a horta, todos esses momentos, espaços e lugares fazem parte da construção do trabalhador e da trabalhadora rural, de forma indissociável. O cuidado e a esperança em ter condições de vida com mínimo de qualidade é a força motriz da luta pela terra, pela reforma agrária.

Nesse cenário, as mulheres e os homens não se localizam em pé de igualdade. Os espaços políticos e o espaço doméstico seguem uma lógica de trabalho produtivo e reprodutivo, sendo estes espaços públicos e espaços privados.

Invisibilizada, vítima de uma subalternidade em relação aos homens e historicamente construída sob o patriarcalismo, as mulheres que lutaram e lutam pela terra enfrentam as barreiras de não serem consideradas sujeitos políticos pensantes, de modo que

em geral o seu pensar é interpretado como sendo derivado das opiniões políticas do seu marido. Essa realidade encontra-se presente e com forte peso nos movimentos sociais, no sindicalismo e em todas as organizações de trabalhadores(as).

Para tanto, essa realidade não exclui o trabalho das mulheres na construção da luta pela terra. Veremos que, na luta contra o machismo, o Estado e o capital, a força das mulheres tornou-se necessária para garantir a força política dos movimentos.

3.1 Criando espaços políticos

No final dos anos 1970, por volta de 1978, período ainda da Ditadura Militar, há uma grande reorganização e tentativa de unificação de movimentos sociais, partidos políticos, novo sindicalismo²⁷, em torno de uma pauta elementar, o direito de reivindicar seus direitos.

A situação econômica e social do Brasil durante o período acima mencionado, com uma estrutura fundiária cada vez mais concentrada, produz novas realidades que obrigam as mulheres a romperem os seus locais pré-determinados ligados aos afazeres domésticos e as colocam no âmbito público do trabalho em busca de renda, o trabalho remunerado. A participação das mulheres nos movimentos sociais não se dá da mesma forma que os homens. Suas experiências e seus incômodos sociais são determinados pelo espaço social ao qual são submetidas. Como atesta Thompson (2009, p. 139):

(...) experiência é um termo médio necessário entre o ser social e consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor a cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência do modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida.

²⁷O termo Novo Sindicalismo, refere-se a um período de junção de forças sociais, na redemocratização brasileira, que atuou no sindicalismo brasileiro. A partir de novas organizações que surgiram para orientar conjuntamente os sindicatos, a nível nacional. Nesse sentido temos a fundação de instituições paralelas ao sindicato – estrutura do Estado – como as Centrais Sindicais que unificam suas pautas políticas, sob a influências de vários setores da sociedade. A exemplo temos a principal central sindical que foi formada, a CUT. Esta se formou sob influência de partidos de esquerda, de uma ala progressista da igreja, Norteada pela Teologia da Libertação e aproximação com os movimentos populares. Portanto os Sindicatos passam por uma mudança de atuação social na política brasileira, deixa de ter pautas meramente específicas e passa a lutar por pautas unificadas a classe trabalhadora. Para maior aprofundamento da temática ver: Boito Jr. (1991), França (2013)

O trabalho desenvolvido pelas mulheres, reconhecido ou não pelo conjunto da sociedade, exerce uma pressão sobre a percepção da mulher sobre si e a realidade. Assim, a realidade econômica e social, que levou as mulheres ao espaço produtivo, trouxe a possibilidade de novas formas de pensamento e de compreensão acerca do lugar da mulher. Segundo SILVA (1994, p. 159) “A compreensão do papel da mulher na reprodução do grupo social ao qual pertence requer a análise tanto da sua atuação na produção e reprodução da força de trabalho como reprodução social e cultural da unidade familiar”. O trânsito da mulher ao trabalho não se limita aí, pois o processo educacional e de pensar novas formas de lugares sociais é refletido e gera o movimento de entrada das mulheres em contato com os ambientes políticos, das assembleias, das organizações de base. Assim, as experiências e o processo formador desenvolvidos pelas organizações (CPT, CEB's, MST, PCB, PT, CUT, etc.) possui um papel determinante na superação de algumas barreiras impostas pelo machismo, para estas permanecerem nos espaços de luta.

Esse processo não implica no rompimento com a ideologia que determina a posição da mulher no trabalho doméstico. Ao longo dessa jornada, temos um acúmulo de trabalho, pois o que leva a mulher ao trabalho não é uma ação dissociada da realidade, ou seja, não é uma ação de tomada de consciência enquanto sujeito social livre e formado historicamente. O que leva a maior parte das mulheres trabalhadoras a transitar nesses espaços ditos masculinos é a necessidade objetiva de reproduzir a família, em sua grande maioria, a prioridade é se alimentar.

A reorganização dos movimentos sociais e sindicais, no final dos anos de 1970, trouxe novas formas de luta que buscavam responder às necessidades dos trabalhadores na fase política em que o país então se encontrava. A luta no campo já havia passado por uma disputa encarniçada em torno da aprovação do Estatuto da Terra (1964) e o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)²⁸. Enfrentamentos diretos com pistoleiros a mando de coronéis²⁹ e as mortes no campo eram fatos corriqueiros devido à forte ofensiva que os governos militares aplicavam a qualquer um que resistisse as suas “leis”. O campo brasileiro não era mais privilégio dos coronéis e da burguesia nacional, a abertura do mercado para as grandes

²⁸ Os Planos Nacionais de Reforma Agrária pode ser encontra no site do INCRA.

²⁹ A formação de bandos de pistoleiros que serviam aos coronéis de terras para assassinar os camponeses nas suas lutas eram muito comuns. No decorrer de 4 anos, de 1979 a 1983 foram assassinados 269 mil famílias. Segundo A CPT de janeiro a agosto de 1985 115 trabalhadores (MAFEI, 1985).

empresas do mercado internacional trouxe outros sujeitos para os conflitos de disputa pela terra. As políticas de Estado de incentivos fiscais e isenções de impostos para atrair essas grandes empresas, fortaleciam o aumento da desigualdade da estrutura fundiária, que estava cada vez mais concentrada.

Os problemas no campo e a pobreza da maior parte dos camponeses só aumentaram após a década de 1960. Nessa realidade social, a relação dos camponeses com a religião sempre foi muito próximas. As CEB's aparecem como um setor da igreja católica que contribui para a organização dos mais pobres no campo, atuando com uma perspectiva de informar os camponeses sobre os seus direitos, na luta por um mundo mais justo, sendo um espaço essencial para aglutinar trabalhadores e organizá-los em movimentos coletivos, em torno da discussão da desigualdade fundiária, dos direitos trabalhistas e de acesso à terra.

As mulheres, a princípio, participavam das CEB's com o papel organizativo (as reuniões, celebrações, cuidado dos filhos para os maridos participarem da reunião). Segundo Esmeraldo (2011, p. 123), “nesses lugares ela se defronta com ‘campos de luta’ e com ‘campos de forças’ historicamente instituídos e hegemonzados por posições de gênero masculino e com caráter produtivo e econômico”. O “campo de luta” se coloca como o espaço de disputa política da classe trabalhadora em sua totalidade, que para as mulheres se dividiam em lutar por direitos sociais no Estado e direitos democráticos nos espaços construídos pelos trabalhadores, estereotipado como espaço masculino, os espaços públicos.

As CEBs não foram as únicas organizações que possuíam envolvimento com os trabalhadores. No caso da organização dos sindicatos rurais, o Partido Comunista Brasileiro possuía uma grande atuação desde o período das Ligas Camponesas. Esse período é marcado pelas frentes de luta, que envolviam vários setores e organismos da classe trabalhadora (CUT, CPT, Partidos dos Trabalhadores, Oposições sindicais, etc).

Os questionamentos que a mulher do campo fazia acerca da realidade a sua volta incluía a própria percepção sobre a sua prática social e situação em relação a seus pares de classe. Fazendo parte desse campo de luta que anteriormente vimos com Esmeraldo, a formação de movimentos autônomos femininos foi um pontapé inicial das mulheres no sentido de se organizarem com suas pautas específicas e na sua busca pelo reconhecimento de sua diferença – o reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais, trabalhadoras do campo.

No ano de 1986, após o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora do Nordeste³⁰, o primeiro de vários encontros que se sucederam entre 1986 – 1995 foram delimitados como objetivos, segundo Esmeraldo (2011, p. 123):

- a) Articular e organizar as mulheres rurais;
- b) Fortalecer sua ação no movimento sindical rural;
- c) Capacitar as mulheres para ampliar sua atuação;
- d) Construir o autoconhecimento para o domínio do corpo feminino, a partir da reflexão de suas dimensões biológicas, emocionais alternativas de sobrevivência de mulheres e suas famílias;

Esses objetivos³¹ buscam fortalecer e formar um setor da classe que ainda não é reconhecida como trabalhadora, mas sim como extensão dos maridos, pois as pautas, nos âmbitos político e econômico, procuram o reconhecimento enquanto categoria profissional da mulher do campo como trabalhadora atrelada à luta pelos direitos, como a aposentadoria e licença maternidade.

A necessidade desse campo de força foi fundamental para que as mulheres, nesse período, pudessem ser ouvidas e “arrancassem” seus direitos nos espaços de decisão dos movimentos, organizações e do próprio Estado. Esta é uma das bases que fundamenta a necessidade das discussões das relações de sexo/gênero nos movimentos sociais. Se nesse período tal necessidade era premente, atualmente ela persiste e se reafirma.

3.2 Organização do MST e a pauta de mulheres

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge nesse período de reorganização das forças políticas dos trabalhadores (movimentos, partidos, organizações, etc.) marcado por uma rica diversidade. Nesse sentido, um dos elementos da realidade é a divisão espacial do trabalho, na qual os trabalhadores do campo se definem segundo Germer (2002, p. 271) “na

³⁰Este encontro foi organizado por movimentos autônomos estaduais, o MMTR – Sertão Central/PE e o MMT/Brejo/PB.

³¹ “O direito a sindicalização da mulher rural, caminho para a conquista e reconhecimento da categoria de mulher trabalhadora rural e para direitos previdenciários, é apresentado no 4º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1985 e no Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1986 e conquistado ainda no final da década de 1980. Os direitos previdenciários não incorporados na Constituição Brasileira em 1988, e no dia 14 de julho de 1994 a Lei que regulamenta o direito a Salário Maternidade para as trabalhadoras rurais é assinada pelo então Presidente da República Itamar Franco.” (ESMERALDO, 2011, p. 126)

constituição de uma classe extremamente heterogênea entre proletariados e semi-proletariado” (agricultores autônomos com relações pré-capitalistas)³²

O MST tem em sua base social predominantemente o semi-proletariado agrário, isto é entre os pequenos agricultores semi-autônomos (aqui também denominados semi-assalariados), cuja área total é menor que 20 hectares e que ou não tem terra própria ou não tem sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura de contestação ao sistema estabelecido. (GERMER, 2002, p. 276)

Como foi visto a respeito da formação do campo de força das mulheres na luta do campo, o espaço das CEBs foi um sujeito social importantíssimo para a luta específica pela Reforma Agrária a partir de reivindicações de um Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. “As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização a cerca da realidade dos participantes” (FERNANDES, 1999, p. 72).

Essa proximidade com a igreja leva ao movimento um envolvimento religioso muito forte de princípio. Vale salientar que este braço da Igreja Católica, ligado à teologia da libertação, que auxiliava na organização dos trabalhadores, se colocava frente a uma contradição interna, as atuações políticas dos grupos religiosos que a formam. Na Igreja Católica “existem diferentes comportamentos religiosos e políticos, influenciados pela forma como seus membros se ligam às várias classes sociais” (QUEIROZ, 2010, p. 119 apud DELGADO; PASSOS, 2003p. 98).

Uma das cartilhas cujo título é “A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira”, lançada no ano de 1996, faz uma análise sobre a relação com a Igreja, afirmando que “de certa forma este ainda era um movimento pastoral e do movimento sindical. Os militantes se dividiam entre os trabalhos sociais e assessorias entre o trabalho pastoral e os ‘Sem-Terra’”(MST, 1996, p. 10).

Outra instituição que veio a ter grande peso sobre esses trabalhadores foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir dos Sindicatos rurais, e do Partido dos Trabalhadores

³²O autor Claus Germer traz uma caracterização sobre a fração de classe, que esclarece as formações sociais que compõem as bases políticas que constituem o movimento, explicando assim o que é o semi-proletariado rural “na realidade de produtores semi-autônomos, pois a precariedade da terra e demais recursos produtivos que eventualmente possui, obriga-os a recorrer ao trabalho assalariado, fora do seu pequeno estabelecimento, a fim de complementar a manutenção familiar. Assim mais da metade deles não é proprietária da terra que trabalha submetendo-se ao pagamento da renda da terra em diversas formas, renda esta que se caracteriza, não em aluguel ou renda capitalista, mas um excedente do produto do trabalhador, que ele transfere ao proprietário da terra” (2002, p. 271)

que, nesse caso, era uma organização presente na construção da maioria desses espaços de luta anteriormente citados (CUT, Igreja católica, movimentos populares).

“A constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que se estabeleceu como entidade autônoma em 1985, mas que teve origem do mesmo processo de politização de bases da qual nasceu o braço rural da CUT” (GERMER, 2002, p. 276), ou seja, isso significa dizer que dentro da grande heterogeneidade de trabalhadores que compunham o movimento no campo, a parcela de trabalhadores que mais se aproximava da base social da CUT no campo eram os pequenos agricultores e os semi-assalariados. Essa congregação ocorre da necessidade dos sujeitos políticos tomarem para si a causa da reforma agrária como pauta principal e forjarem novas formas de adquirir a terra de trabalho diferente da luta no sindicato.

Ao analisarmos o processo de formação da base político-ideológico e cultural do MST, notamos certa pluralidade de pensamentos. Todas essas relações formam valores. Todo esse processo é vivido por sujeitos, porém suas experiências se diferem.

Entender a composição social dos sujeitos que formam o movimento se faz necessário para conhecer em quais tipos de relações de exploração estes sujeitos estão submetidos. Não podemos equiparar a experiência de um trabalhador rural que possui uma pequena quantidade de terra com a daquele que possui apenas sua mão de obra para vender. Não se pode homogeneizar num discurso em que todos são explorados pelo capital da mesma forma, pois essas duas frações possuem necessidades distintas na esfera economicista, porém, na esfera política, há uma convergência de demandas enquanto partes de uma mesma classe social.

A partir de uma série de experiências de ocupações de terra, de lutas cotidianas em diversas localidades no Brasil ao mesmo tempo, surge a necessidade de articular esses movimentos e experiências. Organiza-se em 1984, o 1º Encontro Nacional, no qual é fundado o MST. Segundo FERNANDES (1999, pag. 79), os objetivos gerais elaborados foram:

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
4. Organizar os trabalhadores rurais na base;
5. Estimular a participação dos trabalhadores no sindicato e no partido político;

6. Dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;

7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina;

Essa pauta de objetivos é resultante de uma série de análises da realidade material e das necessidades da classe e, pode-se observar que esta coloca as questões no âmbito político/econômico, de maneira a tratar o movimento como força social e um sujeito social histórico.

Em 1995, 10 anos após o seu primeiro encontro nacional de fundação, temos o 3º Encontro Nacional do MST, trazendo uma nova elaboração quanto a seus objetivos gerais. Segundo FERNANDES (1999, p. 81):

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, da renda e de riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher;

Notamos que, em 10 anos, modificaram-se e acrescentaram-se objetivos. Essas mudanças partem das diferenças existentes dentro da classe trabalhadora. Nesse sentido, o que fez a pauta de igualdade de mulheres entrarem como parte dos objetivos gerais dessa organização? Cabe aqui entender este contexto da inclusão e a necessidade de pautar a questão da mulher e, para, além disso, analisar quais as práticas sociais enquanto classe para atingir tais objetivos.

3.3 Nenhuma metade a menos: política do MST para as mulheres

O MST possui como principal pauta histórica a luta pela reforma agrária. Esse objetivo coloca como luta diária a disputa por território materializada em suas ocupações e assentamentos e, em uma disputa ideológica, um modelo de produção agrícola fundamentado

na produção coletiva na qual haja terra de trabalho para os camponeses e a utilização dos bens naturais de maneira a conservá-los para gerações futuras.

No entanto, é importante observar que o movimento não se restringe à sua organização fechada e exclusiva. O MST possui em sua estratégia, como já observamos, uma unidade com outros movimentos que busca uma troca de experiências e de fortalecimento da classe trabalhadora. Dentre os movimentos, o movimento de mulheres³³ se fortalece com uma frente presente e decisiva nos espaços de disputa política e econômica da classe trabalhadora.

A organização do feminismo no Brasil se dá no início do século XX, com variações quanto às organizações, pautas e políticas dentro dos movimentos, partidos e sindicatos, fato este que faz com que algumas estudiosas do assunto definam três vertentes do feminismo a partir de suas fundamentações políticas e de sua composição de classe³⁴.

É de se notar que, nos movimentos e organizações históricos do campesinato brasileiro, tiveram mulheres presentes. É inegável o papel histórico de Elizabeth Teixeira nas Ligas Camponesas e Margarida Alves no Sindicato de Alagoa Grande, ambas no estado da Paraíba.

O surgimento da pauta de mulheres não é duvidar que haja a participação feminina, mas o desafio está em reconhecer a situação diferenciada enquanto mulheres e trabalhadoras que, a partir de uma sociedade patriarcal, naturaliza relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Uma sociedade que não as reconhecem como sujeitas sociais ativas e trabalhadoras.

³³Existe um debate acerca do termo utilizado sobre a organização de mulheres em movimentos. A diferença entre Movimento Feminista e Movimento de mulheres. A autora Elisabeth Souza-Lobo, discute a complexidade de se explicar a diferença. Movimento de mulheres seriam os movimentos populares de caráter reivindicatório de pautas socioeconômicas e os feministas questões socioculturais. Para maior aprofundamento sobre a temática ler o livro “A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência” da autora Elisabeth Souza-lobo (2011).

³⁴“A primeira, considerada a mais forte e organizada [...] foi composta por mulheres cultas e da elite brasileira, [...]. Com uma forte perspectiva liberal essa tendência não associava, tampouco confrontava, a desigualdade da mulher em relação aos privilegio dos homens. [...]“A segunda vertente foi denominada ‘feminismo difuso’, expressa nas variadas manifestações da imprensa feminista alternativa. Composta por mulheres cultas ‘com vidas públicas excepcionais’ [...] Defendiam o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. [...]A terceira vertente se manifestou no movimento anarquista e, em seguida, no Partido Comunista, Composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, militantes de esquerda que defendiam a libertação da mulher de forma radical [...] tendo como central, na maioria das vezes, a exploração do trabalho” (CISNE, 2014, pag. 132 – 134).

Vejamos o testemunho de Helena de Paula, viúva e sem-terra da Fazenda Anoni/Paraná, no ano de 1985 no 1º Congresso Nacional do MST:

Tenho 46 anos e trabalho de empreitada prá dar de comer a meus filhos. No congresso dos Sem Terra encontrei com outras companheiras que perderam o marido na luta e perguntei como é que elas vivem, porque perdi meu marido há dois anos e até agora não consegui receber pensão. Então quero saber como é que faço. Planto arroz, feijão, mandioca, batata-doce e milho. Quando não é tempo de colher não dá pra dar um calçado, vestir e dar de comer a meus filhos. Tem que dar um jeito, de executar, de acabar com estes assassinos, porque senão sempre vão fazendo pior [...] João de Paula sempre dizia que tinha que participar na luta pela ocupação da terra, porque se os Sem Terra não se organizassem, a terra ia ficar sempre nas mãos dos grandes. E por isso eu continuo a luta dele (MAFEI, 1985, p. 87-68)

O relato demonstra nos espaços políticos do movimento se tinha uma participação ativa dessas mulheres, desde o princípio, como vimos no 1º Congresso Nacional da organização. O relato destas mulheres atesta a sua participação, porém as suas pautas ainda não são compreendidas como objetivos centrais das lutas. A partir deste congresso que se inicia uma grande luta das mulheres, que é dentro de suas organizações de classe, para ter vez e voz.

Desde então, as suas pautas por direitos foram levadas à frente. Um fator importante é que essas pautas por direitos não se restringiam às trabalhadoras do campo, havendo uma interação entre o movimento popular no campo e a diversidade dos movimentos urbanos. Essa proximidade de pautas não é o mesmo que amadurecimento das discussões acerca do feminismo no movimento no campo. Porém na luta histórica pela democracia e direitos trabalhistas para as mulheres trabalhadoras (Seguro-Desemprego, licença-maternidade, a luta por aposentadoria) moveram muitas organizações de esquerda e as unificaram.

Com isso, a presença da força das mulheres na aquisição de direitos é incontestável. No 1º Congresso Nacional de mulheres do MST, formou-se uma Comissão Nacional de Mulheres do MST que, no ano de 1986, em uma frente com outros movimentos de mulheres, obtiveram do Estado a “sua primeira grande vitória: o reconhecimento como profissional agricultora (Ver anexos 1 e 2).

No ano de 1986, o Jornal dos Trabalhadores Sem terra lança uma matéria intitulada: “Mulher: Profissão Agricultora”. Essa matéria mostra um dos primeiros grandes ganhos das mulheres de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul sobre serem reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais, em 1986 e, posteriormente, no ano 1987, expandido para todo o Brasil.

Profissão: **agricultora**. É assim que vai constar nos títulos eleitorais de mais de 40 mil trabalhadoras do Oeste catarinense e da região do alto Uruguai gaúcho. Como o governo determinou que todo mundo tirasse título de leitor novo, as trabalhadoras rurais foram até os juízes eleitorais de suas cidades e exigiram: “do lar, não. Somos todas agricultoras”. Essa primeira conquista foi no mês de abril.[...] Ainda em abril, estas mulheres estiveram em Brasília para uma audiência com o ministro da Previdência Social, Rafael de Almeida Magalhães. Mais de 80 ocuparam a sala do ministro exigindo aposentadoria aos 45 anos, com salário integral, e direito aos demais benefícios da previdência.

Atualmente, a mulher agricultora não tem direito à aposentadoria. (Jornal do MST, 1986, p. 18)

Percebe-se que a inserção da mulher, nos espaços políticos fortalece uma análise geográfica a partir do movimento de sujeitos sociais que modificam o ordenamento do espaço. Digo, o trânsito das mulheres de casa para o trabalho ou para a assembleia de trabalhadores, pensando e fazendo política, quebra a homogeneidade do espaço, abrindo a possibilidade de produção de novos lugares com novos rostos e perspectivas diferentes da luta. Apreendendo na análise geográfica a relação entre os sujeitos e as práticas sociais na produção do espaço geográfico.

Nessa perspectiva o dialogo sobre as necessidades da classe trabalhadora possui distintas visões, de acordo com as experiências dos sujeitos. Dentro das frações de classe expostas anteriormente, há uma experiência igual da exploração e da organização dos mesmos entre homens e mulheres? Segundo Garcia (2004, p. 35):

O gênero condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados. Neste sentido, um dos elementos fundamentais das relações de gênero é a maneira como se concretizam as relações de poder numa determinada formação social através da opressão (exploração, discriminação, marginalização, violência) e do privilégio (o poder sobre os outros)

A partir dessas inter-relações, insere-se o gênero como categoria analítica do assentamento, do qual é resultado de uma luta específica no antagonismo de classes.

Nos processos de espacialização do movimento, a pauta de mulheres emerge com muita força a partir das dificuldades da inserção das mulheres nos espaços de decisão que são homogeneizados na figura do homem. Porém:

Durante a realização do 1º Congresso Nacional do MST as mulheres reivindicam a participação de 30% no quadro de delegados, realizam a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra e elaboram um documento de reivindicações específicas das mulheres que inclui a sua presença na executiva nacional e a criação de uma instância para representar os interesses da mulher sem-terra (ESMERALDO, 2011, p. 129).

Em 1996 o MST lança uma cartilha intitulada “A questão da mulher no MST”, que elenca os principais problemas encontrados por mulheres na inserção em acampamentos e assentamentos do MST, os desafios e as políticas para se chegar à resolução dessa problemática. “Nos assentamentos e acampamentos, se reproduz os mesmos problemas da sociedade. As mulheres enfrentam os mesmos se não estivessem no acampamento, como discriminação, dupla moral, falta de estrutura para possibilitara participação, etc.” (MST, 1996, p.3)

Os apontamentos elencados pelo movimento, sobre os problemas enfrentados pelas mulheres, nos trazem algumas reflexões. No processo de espacialização (os espaços construídos nos acampamentos e assentamentos) e territorialização (disputa territorial entre os modelos produtivos do campo, como afirma José de Souza Martins, a Terra de trabalho *versus* Terra de negócio), temos compreensões distintas sobre a divisão sexual do trabalho no acampamento e no assentamento.

A experiência do acampamento e a situação de pobreza daquelas pessoas, só foi possível ter uma superação com a organização da luta coletiva de dividir o que já era pouco. As condições materiais levaram a quebra parcial dos modelos formais de família. Vejamos a passagem abaixo:

Durante a fase de acampamento as famílias residem em barracos. A precariedade das suas condições limita o desenvolvimento da vida familiar no seu interior. Esta limitação repercute ampliando o tempo e espaço de convívio coletivo, propiciando as relações comunitárias por cima das familiares. Mas a precariedade do barraco também estabelece uma divisão de funções no seu interior diferenciada a respeito da tradicional divisão de gêneros ‘naturalizada’ na esfera familiar. Queremos dizer com isto que o barraco não é percebido como um ‘feudo feminino’, algo presente, por exemplo, na noção de esfera doméstica nos lotes do assentamento (GARCIA, 2004, p. 72)

Ou seja, ela parte das diferenças entre as relações sociais de gênero que se modificam, a partir de formas organizativas diferentes, que reafirmam experiências distintas entre homens e mulheres nos espaços de luta do movimento.

Dos documentos produzidos pelo movimento,³⁵ temos três pontos importantes abordados pelo Coletivo Nacional de Mulheres³⁶.

³⁵Ver a cartilha A questão da mulher no MST, 1996.

³⁶ O Coletivo Nacional de Mulheres surgiu no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra com o intuito de “cavar” o espaço políticos das mulheres, além de pensar políticas específicas de mulheres e formas, estratégias, de formação e inclusão das mulheres em todos os espaços organizativos do movimento.

O primeiro ponto é o reconhecimento do MST de que os problemas do machismo interferem diretamente na inserção das mulheres nos espaços de luta. Devido ao não reconhecimento de suas atividades produtivas como trabalho, as mulheres lutam, mas não possuem representatividade. Ou seja, estes problemas atuam na organização desses trabalhadores e, além disso, fragilizam a organização de um novo modelo de relações proposto pelo movimento.

O segundo ponto trata-se da construção de políticas internas de combate ao machismo a partir da formação, problematizando o papel da mulher no ambiente doméstico (esfera privada) na busca pela mudança de atitudes, pensamentos e modo de vida.

Entre as pessoas que vivem no campo, as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres que mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos. Acrescido a isso encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior. (MST, 1996, p.6)

Essa realidade de condição desigual em relação aos homens e de maior discriminação sofrida pelas mulheres trouxe e traz aos movimentos a reflexão de como construir maneiras que incorporem as mulheres aos espaços de decisões, assembleias, direção do movimento, congressos, núcleos de base, brigadas, etc.

Com isso, o terceiro ponto são os meios que os organismos de base usam para incorporar políticas de estímulo para a participação de mulheres. Temos nas escalas nacionais, regionais e locais, a formação de comissões de mulheres em todos os espaços (acampamentos, assentamentos e nos espaços de decisões políticas – encontros, congressos), visando a concretude dos objetivos. O movimento possui modelo organizativo que busca garantir a incorporação permanente das mulheres. Segundo GARCIA (2004, p. 167 – 168):

- a) Garantir cirandas infantis nos cursos, eventos e reuniões das instâncias nacionais, estaduais, regionais e locais; cirandas permanentes nos acampamentos e assentamentos para que o filho não seja impedimento da participação das mulheres e mães em atividades de formação e no trabalho coletivo.
- b) Ter 50% de homens e mulheres em atividades de formação e capacitação.
- c) Assegurar que a terra e os créditos conquistados pelo MST saiam no nome do casal.
- d) Assegurar que os projetos de investimentos, as definições das linhas de produção, enfim, as decisões econômicas sejam tomadas com a participação da família.
- e) Garantir um coordenador e uma coordenadora nos núcleos de base.
- f) Realizar formação intensiva sobre o tema Gênero em todos os setores e instâncias.

Sendo assim, a análise do gênero traz parte das relações sociais que colocam diferenças e desigualdades entre homens e mulheres mediados por uma relação de poder em que o homem, enquanto construção social do sexo masculino, se coloca como dominador em diversas esferas em relação à mulher, a partir de uma estrutura social pautada no patriarcado, que determina socialmente os lugares das mulheres e os lugares dos homens.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, pag. 50, 1987)

A citação afirma um ponto muito importante na discussão de gênero: o caráter de classe das opressões. Ou seja, o machismo se manifesta numa dupla face: na esfera do lugar (na escala do local), na organização do assentamento entre os sujeitos, homens e mulheres, onde os postos de decisão são ocupados majoritariamente por homens e as mulheres não participam por ter que cuidar dos filhos, além de sua voz nas assembleias não possuírem grande credibilidade. No espaço (na escala da totalidade da estrutura) se manifesta objetivamente utilizando das diferenças para fomentar a desigualdade, onde busca organizar a sociedade hierarquicamente. De modo que as mulheres não possuem direitos sociais iguais aos homens e o não reconhecimento do desenvolvimento do trabalho domiciliar, por não ter remuneração ou a menor remuneração do mesmo trabalho desenvolvido. A casa é tida como um "naturalmente" ambiente feminino, onde retira da sociedade e do Estado a responsabilidade educacional e do cuidado e bem-estar, transferindo para os "ombros" das mulheres os cuidados familiares.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995 do IBGE, 89,85% dos estabelecimentos rurais do Ceará possuem menos de 1 a 50 ha, esses estabelecimentos ocupam apenas 22,06% da área de estabelecimentos rurais do estado. Se analisarmos a situação da ocupação por sexo e extrato de área no Ceará iremos perceber que o estado possui uma realidade em que a ocupação dos estabelecimentos rurais é majoritariamente familiar, pois dos 1 171 311 de homens e mulheres que ocupam todos os estabelecimentos rurais no Ceará, 664 126, ou 56,69% dos homens e mulheres ocupam estabelecimentos menores de 50 ha.

Outro dado interessante é do Centro de Estudos e do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, que em uma pesquisa desenvolvida no período de 1993 a 1996, com 677 mulheres em 83 municípios do Ceará, incluindo o município em que o assentamento sobre o qual essa pesquisa se debruça está situado, trouxe dados muito valiosos sobre a

realidade da mulher camponesa do Estado e que mensura o papel do movimento na organização desses trabalhadores (ESMERALDO, 2003).

Sobre as relações de trabalho nos deparamos com cerca de 34% das famílias nas unidades agrícolas familiares em que o esposo é o responsável sozinho pelo trabalho na roça, 24% trabalha em parceria com os filhos e 23% trabalha na roça com a esposa. (ESMERALDO; ARAGÃO; PINHEIRO, 2003, p. 39). Vale salientar que desse trabalho na roça, a maior parte da roça não é de posse do trabalhador, pois na pesquisa 64,4% não possuíam a posse da terra. (idem, p.38).

Os dados expostos demonstram como o modelo familiar patriarcal ainda persiste. O trabalho doméstico como domínio das mulheres e o trabalho produtivo (gerador de renda) domínio dos homens. Os números da mesma pesquisa demonstram que 93,8% das mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e que apenas 4,7% dos homens realizam tarefas domésticas. (idem, p. 43).

A partir dessa realidade é que o movimento social constrói as suas formas de atuação. Essas políticas organizativas que o movimento incorpora às atividades cotidianas em seu processo de territorialização na organização produtiva da terra e na sua (re)construção espacial de relações sociais traz a incorporação da mulher em um lugar estranhado, os espaços de decisões e o reconhecimento de suas tarefas como trabalho.

3.4 Acampamento e Assentamento 10 de abril: do espaço estranhado à identidade da terra

A gente comeu o pão que o diabo amassou, por que além da gente ser mulher, tem marido, tem filho, tem neto, tem nora, tem genro e tem casa e eu ainda tenho que dar manutenção a uma horta orgânica, que eu trabalho vai fazer treze anos, toda sexta-feira eu tô saindo de casa às três horas da madrugada. Cheguei aqui uma mulher nova, hoje eu vou fazer os meus 63 anos. Mas eu ainda me sinto forte, eu não tô fraca não. (Senhora A, moradora do Assentamento 10 de Abril desde o acampamento)

Nos espaços políticos dos movimentos sociais a diversidade é sempre uma marca muito forte. A chegada das mulheres a esses espaços foi decorrente dos enfrentamentos internos e externos para que suas vozes não fossem caladas. A saída das mulheres dos seus lares para fazer parte de uma construção coletiva em um acampamento ou assentamento, é um processo que causa desconforto e que modifica o agir e o pensar das mulheres, mas também dos homens. Torna-se um espaço estranhado, são lugares que refletem e se discute a

possibilidade de uma vida diferente, de um modo de vida na unidade familiar e na produção, diferenciada.

No caminhar, as experiências e os papéis das mulheres são embebidos de força, raça, dor e alegria, como percebemos no depoimento acima, e é cantada na composição “Maria, Maria” por Milton Nascimento: “Mas é preciso ter força\ É preciso ter raça\É preciso ter gana sempre\Quem traz no corpo a marca\Maria, Maria\Mistura a dor e a alegria”.

Nessa luta dos trabalhadores do campo, temos várias experiências³⁷ na história que provam que as formas e as táticas, utilizadas pelos movimentos são bastante diversas para conseguir a terra de trabalho na luta de classes. Nesse sentido, o movimento popular no campo, mais especificamente o MST, buscou novas formas para novas realidades da classe trabalhadora, “os diferentes sujeitos políticos coletivos são vistos num quadro de relações históricas que os unem, aliam e opõem, definindo graus e momentos de correlações de forças sociais” (GRZYBOWSKI, 2002, p. 286).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma forma de se organizar dentro do sindicalismo. É preciso criar grupos de agricultores na base, depois da comissão do município (dentro do sindicato), depois condições regionais, comissão estadual e nacional. Tudo isso para discutir como vamos conquistar a terra. Daí a que no movimento existe uma certeza de que a “Terra não se ganha, se conquista” (MST, 1986, p.7y).

Portanto, dentre as formas de lutas produzidas pelo MST dois espaços se diferem e se complementam, de acordo com o programa de reforma agrária do MST, no processo de luta pela terra: o acampamento e o assentamento. São dois espaços que se organizam de forma diferenciada, além dos sujeitos que os constroem possuírem práticas sociais e políticas distintas em relação aos espaços do movimento e no embate com o Estado, produzindo lugares de resistência.

Mesmo o acampamento e o assentamento, possuindo uma forma de atuar direcionada pelo MST, carregam consigo as histórias de vida das pessoas que ali estão, com suas ideologias e formas de pensar e agir. Por isso todo lugar de resistência possui características singulares.

³⁷Podemos enumerar diversos momentos como a luta jurídica encabeçada pelo sindicalismo rural, as ocupações das fazendas dos patrões como faziam as ligas camponesas, grandes marchas nacionais, greves de fome, enfim, as formas são diversas, na tentativa de visibilizar e materializar a luta e suas conquistas.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade (SANTOS, 2012, p.322).

O acampamento se materializa em resposta ao papel que o Estado³⁸ possui como o mediador entre as classes e pela sua ineficácia em solucionar a problemática de distribuição de terras, sendo este processo possível somente a partir da organização de base dos trabalhadores, como no entendimento do MST de que “a ocupação é sua forma de luta mais importante. De modo geral, é a partir de sua efetivação que as demais formas de luta são utilizadas” (MORISSAWA, 2001, p. 199). O acampamento se efetiva posterior a ocupação, na perspectiva de chamar a atenção para a causa da reforma agrária, buscando uma maneira de forçar o diálogo com o Estado na luta pela desapropriação da área ocupada ou de outra área.

O acampamento é um espaço de luta e de resistência. Por isso, a luta começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar da negociação. Nesse processo, os acampados desenvolvem várias formas de luta para expor a situação do acampamento na cidade (ALENCAR, 2010, 137)

Na região do Cariri cearense a ocupação que originou o Assentamento 10 de Abril é o resultado de forças distintas: 1ª) Uma política nacional do MST, de expandir as ocupações e a luta pela terra³⁹; 2ª) Articulação local, e principalmente, o convencimento dos trabalhadores da luta como meio necessário para se conseguir a terra; 3ª) Uma política nacional de Estado de assentar trabalhadores rurais; 4ª) Fortalecimento da organização a partir das parcerias com outras instituições. Esse processo organizativo se deu, principalmente,

³⁸O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como um capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês, necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. (HARVEY, 2005, p. 82 – 83). Para maior aprofundamento sobre o assunto, ler a Origem, da Família, do Estado e da propriedade Privada, de Friedrich Engels.

³⁹Nos anos de 1989, 1990 e 1991, respectivamente ocorreu o 5º Encontro Nacional, o 2º Congresso Nacional e o 6º Encontro Nacional do Movimento, do MST. Esses três espaços foram de suma importância para analisar a situação nacional e triar políticas e estratégias para fortalecer a bandeira da Reforma Agrária. Um dos pontos centrais, foi a necessidade de expansão das lutas entoadas pela palavra de ordem “OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR”. Desde o 1º Congresso Nacional havia solicitações de comissões de trabalhadores do Ceará para organizar o movimento no estado (MORISSAWA, 2001)

através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato e ACB, a partir da chegada de uma comissão estadual e nacional do MST, em novembro de 1990.

Nos anos de 1990, o país vinha passando por um grande conflito socioeconômico, da qual a reforma agrária tinha um lugar de grande destaque nas disputas políticas. Com a eleição do Fernando Collor de Melo, de 1990-1994, é lançado como plano de reforma agrária o chamado o “Programa da Terra”⁴⁰, que possui como um dos seus pontos a parceria com estados e municípios para financiamentos complementares de infraestrutura e melhoria da produção no campo e das condições sociais. No Ceará, em 1992, chega ao governo Ciro Ferreira Gomes(1991-1994), que lança um plano intitulado Plano Ceará Melhor que buscava, enquanto projeto, uma modernização das relações de produção no campo a partir do acompanhamento e apoio das unidades produtivas, para melhoria produtiva e social, a partir de assistência voltada para área da educação, saúde, saneamento e habitação.

O plano de Governo Ceará Melhor, compreendia que um programa de apoio a reforma agrária tem como objetivo “possibilitar o acesso e uso econômico da terra, apoiando a formação de Unidade de Produção Familiares, sob formas de organização adequadas a cada região” (ALENCAR, 1992, p. 135)

A atuação do Estado na esfera Nacional, Estadual e Municipal nos ajuda a compreender as formas de atuação do movimento e finalidades do seu programa. Os planos de reforma agrária firmados pelos governos anteriores não buscavam uma erradicação dos problemas sociais em que o campesinato cearense se encontrava. A pressão política exercida pelos movimentos sociais no campo cobra uma ação do Estado para a solução dos problemas, porém este atua buscando o apaziguamento das lutas, na tentativa de organizar o espaço produtivo, da esfera nacional à esfera local.

As esferas de regulação federal tornaram-se cada vez mais onipresentes na agropecuária, atuando via políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola (política econômica externa, política monetária, política de preços agrícolas) assim como via de políticas explícitas de fomento (política de financiamento rural, política tecnológica e política fundiária), buscando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor. (ELIAS, 2002, p. 22)

40O programa tinha como linhas de ações e metas para o período de 1991 a 1994, assentamento de 400.000 famílias; apoio aos projetos de colonização e assentamentos antigos, no total de 645.032 famílias; emancipação de 81.312 famílias assentadas; regularização das propriedades de 11.284 famílias; elaboração de estudos e pesquisa; colaboração em forma de assistência jurídica junto aos STRs e aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária por meio do instrumento de compra e venda de terras. (ALENCAR, 2005, p. 175)

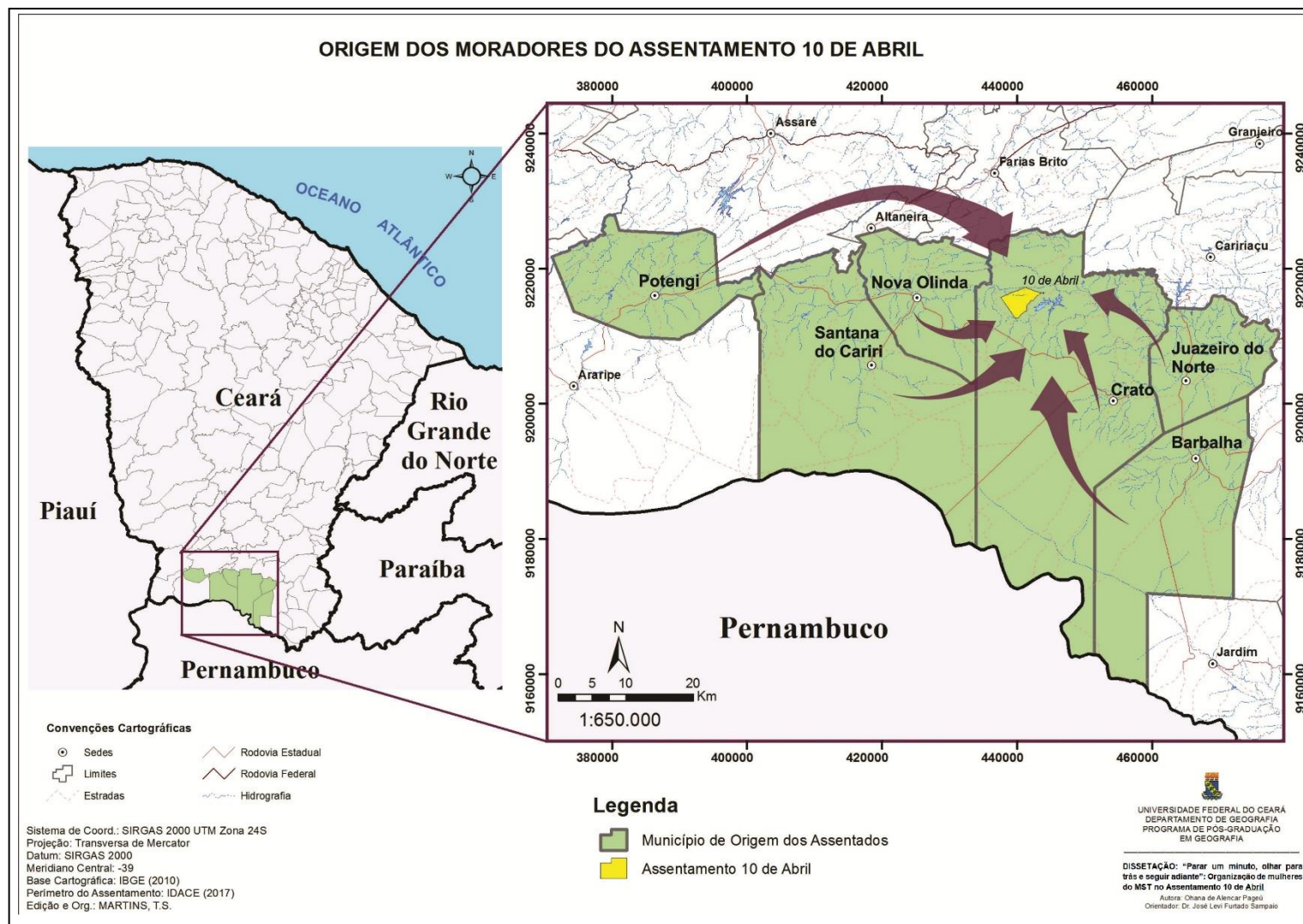
Nesse sentido a realidade do campesinato da região do Cariri cearense não se diferencia do restante do Nordeste. Existe o processo de modernização do setor com a criação de políticas de incentivo e criação de infraestrutura, porém ainda possuímos as relações de trabalho entre meeiros, arrendatários, trabalharem como donas de casa, migraram para periferias das cidades médias, além das migrações sazonais para trabalhar em outros estados ou regiões, como bóias-fria, expondo a pluralidade da classe trabalhadora e de suas necessidades sociais⁴¹.

O município do Crato onde se encontra a área deste estudo, localiza-se ao Sul do estado do Ceará, cerca de 507 km da capital Fortaleza. As famílias que compuseram a primeira ocupação que originou o Assentamento 10 de abril tinham origem de várias cidades vizinhas. Segundo o relatório elaborado pelo STTR do Crato a origem dos moradores era de cidades como Potengi, Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (ver Figura 2).

Os motivos que levavam famílias a se organizarem nesse projeto, que visava à distribuição de terras para quem trabalha, foram às necessidades básicas de produzir o mínimo necessário para a vida humana. Essas necessidades são iguais para a maior parte dos trabalhadores rurais e para o campesinato brasileiro, porém as experiências de cada sujeito trazem diferenciadas motivações sobre qual o seu papel nessa luta coletiva, da construção do espaço de socialização política.

⁴¹“Das famílias entrevistadas pelo CETRA, cerca de 45,3% dos membros que migraram em busca de emprego, sendo que desses 45,3% - 307 pessoas – 67 saem para procuram emprego, 34 para trabalhar como empregada doméstica e 167 pessoas saem para trabalhar.” (ESMERALDO, 2003, p. 37)

Figura 2 – Mapa da origem dos Moradores do Assentamento 10 de Abril



Fonte: Universidade Federal do Ceará(Depto. De Geografia).

Vejam os relatos da Senhora A ao ser perguntada sobre qual o motivo que a levou a entrar nesse projeto, no processo de ocupação da Fazenda Caldeirão, da qual foi a primeira ocupação no dia 10 de abril de 1991, onde haviam de 250 famílias:

Oxente, a necessidade né? Porque eu trabalhava em terra arrendada e nesse mesmo ano, no meio de maio, antes de nós quebrar o milho, o nosso patrão que nós trabalhava na terra, pegou e botou o gado dentro. Nós quebramos o milho tudo novo, aquilo me deu uma revolta grande. (Senhora A, moradora do Assentamento 10 de Abril desde o acampamento)

O caso da Senhora A é um exemplo de como as necessidades básicas de sobrevivência levaram um grupo de pessoas a se organizarem na luta pela terra. Porém, parte das mulheres se deslocaram para o acampamento depois da ocupação ou “seguindo” os seus maridos. Algumas das mulheres que foram depois da ocupação, buscavam garantir que os filhos teriam alimento, trabalhando e se sustentando enquanto seus maridos iam para a luta arriscar aquela possibilidade, com o caso da Senhora S, que foi para acampamento depois da ocupação, em que seu marido estava.

No dia que ele veio eu não vim não, porque eu trabalhava num restaurante pra dar assistência à família, que não tinha outra coisa. E tinha meu filho e ele tinha três filhos, era quatro filhos. Ele trabalha assim, diário, quando encontrava, de bico. Aí o meu marido veio, eu fiquei trabalhando pra dar assistência à família. Aí eu adoeci, fui pro hospital. Passou um mês pra ele ir fazer uma visita em casa. Quando ele chegou em casa eu tava no hospital internada. Aí ele foi lá, mas também não demorou, não podia demorar. Quando surgiu que os trabalhadores foram pro parque de exposição, aí eu saí do hospital como hoje, aí como amanhã eu passei pra lá. Deixei o trabalho, despachei o trabalho que não queria mais o trabalho, não aguentava mais trabalhar porque tava doente, fui com pneumonia.

No acampamento, temos um espaço em que faz uma ruptura temporária com a principal base do capitalismo e com uma das leis que regem o Estado, a propriedade privada. É nesse espaço que se coloca o bem do indivíduo, em oposição a necessidade coletiva, é onde se discute a função social da terra⁴². Porém, é importante destacar o rompimento sobre a forma organizativa da sociedade, que é o acampamento. Temos aí um lugar entre a ocupação e a posse da terra, em que se baseia no trabalho coletivo, diferente dos moldes tradicionais hierarquizados na família pelo sexo/gênero. Coloca-se como espaço em que os papéis sociais

⁴²Segundo o Art. 2 do Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no 1º § A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social, quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. retirado do site www.planalto.gov.br

de homens e mulheres são parcialmente modificados por uma causa maior, a luta coletiva pela sua terra de trabalho.

Durante a fase de acampamento residem em barracos. A precariedade das suas condições limita o desenvolvimento da vida familiar no seu interior. Esta limitação repercute ampliando o tempo e o espaço de convívio coletivo, propiciando as relações comunitárias por cima das familiares. Mas a precariedade do barraco também estabelece uma divisão de funções no seu interior diferenciada a respeito da tradicional divisão de gêneros “naturalizada” na esfera familiar (GARCIA, 2004, p. 72)

Nesse sentido a família possui um papel diferenciado no processo da luta, pois ela está enraizada na comunidade. O cuidado das crianças, a construção dos barracos, as assembleias de decisões políticas, os lugares no acampamento quebram parcialmente a ordem patriarcal. O envolvimento coletivo dos homens e das mulheres em atividades que antes se resumiam a uma única família, com os papéis de homens e mulheres preestabelecidos, é quebrado. Vejamos a passagem abaixo sobre a ajuda dos homens no trabalho de parto no período do acampamento na Fazenda Caldeirão:

Uma mulherzinha adoeceu pra ganhar menino, e assim, tem hora que a mulher adoece pra ganhar menino e pode até ganhar em casa mesmo, mas tem outras que já não dá certo, né? Os homens daqui, e as mulheres também, tiraram essa mulher daqui dentro de uma rede, ou era dentro de uma cadeira, levaram numa carroça e aquele barreirinho que vocês passaram bem ali, tava quebrando no meio, não dava passagem pra um carro vim aqui. Era essa mulher já ganhando menino dentro do carro de mão, e atravessaram e saíram e foram pra Monte Alverne. Chegaram lá e botaram essa mulher num carro pra poder ir pro hospital. (Senhora S)

Na passagem anterior temos um exemplo de envolvimento coletivo de homens e mulheres em parto, que em um ambiente familiar patriarcal seria de exclusiva responsabilidade da família da mulher grávida. A visão das mulheres sobre a participação dos homens nas atividades domésticas, é de que eles “ajudam”, assim como as mulheres nas atividades produtivas. Ou seja, quando se exerce um trabalho que quebra a divisão sexual do trabalho ela se configuram como um trabalho para além de seu papel.

A compreensão sobre as atividades desenvolvidas pelos sujeitos femininos e masculinos nos acampamentos se modificou com as experiências ali vividas, no âmbito do trabalho. Porém, notamos que a entrevistada trata da gravidez como doença, “uma mulherzinha adoeceu pra ganhar menino”, de modo que não se percebe uma compreensão da mulher e de suas características biológicas como normais, mas como um problema ou uma doença.

A mudança de pensamento ocorre pontualmente nos espaços do trabalho, a partir de novas práticas coletivas. Não se trata de afirmar que esse processo se dá de forma tranquila e sem conflitos para as mulheres, na chegada desses locais. Esse espaço da política, da vida pública e coletiva, de falar em público, de dar opinião sobre a melhor ação coletiva a ser feita, tudo isso é um espaço estranhado, assim como os homens desenvolverem trabalhos domésticos.

A primeira ocupação/acampamento (1991) se deu na Fazenda Caldeirão, com o intuito de desapropriação e visibilidade da luta dos trabalhadores. A outra (1991) se deu após a mediação do Governo do Estado para a saída dos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Caldeirão (propriedade Privada) para o Parque de Exposição do Crato, após os diversos enfrentamentos com a polícia.

As negociações do movimento com o INCRA foram intermediadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE.

O resultado do conflito com o Estado foi a compra pelo Governo do Estado do Ceará, no mandato de Ciro Ferreira Gomes, de terras que eram avaliadas pelo INCRA como improdutivas. Sendo estas a Fazenda Gerais e a Fazenda Carnaúba Gerais.

Tabela 08 – Ocupações Decorrente da Luta Pela Terra e Água

OCUPAÇÕES	LOCAIS	PERÍODO	MOTIVOS	SUJEITOS SOCIAIS
TERRA	1 ^a)	Fazenda Caldeirão, Crato/CE	10 de Abril de 1991	TERRA MST E STTRC
	2 ^a)	Parque de Exposição, Crato/CE	1991	TERRA MST E STTRC
	*3 ^a)	Avenida Bezerra de Menezes, Fortaleza/CE	1991/1992	CASAS MST
ÁGUA	4 ^a)	Propriedade do DNOCS	1991	ÁGUA ASSENT. 10 DE ABRIL

*Esta ocupação foi uma ação coletiva do MST Ceará, onde tinham trabalhadores de várias ocupações do estado do Ceará, da qual se conseguiu o Projeto São José II, as casas dos assentamentos..

Fonte: Pesquisa bibliográfica e Trabalho de campo, julho de 2016.

A tabela acima possui a linha cronológica dos processos de ocupações decorrentes da luta pela terra e água. Percebe-se que os sujeitos sociais que atuaram em cada um dos processos modificaram, de acordo com as pautas exigidas pelos trabalhadores, de modo que se pode observar desde a luta mais pontual do Assentamento até luta por um projeto estadual de moradias para vários assentamentos, mostrando como as lutas se interrelacionam.

O período em que os trabalhadores passaram no Parque de Exposição foi decisivo para pressionar e conseguir a posse da terra. As fazendas que foram compradas pelo governo do Estado localizam-se a cerca de 30 km do município de Crato. A transferência da ocupação da Fazenda Caldeirão para o Parque de Exposição trouxe muitas perdas para o movimento. Das 250 famílias que participaram da primeira ocupação apenas 95 delas foram para o parque. As motivações para esse processo foram diversas: campanha pública de difamação contra o movimento, feita por instituições privadas e do Estado (Ver Figura 03), mudanças na prática da vida com uma organização comunitária daquelas pessoas também impactou sobre a permanência das famílias. Nós estamos falando de uma mudança de rotina que as famílias saem dos seus “feudos”, divergências políticas com o movimento, necessidade de trabalhar para alimentar a família:

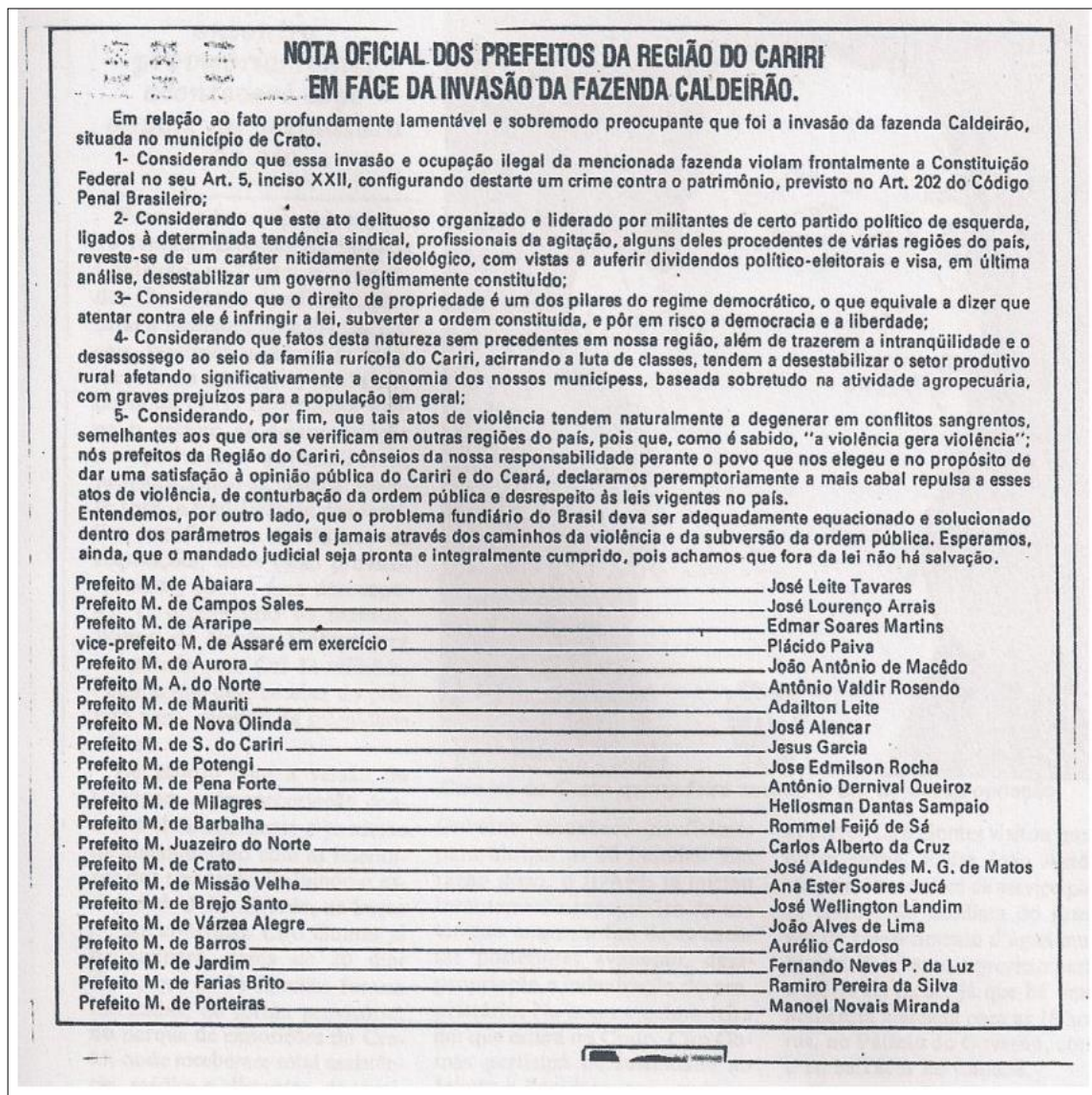
muitos ocupam a terra e não querem nem ouvir falar em trabalho coletivo, preferem o trabalho individual, a propriedade individual, porque sua origem está na pequena produção, são filhos de pequenos proprietários, meeiros arrendatários, etc., ou seja, o modelo de desenvolvimento do qual fizeram parte foi baseado no trabalho individual. (GORGEN, 1991, p. 156)

Para além desse trabalho individual, esse modelo de desenvolvimento da qual fizeram parte possui um lugar para homens e outro para mulheres. Em uma das entrevistas com a Senhora A, ela explica que o seu marido que não a acompanhou só foi “atrás dela” por boatos que corriam a cidade sobre a ocupação no Parque de Exposição.

Eu andava sozinha, mais um menino que eu acho que ele tinha uns doze ano. E eu vim, pra não vim só, eu trouxe ele. A única visita que meu marido foi no parque de exposição é que se ajunto as irmã dele tudinho e foi lá e disse que tinha passado lá e viu um movimento muito estranho, que era muito homem e muita mulher, aí foi dizer a ele que ele tava sendo corno e ele bebeu uma cachaça e foi lá, pensa que ele teve lá pra eu vim-me embora.(Senhora A)

Assim como os boatos chegaram à família da Senhora A, retratado na entrevista acima, os trabalhadores se viam alvos de uma política difamatória das prefeituras municipais contra a ocupação, que se baseavam na defesa da propriedade privada e da criminalização do movimento social, utilizando inclusive o argumento de que as ocupações, tratadas pela prefeitura como invasões, trazem “intranquilidade e desassossego ao seio da família rurícola do Cariri”. Vejamos abaixo a nota assinada pelos prefeitos da região do Cariri, contra a suposta invasão da Fazenda Caldeirão.

Figura 3 – Nota oficial assinada pelos prefeitos da Região do Cariri, sobre a ocupação de terra na Fazenda Caldeirão



Fonte: silva, 2010, p. 96 apud Oliveira, 2008 p. 147.

As palavras utilizadas na nota acima são de grande importância para compreendermos o entendimento que esses chefes políticos tinham acerca do movimento social. Porém uma grande questão que podemos analisar é a relação entre a instituição família e a propriedade privada. Notemos que o termo utilizado “família rurícola” é utilizado como instituição que tem poder sobre o patrimônio. Outro aspecto importante é a idéia que os problemas a serem resolvidos devem se situar na esfera institucionalizada, na esfera das “medidas cabíveis” limitado ao Estado.

O MST na luta pela terra, assim como as mulheres e o movimento na luta por direitos iguais estão “arrancando” do Estado um espaço, que foi socialmente construído de forma desigual. As mulheres estarem participando dos espaços políticos, dos enfrentamentos públicos é um grande passo para a organização dos trabalhadores em se opor modelo capitalista que se utiliza das diferenças para criar a desigualdade.

A presença do machismo nas relações sociais se manifesta na posse e na maioria das vezes se materializam na prática dos homens na tentativa de impossibilitar o trânsito das mulheres nesses espaços públicos, nesse espaço estranhado.

Cada uma das ocupações se tornou lugares produzidos pelos trabalhadores e possuíam a marca da resistência e da coletividade: o barracão das assembleias, o toque da enxada para reunir os acampados, a área de tomar banho, de se alimentar. Porém não tomemos esse processo como se as mudanças sobre o entendimento das relações cotidianas entre homens e mulheres e suas desigualdades fossem superadas de forma instantânea e definitiva. O que buscamos analisar é que, este processo abre uma possibilidade de mudança, abre uma das possibilidades reais das mulheres galgarem o seu espaço político, decisório, representativo na luta pela reforma agrária.

Figura 4 – Reunião dos trabalhadores e trabalhadoras no primeiro acampamento na Fazenda Caldeirão



Fonte: Ana Roberta Duarte Piancó, 1991.

Nessa época era muito bom, quem ficasse aqui, eles assumiam o que fosse pra assumir. A casa dela era a minha e a minha era a dela. O que acontecesse aqui, quem ficasse no assentamento tinha que resolver tudo, doença, morte, o que fosse, fome... quem ficasse aqui resolvia tudo. Nessa época era muito bem organizado, era muito bom. (Senhora A, moradora do Assentamento 10 de Abril desde o acampamento)

“A minha casa era a casa dela” (Senhora A), as experiências comunitárias levam a formação de uma identidade coletiva que coloca a comida, a dormida, o trabalho e o cuidado com o companheiro como papel de todos, havendo porém, uma diferenciação sobre as obrigações estabelecidas para homens e mulheres na sociedade:

O acampamento é um acontecimento voltado para possibilitar a construção de uma unidade coletiva. Desterritorializados de suas origens de domínio geográfico, político, físico, afetivo, psicológico, cognitivo e corporal, os trabalhadores tratam de produzir práticas que materializem novas territorialidades, que garantam ordens possíveis de sobrevivência individual e coletiva, que formem e assegurem elos de resistência, de solidariedade coletiva (ESMERALDO, 2004, p.83).

Na imagem a seguir temos o processo de construção dos barracos no Assentamento 10 de Abril, onde desde a sua construção até as relações com eles perpassa por um processo coletivo de cuidados com as crianças, com a saúde, alimentação, assembleias. Materializam-se relações conjuntas sem exclusividade familiar, sendo estas práticas que formam as novas identidades, novas territorialidades e o sentimento de uma construção coletiva da resistência.

Figura 5 – Construção dos barracos de lona, por mulheres e homens, no primeiro acampamento na Fazenda Caldeirão



Fonte: Ana Roberta Duarte Piancó, 1991.

Figura 6 – Mulher idosa com mais de 100 anos no primeiro acampamento na Fazenda Caldeirão



Fonte: Ana Roberta Duarte Piancó, 1991.

A ocupação do Assentamento 10 de Abril não significa ocupar o território para se ter a terra como propriedade privada. Ocupar aquela terra é ressignificá-la, se reeducar socialmente, refletir a sociedade pensar uma possibilidade de vida, diferente da exploração, subordinação e opressão. Nesse sentido o processo de organização e formação desses trabalhadores e trabalhadoras não se dá apenas de forma espontânea, por eles estarem num conflito de vida ou morte no dia a dia. O papel do MST, junto com outras instituições como a CPT e partidos políticos na formação desses trabalhadores, busca consolidar a identidade com a terra.

A construção e a conquista do espaço de socialização política tem sido uma condição fundamental para o desenvolvimento das diferentes experiências no processo de formação do MST e, por conseguinte, para o avanço da luta pela terra no enfrentamento com o Estado, latifundiários, grileiros. (FERNANDES, 1999, p. 226).

Com isso o lugar das mulheres na sua construção e formação passa pelos problemas da sua luta interna pelo seu espaço. As mulheres estiveram presentes desde o primeiro momento de ocupação: “Tinha mulher gestante, tinha mulher com menino novo, tinha mulher de todo jeito.”(Senhora A), e suas necessidades também estavam presentes: os “homens, mulheres, jovens, crianças, foi outro fator importante ainda na preparação, já que

todos dependem da terra para viver e a conquista da reforma agrária, não é, portanto, responsabilidade só dos homens e sim de toda família” (PIANCÓ, 1993, p. 28). Mas a sua situação de vulnerabilidade e seu lugar nesta luta possuem maior complexidade quanto às barreiras a serem superadas.

Como vimos, anteriormente, ao se conseguir a posse da terra, trouxe consigo um novo momento para o movimento. Pensar a sua fixação e formas de organização para produzir, deixaram de ser sem-terra, no sentido estrito da palavra para ter a posse da terra, porém, com uma consciência e a luta por uma prática coletiva diferenciada da anterior, um novo projeto de vida no Assentamento 10 de Abril.

Esse novo projeto, da qual o movimento propõe é uma construção coletiva permeada de disputas políticas. Os espaços de construção e formação do movimento estão sendo disputados por diversas ideologias: Terra coletiva ou particular? Como será partilha da produção? As mulheres participarão de todos os espaços políticos? Quais são as pautas que as mulheres possuem? Podemos receber apoio e dinheiro de qualquer organização/instituição? Como continuar lutando pela reforma agrária?

Boa parte desses questionamentos possui resposta na vida prática do assentamento. As próximas páginas trazem as questões que permearam o processo de organização do Assentamento 10 de Abril com a participação das mulheres.

4 “NÓS ESTAMOS VIAJANDO E VAMOS CHEGAR EM ALGUM LUGAR”: A FACE FEMININA DA ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL⁴³

“A luta por igualdade
 Não se dá como se quer
 No seio do Cariri
 Ela enfrenta a maré
 Não há praia por aqui
 Mas há serra de pequi
 Eis um Cariri Mulher”
 (Salete Maria)

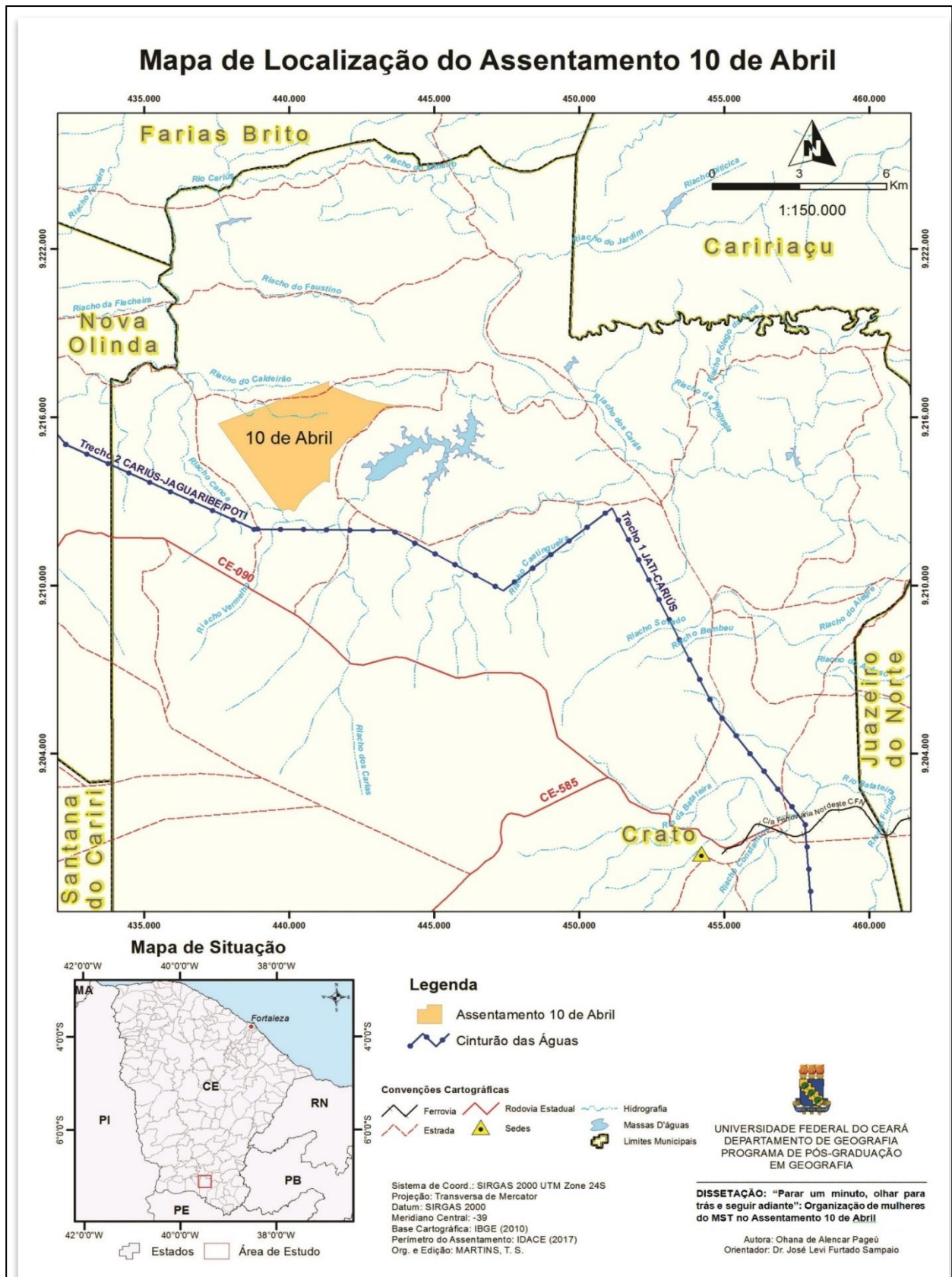
No dia 23 de maio de 1991, o Governador do Estado do Ceará Ciro Ferreira Gomes (1991-1994) entrega ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e ao STTR Crato, o documento de compra da Fazenda Gerais e da Fazenda Carnaúba Gerais, a qual viria a se tornar o Assentamento 10 de Abril. Das 250 famílias que ocuparam pela primeira vez a Fazenda Caldeirão, apenas 37 famílias foram assentadas e tomaram posse da terra. Este dia tornou-se um marco para organização desses trabalhadores, pois com a luta coletiva e a comunhão de outros setores da sociedade, estes trabalhadores deram o primeiro passo rumo à possibilidade de uma vida com maior dignidade.

Segundo depoimentos de moradores sobre a chegada às terras, podemos identificar dois momentos: o de felicidade pelos ganhos e o de indignação do tratamento recebido pelo Estado. Segundo a senhora A foi “interessante que tinha o seu Zé Jacinto, nós chegemo ali e só tinha um terreninho que não nasce mato, ele com a bandeira do movimento, ele pulava tanto, ele pulava tanto de alegria porque tava nessa terra, pulava, pulava, pulava...” Porém, as lutas só continuaram, o misto de sentimentos estava presente:

Nossas coisas veio numa caçamba e quando chegou ali a caçamba derramou que nem derramar lixo. Perguntei se a caçamba tinha um horário de voltar, né? Que cada pessoa fosse procurando suas coisas naquele movimento todo. Era que nem diz Luiz Gonzaga, a mala era um saco e o cadeado era um nó. E depois de despejar cada um ia caçar a sua trouxa. Aí um horror de gente foi arrumando as barraquinhas, os trabalhador são muito organizado, é por isso que o povo não gosta de trabalhador, é sofrido, mas é organizado (senhora A, julho de 2016)

⁴³A frase do título que se encontra entre as aspas, foi citada por uma assentada, no processo de produção do Plano de Ação pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – IDACE.

Figura 7 – Localização do Assentamento



Fonte: Universidade Federal do Ceará (Depto. de Geografia).

As necessidades sociais para se ter melhor qualidade de vida não são determinadas apenas pela posse da terra, mas sim pela capacidade dessa terra produzir e suprir as necessidades daquelas pessoas. A vida animal e vegetal necessita de água para sua sobrevivência. Nesse sentido, voltamos aqui ao tema tão presente quando falamos de Nordeste e semiárido, o acesso à água.

Posterior a chegada à terra, a luta pela terra convertia-se em luta pela água, por casas, por condições de sobrevivência diferentes das que esses trabalhadores tinham. Mal se saiu de uma temporada de ocupações pela terra, já “emendaram” numa ocupação por água e por casas (ver Tabela 09). O papel desenvolvido pelo movimento e suas táticas é o de pressionar o Estado. Porém, a resposta mesmo sendo positiva, com a aquisição de terra, não significa que será mais fácil para o trabalhador.

A área destinada ao Assentamento 10 de Abril é localizada a 31 km da sede municipal do Crato, próximo ao distrito de Monte Alverne, e a 497 km da capital do estado, Fortaleza. Possui uma área de 1212,36 ha, tendo portanto 60,60 módulos fiscais,⁴⁴ com 37 famílias que eram compostas por 61 Homens, 40 Mulheres e 53 crianças de 0 a 12 anos.

O momento posterior à aquisição da posse da terra é de grande conflito e de grandes mudanças sobre o que é o projeto de reforma agrária, pois o Assentamento aparece como a materialidade de uma luta, “a luta pela apropriação da terra, quando se dá pela ocupação e pelo acampamento, parece indicar a tentativa de reterritorialização no sentido natural dessa terra” (ESMERALDO, 2007, p. 72). E o poder exercido sobre a organização do Assentamento é um dos conflitos entre o movimento social e o capital.

O Assentamento, diferente do processo dos acampamentos, possui uma configuração espacial diferente e principalmente possui uma relação com o Estado diferenciada. A partir do momento em que o Estado desapropria e/ou compra terrenos com fins de reforma agrária, ele fica responsável pela garantia do apoio técnico e econômico para o desenvolvimento daquele local. A produção só será possível mediante a estruturação do Assentamento (casas, água, creche, escolas) e a política econômica voltada para os camponeses é “a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas

⁴⁴No site nacional do INCRA possui o entendimento que módulo fiscal é a “Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada;” Atualmente o módulo fiscal do município do Crato aumentou podendo significar que a qualidade da terra diminuiu ou o tipo de exploração do campo tenha modificado.

governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra” (BERGARMASCO e NORDER, 1996, p. 07).

Partimos desse entendimento sobre assentamentos para discutir sobre o papel dos sujeitos na organização e no melhoramento das condições de vida. O Assentamento 10 de Abril foi o primeiro assentamento da região sul do estado do Ceará mediante compra do governo estadual com o reconhecimento do INCRA⁴⁵.

Juridicamente os modelos de titulação da terra são variados. A posse da terra pode ser individual ou coletiva. Segundo Gorgen e Stédile (1991): “O título pode ser em nome individual. Homem, mulher ou filho mais velho; 2) Pode sair para um grupo de pessoas, que possuem uma certa quantidade de terra; 3) Pode ser titulada em nome de todos vinculada a uma associação, independente de trabalhar coletivamente ou não; 4) Pode ser através da Concessão de uso onde a família pode utilizar a terra por tempo indeterminado e podem repassar para filhos e netos, porém caso haja desistência será devolvida a INCRA e repassada para outra família”.

Nesse sentido, o que determina a escolha da forma de apropriar-se da terra, é a organização e projeto de reforma agrária a que os trabalhadores se propõem, no campo das disputas políticas e ideológica daquele coletivo de trabalhadores e sua organização. A posse da terra coloca para o movimento a discussão sobre a compreensão dos trabalhadores e trabalhadoras sobre a natureza da terra. se eles/as compreendem aquela terra como uma

⁴⁵O Assentamento 10 de Abril é fruto da luta coletiva de homens e mulheres que arrancaram dos governos. Afirmar isso não significa dizer que o projeto foi implementado aos moldes exigidos pelo movimento, o projeto do Assentamento 10 de abril e de tantos outros seguem, uma lógica dos projetos dos governos federais e estaduais que elaboram formas de apaziguar os conflitos de classe, diante da grande pressão social que houve no campo. As políticas implementadas sobre esses setores seguem uma cartilha determinada pelo Banco Mundial. Como vimos ao final do capítulo anterior, o Governo do Estado do Ceará desenvolveu um papel de grande importância nas negociações com os governos dos municípios que repudiavam de forma veemente a luta dos trabalhadores do campo. Ao final dos anos de 1980, no Brasil, a pauta da reforma agrária é colocada como artifício político/partidário muito forte, diante da força que o movimento social no campo exercia na sociedade. Na mudança do governo estadual de Tasso Jereissati (1987 – 1990) para o governo do Ciro Gomes (1991 – 1994), se iniciava uma mudança na ação de políticas públicas nacional e internacionalmente, a partir de um entendimento que se fazia necessário um projeto de reforma agrária para se implementar um desenvolvimento do capital na América Latina, seria necessário para responder ao movimento, na busca de resolver 1) O combate a situação de pobreza no campo; 2) Evitar o aumento do êxodo rural, na tentativa de barrar o crescimento das populações precárias nas cidades e 3) Preparar uma mão de obra qualificada para o trabalho no campo.

mercadoria (propriedade privada), aonde determinam a sua utilização e organização da terra, ou vislumbra um trabalho coletivo onde o trabalho é dividido e coletivizado entre as famílias.

A forma organizativa baseada na propriedade privada e no patriarcalismo não desaparece após dois ou três meses do convívio em que aqueles camponeses quebraram parcialmente com os moldes de organização espacial. A consciência dos trabalhadores deu saltos, sem dúvidas. Porém, trata-se de todo um aparato ideológico a que todos que fazem parte da sociedade é submetido: as leis do Estado e as leis do capital. A luta do movimento busca se opuser por completo ou parcialmente a esses modelos de organização social.

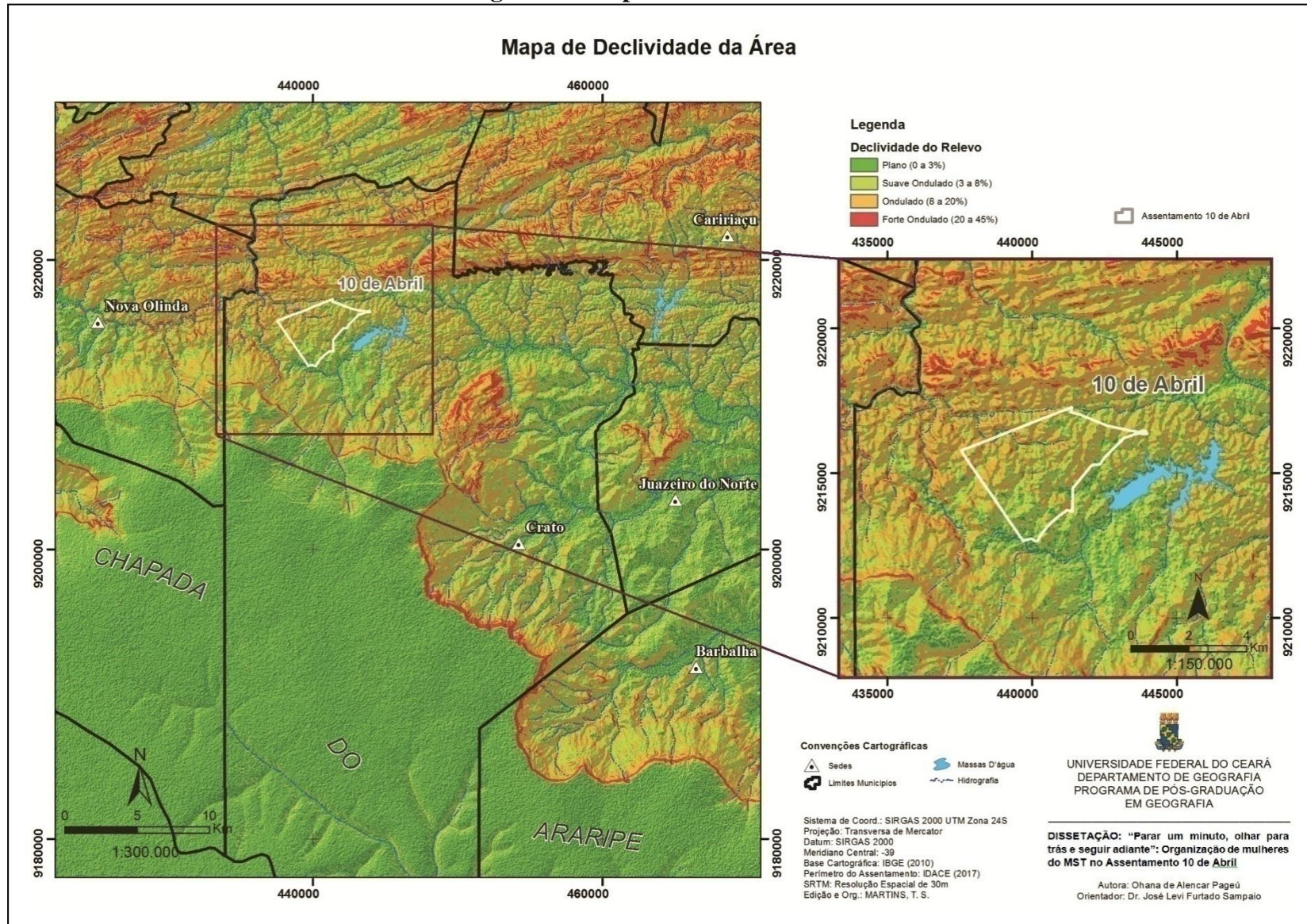
Oportunidade de ter a posse individual não significa que sua intenção seja somente garantir a propriedade, mas fundamentalmente está dizendo que está disposto a fazer individualmente seu próprio destino e o de sua família, que passa a ser também sua propriedade. Sendo assim o assentado não se apropria da terra como território, mas estabelece sobre ele seu próprio governo, com leis, planos de produção, relações de trabalho, controle financeiro, relação com o mercado e ninguém poderá intervir, a não ser nos aspectos em que ele decide construir. (CONCRAB, 1998, p. 13)

A titulação do Assentamento 10 de abril se deu de forma mista, sendo disponibilizada certa quantidade de terra para os moradores e outra para a produção coletiva. Segundo o depoimento da presidente da Associação de Moradores do Assentamento 10 de abril:

Esse assentamento aqui a terra toda é coletiva, ele não foi destinado pra ninguém cercar ela. É uma norma do movimento, a gente trabalhou nesse sentido. Na época da ocupação, a nossa proposta é que a terra é coletiva. No início nós não se organizemo pra ela ser individual, até porque não oferece muitas condições. Tá entendendo? Os pedacinho baixo é muito pouco. Só é mais alto, é pedra. Aí não tem condições de você... né? Porque se nós dividir cinco ou seis famílias pega um pouco embaixo e os outros vão lá pra cima fazer o que? Sem ter água, sem ter nada. (Senhora X)

A perspectiva de ter uma terra coletiva se dá pelo aspecto do trabalho coletivo proposto, porém se insere no conjunto das necessidades dos trabalhadores e no contexto do que a terra pode oferecer. Os terrenos não são de melhor qualidade para produção. Como a senhora X afirma, se fosse dividir individualmente, corria o risco de parte dos trabalhadores ficarem com terras com baixa capacidade produtiva e outros com boa capacidade produtiva. Segundo o levantamento do Plano de Ação do feito pelo IDACE no ano 2000, chegou-se a uma caracterização que parte dos terrenos localizam-se em relevos predominantemente ondulados com seis tipos de solos, sendo que apenas dois possuem boas capacidades produtivas. Vejamos o mapa de declividade da área abaixo:

Figura 8 – Mapa de declividade do relevo



A Figura 08 (pagina anterior) nos mostra que área em que o Assentamento se localiza possui uma declividade muito acentuada, interferindo no desenvolvimento da agricultura no assentamento. A problemática do solo com baixa produtividade foi um ponto de grandes discussões sobre a divisão de terras e qual a melhor escolha de culturas para se produzir no assentamento. Os dados encontrados com o IDACE, na última elaboração de um plano de ação no ano de 2000 trouxeram mais claramente a baixa de disponibilidade de solos com boa qualidade produtiva. Vejamos a Tabela 09 a seguir:

O Assentamento 10 de Abril é formado por quatro distintas classes de solos, com diferentes fertilidades, as quais diferenciam quanto à capacidade de produção, por isso, concluímos que embora a força de trabalho seja suficiente para absorver às atividades exploradas, as terras do Assentamento 10 de Abril não oferecem condições favoráveis que assegurem produtividades compensatórias (PINHEIRO, 1996, p.11)

Tabela 09 – Dados sobre agricultura do Assentamento 10 de Abril

Área produtiva	72 ha
Área Improdutiva	838 ha
Área de Reserva Legal	254 ha
Área Plantada (Total)	109 ha
Área Plantada Coletiva	72 ha
Área Plantada Individual	37 ha

Fonte: Elaboração do autor a partir de documentos do IDACE, 2000.

Outro fator físico muito importante de ser identificado é o acesso a água potável. Se analisarmos a Figura 8 acima, podemos perceber que a maior parte do território do Assentamento 10 de Abril possui um relevo ondulado e outra parte com suave ondulação. Ou seja, os terrenos possuem variações de declividade. Os rios e riachos em sua maioria são temporários. Com isso, a luta das famílias foi direcionada para o acesso à água,

Fomo caçar água e não achemo, essa água aí menina, era uma água horrível e se não achar água... Tinha outro açude aqui em baixo e aí depressa apareceu um bocado de morador e não queria deixar nós tirar água nem pra beber. E foi obrigado, antes de nós sair de uma ocupação, já foi entrando noutra aí pra nós não morrer de sede. (Senhora A)

A ocupação por água se deu em um novo enfrentamento com o Estado e com moradores de áreas vizinhas, pois os açudes que as famílias encontraram com possibilidade de acesso à água são dois açudes do DNOCS. A ocupação pela água foi marcada por conflitos com a polícia, porém o Governo do Estado Ceará liberou a utilização dessa água para aquelas

famílias. No entanto, o Assentamento não teria a posse dos açudes. Possuíam a liberação de usufruto, que até os dias de hoje é o principal meio de acesso à água das famílias, como afirma a Senhora A: “Até hoje nós trabalha nessa área do DNOCS. Nós nem somos dono ainda, mas o dono não mandou mais aí não, nós é quem fiquemo trabalhando.”

Nessa perspectiva as famílias assentadas foram se moldando e lutando por essas garantias de sobrevivência e desenvolvendo outros espaços, que eram almeçados por eles no período da ocupação.

Após conseguirem o acesso à água, o trabalho em comunidade continuou na construção das casas de taipa, na criação da associação de moradores do Assentamento, criação de creche. Em todos esses espaços, as mulheres se faziam presentes, colocando-se como porta-voz da esperança e da mudança. Segundo Ana Roberta Piancó, professora da Universidade Regional do Cariri, ao participar dando apoio no processo de organização do Assentamento, uma coisa lhe marcou bastante nas entrevistas que fizera para sua pesquisa de especialização e que tinha como temática a luta daqueles trabalhadores:

Recordo-me que desse primeiro contato que foi no Caldeirão, depois no parque de exposição e depois no assentamento já as famílias foram assentadas morando em barracos, que a gente continuou o trabalho, é que as mulheres eram preponderantes, inclusive nas falas. Me recordo muito que nas entrevistas, que eu fui de casa em casa, aplicando questionário já quando eles estavam nas barracas e depois quando construíram as casas de taipa a gente ficou aplicando as entrevistas, sempre foram as mulheres

Os primeiros projetos a serem implementados foram a chegada da energia elétrica e casas, onde os trabalhadores se unificaram com outros assentamentos estaduais para conseguir do Estado essa estruturação. Após a ocupação que resultou na posse da terra e da ocupação que possibilitou o uso da água, a terceira ocupação se deu unificada com o movimento na Av. Bezerra de Menezes na cidade de Fortaleza, onde conseguiram “arrancar” suas casas junto a vários outros assentamentos.

Botou foi pra matar nós, botava cachorro policial, botava policial, derramava comida pra nós não resistir lá, cortou água, tudo, nós não tinha onde fazer xixi, nós não tinha onde tomar banho, nós não tinha como fazer nada. O banheiro era três mulher e um lençol e nós fazia o trabalho na rua. Dezessete dias de sofrimento. (Senhora B)

O Projeto das residências foi feito a partir do Projeto de Combate à Pobreza Rural - Projeto São José. Este foi financiado pelo governo estadual do Ceará, Banco Mundial e parte dos moradores. Segundo os documentos oficiais do IDACE, o custeio foi feito da seguinte forma: Banco Mundial financiou 60% no valor de 92.241,00; O Estado do Ceará financiou

30% no valor de 46.120,50; e os beneficiários, os moradores do Assentamento 10 de abril financiou com 10% no valor de 15.373,50 (VER ANEXO B).

Figura 9 – Casas construídas pelo Projeto São José



Fonte: Trabalho de campo, 2016

Os moradores do 10 de Abril buscavam, junto ao movimento, um projeto que lhes conferissem não apenas a posse da terra, mas que assegurasse as condições de viver na terra e o pagamento das dívidas das residências. Este é um dado importante, pois estamos lidando com trabalhadores portadores de grandes necessidades materiais.

Os dados recolhidos pelo próprio IDACE sobre a situação da população e a organização do assentamento, anterior a chegada dos projetos do Estado e das ONG's, nos mostra isso: não se tinha água potável para as necessidades básicas, nenhuma das casas nem das famílias possuía aparelho sanitário (havia 17 fossas), as doenças mais comuns eram verminoses e diarreia e a alimentação era o que tinha (IDACE, 1993).

Um ponto importante de se evidenciar são as estratégias que o MST utilizava para a participação das mulheres nos espaços políticos e produtivos. O trânsito das mulheres do lar para o trabalho não é paralelo ao trânsito dos homens ao lar. A construção da ideia de que as mulheres são sujeitos políticos, assim como os homens, não é tarefa fácil. Na divisão dos trabalhos voltados aos cuidados das crianças e da saúde, as mulheres estavam à frente dessa responsabilidade. Uma das primeiras pautas para organizar o assentamento, de forma que

permitisse a participação das mulheres no trabalho produtivo, reprodutivo e nas reuniões do movimento, foi a construção de espaços de socialização para as crianças, que eram as creches. Sobre a organização da escola para as crianças, a Senhora M conta as principais dificuldades encontradas:

Foi de 1994 pra 1995. Nós mulher mesmo se organizemo e com muita luta nós botou até as pessoas daqui, sem ganhar pra trabalhar com as crianças. O giz era carvão. Todo dia tinha que lavar parede, porque passava era o carvão porque não tinha o giz. Elas trouxeram até as panela do Crato pra cozinhar, porque nós não tinha não. Trazia alimentação do Crato pra poder funcionar essa creche.

A creche se encaixa em uma das estratégias de fortalecimento das mulheres como sujeitos atuantes dos espaços políticos e produtivos. Logo as mulheres reconhecem que precisam de locais que cuidem dos seus filhos para poderem participar das demais atividades do assentamento.

Muito importante porque a mãe que tinha uma criança pequena e não podia ir trabalhar, naquele momento que a criança tava na creche, ela já podia ir. Ficava de manhã até meio dia lá, pois a mãe já podia trabalhar. Foi muito bom e ajudou até no alimento, que nessa época nós não tinha. Não precisava nem você fazer cação pro menino ir, amanhecia o dia já ia era correndo porque tinha muita bolacha, tinha coisa que o povo trazia, ajudaram muito. Os menino nem fazia questão de ficar em casa. Amanhecia o dia e vou pra creche, lá tinha quem cuidasse, tinha quem banhasse, quem desse de comer na hora e tudo, os menino fazia era brigar pra ir. Lá em casa não tinha alimento mesmo pra eles (Senhora M).

Na creche além do processo educativo, se tinham os cuidados com saúde das crianças, que diante da completa falta de infraestrutura sanitária e de água, eram acometidas por várias doenças:

Da creche também, uma coisa que destacou muito a gente atendia assim, por exemplo, ela tem habilidade de que? Fulano tem habilidade de horta, fulano tem habilidade de fazer chá. Na creche o que eu achei importante, quando a gente chegou na terra, a gente começou a se adaptar, deu muita crise de diarreia, daquela doença de olhos, piolho, e as mãe que já eram daqui sabiam fazer uns medicamento e ensinou a outra mulher. Aí veio a fortalecer essas crianças. Eles já iam livremente, eles tinham banho, a gente começou a adaptar os custos, a gente ia lá fora, chegava fazer assembleia, eu aprendi isso, vamo adequar isso. “Vamos fazer aqui um remédio pra matar piolho, quem é que vai ajudar a banhar os menino?”, sei que um tempo eu fui lá ajudar a banhar os menino. Aí banhava os menino, fazia aquele tratamento direitinho, vai ter três banho pra poder acabar, eu sei que com isso acabou o piolho e a gente ficou com essas crianças saudável. Tinha aquela doença de dor de barriga, tinha um chazinho lá, caseiro mesmo. Tinha também aquele catarro que dava em criança, dificilmente a gente ia pro hospital (Senhora M).

É importante evidenciar o caráter estratégico da creche e a importância que as mulheres davam para manter socializado o trabalho reprodutivo do cuidado e bem-estar das pessoas do Assentamento, a creche era uma das formas de criar as condições básicas de

sobrevivência. Assim, conseguimos entender a questão da participação delas nos espaços de decisões e de se colocarem como porta-vozes da possibilidade de mudança na vida daqueles trabalhadores a partir do Assentamento.

A importância de se ter uma creche está no planejamento diário de como as mulheres vão “arranjar” tempo para as atividades coletivas e produtivas. Essa compreensão que o movimento propõe de novas relações sociais não significa dizer que há uma compreensão entre as mulheres de que o trabalho doméstico é um trabalho e não uma tarefa de responsabilidade das mulheres. “Pelo fato do trabalho doméstico não ter remuneração, a invisibilidade de seu papel, importância e principalmente, do tempo despendido das mulheres nessas tarefas” (GARCIA, 2004), fazendo com que este não seja visto como trabalho que possui uma função de importância na sociedade. “A conexão entre os aspectos domésticos e não domésticos da vida é profunda e permeia todos os espaços e atividades. As formas de definir – é restringir – o papel da mulher em uma dessas esferas organizam suas possibilidades de vida nas outras” (MIGUEL E BIROLI, 2014, p. 49).

Nesse sentido, o reconhecimento do seu trabalho e das mulheres como trabalhadoras foi um problema. Se analisarmos os documentos de posse de terra do assentamento emitidos pelo INCRA, nos anos de 1990 as mulheres não tinham direito legal à titulação da terra. A maior parte das mulheres possuía a terra mediante a sua dependência com o marido, porém “em 2003 foi criada a Portaria nº 981 que determinou a titulação conjunta e obrigatória em lotes de assentamentos da reforma agrária para casais em situação de casamentos ou de união estável” (SILVA; BRASIL; NASCIMENTO e CHACON, 2015, p. 16) (Ver ANEXO C).

Agora, na época a compreensão, a partir da pesquisa e da vivência, a gente foi sentindo o seguinte, dentro do movimento, mesmo sendo um movimento que aparentemente há uma igualdade, há um compartilhamento de tudo, o homem é que era o dono da terra, o documento saía no nome do homem. Embora as mulheres estivessem a frente, muito mais presentes do que eles na maioria das atividades. Eu lembro que as principais atividades, os primeiros projetos foram as mulheres que tiveram acesso (Ana Roberta Duarte Piancó).

O trabalho de organizar o Assentamento para se ter um ambiente produtivo que pudesse ser viável para aqueles trabalhadores, se deu através da organização interna e de parcerias externas. O primeiro grupo que se formou, anterior a própria organização da Associação de Moradores do 10 de Abril, foi a organização do grupo de mulheres.

Antes você num conhecia nada, num participava das coisa, né! Ai depois que eu cheguei aqui, participei de muita reunião e encontro, em Fortaleza, Canindé, um

monte de canto, Icó, conheci esse cantos tudo, né!, Que agente vai participar, trocar experiência com outros assentamento, o assentamento vitória também, que fica perto de Fortaelza, a gente já foi passar uns dias lá, Papiuna, a gente já passou uns dias, assim trocando experiência, muitos assentamentos, o Chico Mendes, no Icó, e outros que agente já participou, eu mermo já fui pra muitos, por isso que eu digo que eu mudei muito, por que na época que a gente morava fora, sem ser aqui, a gente não tinha esse conhecimento (Senhora Z)

O MST possui um direcionamento político em que no seu processo organizativo a formação de base e o fortalecimento de mulheres é fundamental para a participação e construção desse projeto de trabalho coletivo. As experiências de quebra da ordem das relações sociais de sexos, onde as mulheres estiveram transitando por outros espaços que não foram os historicamente preestabelecidos, coloca para a organização dos trabalhadores que “são as mulheres aquelas que mais se beneficiaram do trânsito no espaço político e dessa desestabilização de papéis tradicionalmente construídos para os dois gêneros. Exercitam a fala, o pensar, conhecem pessoas” (ESMERALDO, 2006, p. 101).

A primeira atividade produtiva do Assentamento se deu por um projeto direcionado ao Assentamento através do grupo de mulheres, que era a criação de gado. Contrapondo-se às ideologias e os estereótipos, as mulheres do 10 de Abril foram as pioneiras no desenvolvimento de uma atividade produtiva no Assentamento.

Foi comprado os projetos pelo grupo de mulher. Compraram as vacas, e o pessoal dizia “vai botar aonde”, aí foi falado, não sei de quem foi a fala “aqui nós tem terra, aqui nós precisa”. Por que as vacas? Nóstava com bastante, se não me engano, tinha 32 crianças na faixa de doze abaixo, era muita criança e nós temos que ter gado pra dar leite. E quem é que vai cuidar? Eu sei que a maioria era as mulheres. Nóiscuidamo. Como é que nós vamos cuidar? Dá um jeito. Eu sei que conseguiram, eu admirei muito essa luta pela essas vacas que conseguiram, depois foi comprado mais vaca no projeto, aí compraram também umas cabras que veio um projeto da Alemanha, que veio conversar que dava certo aqui, que essa terra dava certo. Eu não entrei não, porque eu não sei lidar com animal não, mas eu via minha mãe, essas mulher que tão aqui tudinho, essas que tão, tinha o dia de limpar o aprisco lá em cima, tinha os bode, esses bode davam trabalho e também a criação, quando passou dos três mês pra frente era lindo a criação, lindo mesmo, era bem gordinho, limpinho, elas tinham um processo de não usar veneno, era tudo da base da terra mesmo que pegava e colocava. Eu sei que o pessoal lá admirava mesmo, eu admirei a obra que foi feito desse aprisco das cabras lá e esse projeto não foi pra frente. Mas encadeou a coragem pra que os homens, a associação se interessasse, o próprio governo e os políticos que diziam que não dava certo meter confiança. Eu na época era secretária da associação e foi escolhido o presidente mais três pessoas pra ir pra Brasília representar o projeto do 10 de Abril que foi destaque, comprou os animais através do grupo de mulher, prestou conta ao banco, ficou com crédito no banco, eu me lembro da fala “e agora, as mulher vai ter que ir, e agora como é que vai ser?”. “A mesma coisa, você aqui, nós somos tudo irmão, se você for companheira dessa mulher aqui, essa companheira aqui vai ter o mesmo respeito, vai ser todo mundo igual (Senhora E)

Posterior à compra das vacas, as mulheres conseguiram outro projeto de uma ONG alemã, a partir do direcionamento da ACB, para construção do aprisco e criação de

ovelhas. Essas 23 mulheres – mais da metade das mulheres do Assentamento – vinham ganhando referencia na organização e no desenvolvimento de atividades produtivas.

Era uma ONG que tem a ACB que é onde hoje tem a feira, que lá eles acompanharam nós desde a ocupação e pela organização que nós tinha, eles viram esse projeto de lá e achou que dava certo com nós aqui, que era parecido. Era Socorro, Batista, esse povo. Aí eles trouxeram pra nós. Aí veio, aí esse projeto era pouco dinheiro, mas como eles souberam administrar junto com a gente, nós fizemos o primeiro aqude, compremo essas cinco cabeça de gado e fizemos uma bodega comunitária, com esse dinheiro (Senhora A)

Os conflitos internos do Assentamento foram sendo expostos de diversas formas: a ideologia que prega uma diferenciação entre trabalho de homem e trabalho de mulher na prática cotidiana do desenvolvimento das atividades; a imposição da vontade dos homens na produção e sobre os corpos das mulheres; violência doméstica.

Não podemos também afirmar que todas as mulheres se livraram das “amarras” das relações desiguais, pois esta é uma face constituinte da sociedade capitalista e o assentamento é um projeto inserido nesse contexto social. As histórias de conflitos por conta das atividades, da publicidade dos trabalhos para a organização do Assentamento – da chegada das mulheres a esse espaço estranhado – são diversas.

Impedir que as companheiras participem das reuniões do grupo de mulheres, ir contra suas ideias ou persuadir suas companheiras a seguir suas ideias, defender o trabalho doméstico como o trabalho de mulheres, reconhecer a importância das mulheres na luta, desde que não deixem de fazer o trabalho doméstico, a violência psíquica e física aparecem numa diversidade de formas. As transcrições que se seguem demonstram parte das relações que as mulheres se inserem na luta política cotidiana.

4.1 “Tem mulher usando espora⁴⁶”

4.1.1 – Senhora A

“As mulheres, eram 23 mulheres e nós entremo em conflito com os próprios assentados. Começaram vindo que as mulheres tavam tomando... o primeiro projeto foi delas e eu não sei se eram todos homens, eu sei que tudo entrou porque eles faziam a reunião deles, pra fazer o planejamento deles e nós começemo a trabalhar aqui, plantando muita batata, macaxeira, arroz, jerimum, só que a ACB não tinha essa feira, nós não sabia como fazer gerar dinheiro. Aí o que era

⁴⁶Essa frase foi utilizada por um dos homens moradores do assentamento, ao se referir as mulheres, nas pesquisas do IDACE.

que nós fazia, nós arrancava e despachava pra todas casas das mulher que trabalhava, saia dividindo de acordo com o trabalho porque nós tinha um coletivo aqui, que era assim, dividia as coisas de acordo com o trabalho. Se fosse partir as coisas no dia trinta no mês, se você tivesse naquele mês dois dias e eu tivesse só meio dia, eu só ia receber meio dia e você ia receber seus três dias. Assim nós fazia pra partir as coisas lá. Os homens começou a crescendo o olho que nós fomos já arrumando coisa pra partir e eles como não tinha esse planejamento, se juntou um grupo de homem minha filha, nós tinha o planejamento que todo domingo a gente se sentava pra fazer o planejamento do trabalho, e os homem também se sentava pra fazer o dele, só que o raciocínio dele era diferente que o das mulher, as mulher tem o pensamento de melhorar mais, de crescer mais, aí os homem foram vendo que nós ia... se eles não atrapalhassem, nós tava crescendo mais do que eles, né? Nesse dia que nós fizemo o planejamento, as mulher dos homem acho que chegaram em casa dizendo o planejamento, se juntou acho que de 15 a 20 homem, não sei, sei que as 23 mulher tava lá tudo de enxada na mão, menina, e foi uma guerra feia quando eles chegaram lá. Nós trabalhando, e os homem chegaram lá e emendavam enxada contra as mulher, e puxava pra lá e puxava pra cá e foi uma briga medonha. O presidente ainda era o primeiro que tinha entrado ou era o segundo ainda, Pedro Crispim, muito compridão, não tinha carne, não tinha nada, só osso, mas era muito atrevido. E nós dizia "Pedro vai caçar outro trabalho que aqui é o nosso, que tu vai perder essa guerra, vai caçar outro trabalho". E ele "mas menina, não perde não". "Pedro, tu vai perder", "se eu perder uma luta dessa eu danço uma mazurca no meio do barracão vestido de saia", foi uma briga feia. Se juntou duas menina que tinha aqui que era Tereza e outra que tá em São Paulo e pegaram um carro e foram chamar a ACB. A ACB veio e aí foram fazer reunião por cima de reunião e quem tava certo, quem tava errado... nesse meio nós ganhemo e aí o menino da ACB ainda fizeram... não deixaram nós vestir a saia, era pra ele ter dançado de saia, o certo era aquilo, ele não disse que vestia se perdesse? Ele não perdeu? Era pra ele dançar é de saia. Ainda hoje tenho raiva que ele não dançou vestido na saia."

"o grupo de mulheres tava se mantendo em pé até...eu sei que nós vendemos as criação e compremo o gado, aumentemo o gado, nós tinha de doze cabeça pra lá de gado. Aí começou um conflito de novo entre os homem e as mulher.

Aí começou a briga, não era só os homem. Tinha mulher contra mulher. Tinha uma mulher que toda semana fazia reunião. Ou nós vendia o gado, ou a associação ia tomar. Nesse tempo ela era presidente. Aí a mulher disse "vocês vão passar o gado pros homem, pra associação ou vocês vão cuidar?", "não vocês dividem uma manguinha e vamo cuidar", "não, tem que passar é pra associação". Pra associação não ficar com o gado, que já tinha gado, muito, a associação nesse tempo tinha muito gado. Aí nós resolvemos vender o gado. Aí, desse tempo pra cá, eu mesmo fui duas, não nego, eu acabei o gosto que eu tinha de ter grupo de mulher, sei que o grupo de mulher é muito importante, mas a gente sofreu tanto pra chegar aonde tava e a mulher fazer, acabar o grupo, até que nós chegamo a posição de vender nosso gado todinho. O único recurso que tinha era o gado.

porque diz que as mulher não trabalhava, não conhecia mulher com enxada na mão ou com foice, não via mulher pregando arame, não via mulher fazendo não sei o que, foi tanta coisa que eu não quero nem saber essa guerra. Eu sei que fındou nós acabando com o gado, eu mesmo cheguei a chorar, eu fiquei com muito desgosto porque nós sofremo muito pra chegar onde tava e ser obrigada a acabar. E o grupo de mulher acabou, de lá pra cá não teve mais grupo de mulher, não teve mais reunião de mulher, não teve mais nada. Tem reunião das mulher, mas um grupão só que é da associação. Mas pra dizer que tem um grupo de mulher, não se criou mais. Nós pelejemo, perdemo os gosto."

Podemos notar nas palavras da Senhora A o momento de um conflito entre homens e mulheres e mulheres e mulheres, sobre o desenvolvimento de uma questão

produtiva do Assentamento. A discussão sobre a criação do gado que o grupo de mulheres possuía se encontra no âmbito político, na organização produtiva do Assentamento, se questiona o domínio do trabalho da pecuária, entre o grupo de mulheres e a associação de moradores do Assentamento. Sem dúvida poderia ter uma discussão política sobre a temática, porém podemos notar que atrelado a esse debate temos a utilização da desqualificação do trabalho das mulheres e na imposição de uma divisão sexual do trabalho, como percebemos no trecho: “não conhecia mulher de enxada na mão ou com foice, não via pregando arame”.

4.1.2 – Senhora E

Meus pais eles orientaram, meu pai é agricultor, sempre trabalhou na roça e ele sempre incentivava, minha mãe também. Eu percebia mesmo que diante dos relatos, as mulheres sempre tinham um destaque. Quando falava, quando pedia a palavra, “não, eu quero falar, minha fala tá inscrita aí”. Isso eu percebi muito, muito mesmo. Eu depois que comecei a participar do Movimento Sem Terra e de participar de encontros sobre as mulheres, cheguei aqui e planejamos juntos e a gente fez uma peça das Margaridas e serviu de gozação. Depois eu me prontifiquei e disse que era preciso que respeitassem, assim como são as mulheres aí da mídia dança e faz aquilo, nós também tinha valor e era preciso que respeitassem. Ainda nós dizia “somos tão bonitas as feitiças, dançando agora somos companheiras” e nós dançava, aquela alegria, senhora de terceira idade dançando e eles não gostaram. Depois, quando eles tomaram posição, até meu marido mesmo disse “eu nunca vi na terra pessoas pra ter palavras e ter garra que nem vocês, mas também eu acredito, eu acredito que nós somos capazes”. Ainda hoje me dói essa frase, que eu ouvi dele e de muitos. Se nós tivesse condição, se o governo olhasse pra nós, nós tinha quadra de esporte, nós tinha um assentamento cheio de árvore, cheio de fruta e a gente via que não era todos que tinham esse pensamento, mas uns que já vinham sem essa cultura, mas não é por isso que nós desistimos não. Conseguimos, e ainda hoje nós vamos pras assembleias, conversamos, vamos pra encontro e eu to feliz por estar aqui, só que a falta de consciência faz com que a organização caia.

O MST possui como estratégia de formação e afirmação da história de luta, o reconhecimento de sua luta e de seus lutadores. No depoimento da Senhora E, nota-se que o reconhecimento da história de Margarida Alves, uma mulher que esteve à frente das lutas dos trabalhadores, é um forma de um grande exemplo de força e luta para as mulheres.

A participação das mulheres nos encontros do MST e de seus parceiros, são espaços que fortalecem e formam estas mulheres que enfrentam no dia a dia a desqualificação, nas disputas cotidianas da organização e desenvolvimento do assentamento.

4.1.3 – Senhora Z

Teve, mas não muita violência assim. Mas tem, sempre tem, de os cabra pegar as mulher, bater. Não matou, graças a Deus, isso não aconteceu não. Mas de cabra

pegar a mulher e bater, tem minha filha. Por ciúme. Não deixa a mulher participar, tem mulher aqui ainda que não pode participar mais nós. Os marido não deixa.

4.2 Conflitos no Assentamento e a Ação das Instituições

No trilho dos fatos históricos que marcam a sociedade em sua totalidade e da particularidade da construção do Assentamento 10 de Abril, temos um conjunto de relações complexas que se relacionam de forma dialética do global ao local. Nesse sentido, entender as relações que se instituíram no Assentamento e suas mudanças com o tempo nos trouxe a uma temática que em geral não é fácil de ser tratada: os conflitos entre homens e mulheres da mesma classe que dividem o mesmo projeto social de reforma agrária.

Ao analisarmos o significado da palavra conflito no dicionário de português encontraremos a seguinte explicação “1 profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes” (HOUAISS e VILLAR, 2009, p. 520). Se tomarmos o seu significado literal para analisar as relações entre homens e mulheres no Assentamento, poderíamos chegar a conclusão, diante dos relatos dos subcapítulos anteriores, que de fato existe uma profunda falta de entendimento entre homens e mulheres. Será que são insuperáveis? Analisemos os conflitos e quais são suas faces.

As mudanças na divisão de tarefas no Assentamento após a aquisição da terra, das casas e do direito a usufruto da água, contraditoriamente a pauta de lutas do movimento, foi um dos grandes geradores dos conflitos. A organização do Assentamento, diferente do período anterior (acampamento) à divisão das terras e à chegada dos projetos de trabalho coletivo para geração de renda, colocam, por um lado, os trabalhadores em contato com uma terra individual para sua moradia e, por outro lado, com um trabalho comunitário e uma divisão coletiva de sua produção na terra coletiva.

Nesse sentido, temos dois espaços de socialização que se contrapõem no seu interior. Tem as casas com o ambiente particular, onde o poder de decisão é personificado no homem, e os espaços públicos, que são os territórios de produção e os espaços de decisões políticas. Com isso, os conflitos anteriormente relatados pelas mulheres demonstram uma quebra da ordem das coisas, um choque entre o que esses trabalhadores são formados e que eles podem se tornar.

Podemos perceber que as mulheres efetuaram diversas mudanças no pensar e agir, ocupando o protagonismo no Assentamento ao se colocarem à frente do desenvolvimento das atividades produtivas de geração de renda. A maior parte dessas mulheres não tinha contato

com nenhuma ação política, além do trabalho delas ser voltada para o âmbito doméstico, a mulher-mãe e a mulher-doméstica.

O trânsito dessas mulheres para esses espaços estranhados é uma grande mudança sobre as relações domésticas e públicas. A quebra da ideia patriarcal do homem como o único mentor que dita as ordens sobre a organização do lar foram parcialmente quebradas. Das 40 mulheres que chegaram ao Assentamento, 23 faziam parte do grupo de mulheres. Essas 23 mulheres organizavam as principais fontes de alimentação e renda para o Assentamento, que eram a produção de leite de vaca.

A geração de renda para essas mulheres e suas famílias se dava através de iniciativas de aplicação dos projetos em parcerias com ONG's nacionais e internacionais, além dos grupos de base da Igreja, no caso do 10 de Abril a ACB e a Caritas Diocesana do município do Crato. Esta realidade demonstra que não há uma política de reforma agrária voltada para o campesinato, e a nível da gestão interna dos assentamentos demonstra a perspectiva de tentar se reconstruir, a partir do trabalho coletivo e de mudança de pensamento quanto ao papel do assentamento no projeto de reforma agrária no Brasil.

Figura 10 – Feirinha da ACB, no município do Crato-CE



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Figura 11 – Assentada do 10 de Abril vendendo sua produção



Fonte: Trabalho de campo, 2016

Figura 12 – Desenho feito em uma parede no Assentamento 10 de abril



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

No geral, a reprodução dos modelos de família tradicional com seus papéis preestabelecidos é uma constante no movimento. Vale salientar que a participação das mulheres na produção não retira a sua “responsabilidade” social sobre o trabalho doméstico. No relato da senhora A, podemos identificar que a parcial mudança sobre modelo familiar tradicional causou incômodos nas relações de poder do masculino sobre o feminino.

Nos depoimentos, os argumentos utilizados pelos homens sobre o porquê de não aceitar as mulheres continuarem coordenando e cuidados da roça e do gado se encaixam na imposição dos papéis sociais preestabelecidos, em que as mulheres não podiam desenvolver os trabalhos braçais, como afirma no trecho:

“dizia que as mulher não trabalhava, não conhecia mulher com enxada na mão ou com foice, não via mulher pregando arame, não via mulher fazendo não sei o que, foi tanta coisa que eu não quero nem saber essa guerra. Eu sei que findou nós acabando com o gado, eu mesmo cheguei a chorar, eu fiquei com muito desgosto porque nós sofremo muito pra chegar onde tava e ser obrigada a acabar.”(Senhora A)

Conflito esse que perdurou até o trabalho com o gado acabar, por imposição da maior parte dos assentados e pelo entendimento das mulheres de atuar junto ao coletivo. Nesse embate, até mesmo parte das mulheres se voltaram contra o grupo de mulheres e em favor de seus companheiros. Por isso a afirmação de que as mudanças foram pontuais e parciais.

Segundo o último relatório do IDACE sobre o 10 de Abril, feito no ano 2000, as atividades que ainda havia no Assentamento se dividiam da seguinte forma:

Tabela 10 – Divisão de atividades produtivas por pessoas/sexo

ATIVIDADES	Nº DE PESSOAS	SEXO	
		M	F
Psicultura	12	12	x
Pecuária	08	08	x
Caprino	07	03	04
Agricultura Irrigada	16	11	05
Apicultura	03	02	01
Granja	01	01	0
Agricultura de Sequeiro	06	05	01
Comercialização	05	05	x
Promoção de Festas	16	10	06
Ovicultura	09	08	01
TOTAL	83	65	18

Fonte: Plano de Ação, IDACE, 2000.

Nota-se que a intervenção das mulheres aparece de maneira minoritária nessas atividades. Três fatores tiveram grande impacto nessa regressão na participação das mulheres nas atividades produtivas: o primeiro fator foi uma grande parte das mulheres, diante dos

conflitos com os homens do Assentamento, ter uma atitude de se colocarem ao lado deles na ideia de acabar com o trabalho do grupo de mulheres. O segundo fator é a diminuição da produção no Assentamento, que está ligada a falta de recursos técnicos e de infraestrutura para a produção. O terceiro fator é a perda da estrutura escolar, que as mulheres colocam como um grande auxílio para se ter mais tempo para participar de outras atividades enquanto as crianças estão na escola.

Outra faceta desse conflito foi a ridicularização das mulheres que participavam do momento festivo que exaltava a organização das mulheres e sua força, que tinha como tema uma mulher de grande força e importância, Margarida.

Diante da discussão dos conflitos do Assentamento, gostaria de abrir um parêntese sobre a temática da violência doméstica. A desigualdade entre homens e mulheres coloca as mulheres numa posição de subalternidade, em que seus corpos são entendidos como propriedade de seus maridos ou companheiros e que tem, na violência doméstica, a comprovação material dessa ideia.

Os dados de violência e de assassinatos da nossa sociedade são assustadores. Segundo o documento intitulado Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, do governo Dilma no ano de 2011, na:

Pesquisa realizada pela CONTAG (2008) revelou que 55.2% das entrevistadas sofreram algum tipo de violência – 20.4% declararam ter sofrido violência patrimonial; 27.3%, violência sexual; 51.9%, violência moral; 51.9%, violência física; 73.4%, violência psicológica; 27.6%, ameaça de morte; 11.9%, estupro marital; e 4.3%, cárcere privado. Sessenta e três por cento (63.6%) dos atos de violência foram cometidos pelos maridos e companheiros. (2011, p. 23)

Esta pesquisa não possui dados ou entrevistas que podemos afirmar essa face. Esta temática sempre é muito invasiva e delicada, já que se trata de um âmbito privado de grande fragilidade emocional. Não pretendemos com isso invisibilizar esta face. A violência doméstica pode ser considerada uma “epidemia” dentro desse modelo de sociedade que temos atualmente. Por isso, nos debruçaremos na análise dos conflitos que se manifestaram em ambiente público e nas políticas coletivas que foram tiradas sobre esses processos. Nesse sentido, voltemos aos conflitos que foram relatados.

Uma questão me parece bem interessante sobre a busca da resolução das problemáticas. No momento no embate na roça, que a senhora A intitula de “briga de foice”, a instituição que foi convocada para o diálogo entre as partes foi feita com a ACB e não o MST.

No Assentamento 10 de Abril, a intervenção de dirigentes do MST, na escala estadual, foi diminuindo com o passar dos anos. Segundo as entrevistas coletadas com os moradores, o seu contato com o MST é bem mais esporádico. Atualmente, quem mais possui articulação com o MST é o Grupo de Jovens que participa dos espaços de formação.

Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra possui diversos parceiros que colaboram na formação em diálogo com a Secretaria Estadual do MST do estado do Ceará. São eles o INEGRA, Terra Mar, Caritas Diocesana, ACB, Projetos de Extensão com universidades (URCA e UFCA).

Porém o acompanhamento do movimento sobre o desenvolvimento do Assentamento, no aspecto produtivo e político (formação) decaiu. A falta de assessoria técnica do Assentamento trouxe diversas problemáticas produtivas. Atualmente a maior parte da produção está sendo feita nos lotes individuais. Para além da produção a problemática política do movimento também se agravou. Segundo a atual Presidente da Associação de Moradores do 10 de Abril, a grande problemática que eles estão enfrentando é sobre o cercamento dos terrenos.

Nóistamo com um problema seríssimo dentro da comunidade e é bom que as pessoas tenham conhecimento. Nóistamo aqui com umas 10 a quinze famílias que já tem muito cercado grande, cercando o assentamento e a agente já tentou, já pelejei de toda forma pra nós acabar com esse individualismo e não cheguemo num acordo, não tem jeito. É você querendo acabar com um, outro já tem cercado ali

O Trabalho Coletivo está sendo feito a partir de uma única Mandala, onde é produzido grande quantidade de hortaliças que possuem venda pela feirinha Agroecológica a ACB, no município do Crato. Esse foi um do Projeto Solari, que foi feito via Cáritas diocesana, da qual foi direcionada ao grupo de jovens, que atualmente, é o único grupo organizado no Assentamento e com relação direta com as atividades desenvolvidas pelo MST.

Hoje o nosso trabalho é mais ligado à questão da juventude, mas assim, por exemplo, tem Dona Zezé, Cilene, que tá ainda, tem Dona Maria, Madalena, que é um grupo que assumiu esse trabalho com a juventude, o trabalho com a produção. E aí hoje eles estão concentrados na mandala, é uma renda e aí se você conversar com elas hoje, você vai ver que ao longo desses anos, não foi só o trabalho da Cáritas, ao longo dessa caminhada eles tem mudado essa prática, é uma nova visão do modo de produção com a agricultura, você vê que hoje eles não usam mais o veneno, o produto químico, adubos, aí você vê também uma melhoria na questão da renda, além de melhorar a qualidade de vida, também tem uma geração de renda (Cáritas Diocesana do Crato).

Atualmente o Assentamento possui uma diminuição produtiva de grande impacto. Não se tem dados atuais nos órgãos sobre a situação produtiva e de distribuição de renda no

Assentamento, porém o último relatório do IDACE, do ano 2000, afirma que a base da renda era ligada a agricultura e pecuária, produzindo uma renda mensal de 84 reais, porém havia uma necessidade de renda de 240,00 reais (Dois salários Mínimos naquele período). Os dados do Cadastro Único Municipal do ano de 2016 mostram que 128 pessoas do Assentamento 10 de Abril, são beneficiárias do programa do governo Federal, o Programa Bolsa Família. Além disso, os projetos que inicialmente eram para ser efetivados, não se firmaram. Da década de 1990 até os primeiros 10 anos dos anos 2000, havia escolas que atendiam do infantil até os jovens e adultos, rádio comunitária, ilha digital com computadores e acesso à internet. Atualmente todas as escolas que eram custeadas pelo governo municipal foram fechadas. Os alunos do Assentamento estão tendo que ir para as escolas do distrito vizinho, sem qualidade de transporte.

Um(a) criança bem pequenininha dentro de um ônibus velho, vai subindo ali, você pensa que é um bocado de lata arrastando no chão, da bateadeira que eles batem com um monte de criança pequena dentro. Menino a partir de cinco anos já tem que ir lá pra Vila Nova e Monte Alverne. (Senhora Z)

Figura 13 – Prédio da antiga creche e da ilha digital do Assentamento 10 de abril



Fonte: Patricia Amorin, 2010.

Figura 14 – Área produtiva da Mandala, via projeto SOLARIS



Fonte: Patricia Amorin, 2010.

O processo de construção e desenvolvimento dos assentamentos e o papel do sujeito político do MST na construção de um projeto de reforma agrária exercem um peso determinante sobre as cobranças a serem feitas aos governos. As problemáticas de gestão e consolidação de um projeto de reforma agrária, aqui expostas possuem dois constituintes: em primeiro lugar a pressão exercida pelo movimento sobre o Estado na aplicação do PNRA, entendendo que ter a posse de uma terra não basta para se ter uma produção que garanta a sustentabilidade familiar material, além das garantias básicas de educação e saúde. Em segundo lugar temos a falta da continuidade do trabalho de base com os sem-terras, na formação política dos trabalhadores.

4.3 Reforma Agrária e Emancipação das Mulheres

As problemáticas tratadas no desenvolver desta pesquisa, trazem um conjunto de apontamentos sobre um processo histórico da organização das mulheres no movimento social no campo. Além de questionamentos sobre qual o lugar das mulheres nessa teia de relações sociais e econômicas que constrói o espaço agrário brasileiro, com as particularidades do Nordeste brasileiro.

Trazer a análise sobre os problemas encarados pelo MST, a partir da experiência do Assentamento 10 de Abril e de suas mulheres, fomenta o entendimento sobre as complexa

relações sociais e principalmente busca contribuir para o entendimento do que se aproximou ou não, do projeto de Reforma Agrária, o MST nesse transcurso de quase 20 anos e o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

As relações de sexo/gênero e a reforma agrária se entrelaçam no espaço pelo trabalho. Uma como processo social/cultural que, pautado num conjunto de ideias, discriminam e inferiorizam as mulheres, atingindo o espaço econômico e colocando-as em grande desigualdade em relação aos homens, com salários inferiores ainda que desenvolvam o mesmo trabalho, com os piores postos de trabalho. A outra como conflito de classes que possuem suas determinações na estrutura social do capitalismo no campo. Entender essa relação nos ajuda na compreensão de que as contradições expostas demonstram a necessidade da desigualdade de sexo/gênero para o fortalecimento da classe trabalhadora na luta pela reforma agrária.

Essa luta pela terra no campo brasileiro se configura como o mais amplo espaço de resistência ao sistema capitalista e suas feições no espaço agrário brasileiro, altamente tecnificado e globalizado, o que alguns autores chamam de modernização conservadora, ou até mesmo modernização excludente (SAMPAIO e ELIAS, 2002).

O Plano Nacional de Reforma Agrária é uma pauta histórica reivindicada pelos movimentos sociais, na tentativa de voltar investimento público para o campesinato. Todos os planos encabeçados pelos governos até os dias atuais, não possuem uma prioridade sobre a temática da estrutura fundiária e soberania alimentar. No período de 1990 a 1994, com o Programa da Terra e o Programa Emergencial de Reforma Agrária no Brasil e o Plano Ceará Melhor, temos uma política de compra e venda de terras, aonde movimentam um mercado de terras, que não interfere na estrutura fundiária, fomentando desenvolvimento real para os trabalhadores e desconcentrando as terras. Segundo Alencar em suas análises sobre a implementação dos programas fundiários no Ceará, de 1970 – 2003 "a totalidade das políticas públicas dos governos federal e estadual representa 912 imóveis corresponde a apenas 0,67% dos imóveis rurais do Ceará, ocupam 1.155.323 há, o equivalente somente a 12,35% da área do estado e atenderam a 24,143 famílias" (2005, p. 275).

Comparando os dados a cima, com o índice de Gini do Censo Agropecuário de 2006/IBGE, notamos que no Ceará no último 35 anos aumentamos a concentração fundiária de 0,78 em 1970, para 0,85 em 2006. Confirmando assim que as políticas aplicadas não tiveram o impacto na estrutura fundiária, pois a política agrária nacional visa um modelo agrário agroexportador.

O II PNRA elaborado no ano de 2003 foi alvo de grandes disputas, pois se construiu num processo político social diferente de momentos anteriores no Brasil. O governo Lula (2002-2006/2007-2010) chegou ao poder levado pelas maiores organizações de trabalhadores do país, incluindo-se o MST, sendo desde o início, alvo de uma grande disputa de concepções sobre o espaço agrário. Segundo Ariovaldo Umbelino (2013, p. 02):

Uma delas vem da Secretaria Agrária do partido, que vê a reforma agrária como política social compensatória e auxiliar do Programa Fome Zero. Trata-se pois, da concepção de reforma agrária como política social, idêntica àquela praticada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A outra concepção de reforma agrária é àquela dos movimentos socioterritoriais, que vêem como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país.

A política aplicada pelo governo foi de continuidade do projeto de Reforma Agrária como política assistencialista para combater a pobreza. Não podemos aqui dizer que a continuidade foi de igual forma ao governo anterior. Os governos do PT são reivindicados por muitos movimentos pelas suas políticas de incentivo ao agricultor familiar, inclusive uma parte do MST. Tal afirmação se dá porque as pautas de mulheres possuíram alguns avanços sociais nesse governo: o lançamento de programas como o PRONAF Mulher, Bolsa Família e a Titulação da Terra para as mulheres são pautas que são consideradas avanços. Essas políticas fazem parte da continuidade da política mundial de criação de ações afirmativas para o fortalecimento das mulheres, além do avanço das pressões do movimento de mulheres sobre direitos civis. No ano de 2001, o Ministério de Desenvolvimento Agrário assume na IV Conferência Mundial sobre a Mulher compromisso que:

Institucionaliza o programa de Ações afirmativas com o objetivo de rever a adequação de critérios, resoluções e normas de funcionamento interno de todas as instituições que compõem o MDA, facilitando o acesso a beneficiárias finais à terra, ao crédito, à capacitação, à assistência técnica e à previdência social, e de garantir o acesso progressivo de no mínimo, 30% de mulheres em cargos de direção do DDA/INCRA até 2003. (MAGALHÃES, 2007, p.108)

Todas essas ações se configuram como meios de ter as mulheres nos espaços de decisões na esfera do Estado, como resposta aos movimentos sociais que reivindicam políticas voltadas para as mulheres, no campo. Como vimos anteriormente, a estratégia reivindicada pelo Movimento é de formação e incorporação das mulheres nos espaços de decisões, e com isso a pressão para que o Estado incorpore essa pauta e crie políticas que beneficiem esse setor da classe trabalhadora e se fortaleça.

Apesar disso o desenvolvimento das relações socioeconômicas na história são desiguais e combinadas (NOVACK, 2008). O avanço na representação e participação das

mulheres nos governos e de ações afirmativas, não significa que isso incorra em uma mudança estrutural da situação de pobreza que assola as mulheres do campo. As mudanças de natureza política do governo do PT, após chegada ao poder não se restringiram a ele. O posicionamento dos movimentos sociais quanto às exigências ao governo federal também se modificou.

A continuidade das políticas neoliberais por parte do governo de Luís Inácio Lula da Silva, causou o que alguns autores chamam de rebaixamento das pautas políticas (DRUCK, 2005), de modo que se deixou de lutar por pautas estruturais a longo prazo e se voltou a conseguir pequenas melhorias sem mudanças estruturais. A exemplo temos parte do próprio MST, que mesmo fazendo suas críticas e denúncias por não haver um projeto de reforma agrária, algumas de suas lideranças se colocaram ao lado de campanhas políticas e eleitorais para Luís Inácio Lula da Silva.

O processo de cooptação de lideranças dos movimentos foi um dos meios encontrados pelo Estado para implementar sua política e apaziguar os conflitos de classe. No caso das pautas de mulheres, existe uma discussão sobre o chamado processo de institucionalização⁴⁷, que podemos abranger para vários outros movimentos, que é o caso de se envolver com o Estado e ONG's para recebimento de financiamentos privados e públicos, o que arrefeceu a atuação do movimento, restringindo-a a pautas democrático-burguesas, esquecendo que:

A democracia burguesa é uma democracia feita de frases pomposas, de expressão altissonante, de promessas grandiloquentes, de belas palavras de ordem de liberdade e de igualdade, mas na realidade dissimula a falta de liberdade e de igualdade da mulher, a falta de liberdade e de igualdade dos trabalhadores e explorados (TOLLEDO, 2012, p. 122).

Todo esse conjunto de ações políticas deram resultado a programas correspondem a um fortalecimento das mulheres em se visualizarem em postos de decisão e de estar nos espaços de poder, que são historicamente estereotipados e determinado aos homens (Secretárias, Diretorias, Ministério federais). Porém a aplicação de uma política que modifique a estrutura fundiária excludente é que abre a possibilidade de modificar a vida das mulheres. Atender as necessidades de uma terra produtiva com geração de renda, escola para as crianças, postos de saúde, delegacia para todas as mulheres trabalhadoras do campo é que

⁴⁷ Nos anos de 1980 as lutas das mulheres e os movimentos sociais como um todo passa por uma forte influências global do projeto neoliberal que trouxe consigo a incorporação de pautas e pessoas do movimento, pelo Estado, bem como o recebimento de investimento de ONG'S ea Fundação Ford, como um dos exemplos. Para maior aprofundamento ler Uma história do feminismo no Brasil da autora Celí Regina Jardim Pinto.

pode fortalecer de fato as mulheres, ou seja, a efetivação de uma política real de reforma agrária.

A política agrária excludente que não possui uma distribuição de terras e um projeto de soberania alimentar se expressa desde a divisão dos ministérios e se materializa nos investimentos voltados para cada setor do campo. No último Plano Safra para agricultura familiar, foram liberados cerca de 30 bilhões de reais, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA⁴⁸, enquanto foi liberado no Plano Agrícola e Pecuário do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA⁴⁹, foi destinado 202.88 bilhões de reais. Uma diferença de 172.88 bilhões de reais.

Nesse contexto a maior parte dos camponeses continua resistindo, seja na busca pela terra de trabalho, seja tentando sobreviver nos assentamentos, com projetos temporários e sem políticas de incentivo a agricultura camponesa.

É preciso afirmar que apenas resistir não é o suficiente. É apenas o princípio da mudança. A luta que as mulheres do 10 de abril desempenharam na organização coletiva do Assentamento, nos cuidados com as crianças, no trabalho de educar, na prática agrícola sem utilização de agrotóxicos, são exemplos de resistências. É a esperança de viver em um mundo melhor. Pensar maneiras de combater o capital agrário e organizar os trabalhadores para mudar essa realidade de opressão e exploração é o grande papel histórico do MST e seus parceiros, enquanto sujeitos políticos.

A reforma agrária não está fora de moda, nunca esteve num país que nasce da concentração fundiária. Reforma agrária é sinônimo de uma nova organização do espaço agrário, como processo e lugar que garanta a possibilidade de emancipação dos trabalhadores, com qualidade de vida e cuidado ambiental. Reafirmamos isso, pois o estudo do Assentamento 10 de Abril nos trouxe apontamentos sobre o projeto de reforma agrária do Estado, que significa não ter reforma agrária:

Mais do que sobrevivência, essas populações buscam sobreviver com dignidade, com base num modo de vida peculiar que é a economia familiar. Com base na não dispersão da família e na esperança de assegurar um futuro aos filhos. Estamos portanto, falando em populações que lutam por um projeto de vida e não de populações que lutam apenas por sobrevivência (MARTINS, 2011)

⁴⁸ Para mais informações acessar <http://www.mda.gov.br/>

⁴⁹ Para ter mais informações acessar <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade>

Nessa perspectiva, para a experiência das mulheres, a reforma agrária abre a possibilidade de uma mudança estrutural paralela a uma mudança das relações de sexo/gênero, que colocam a mulheres em situação de vulnerabilidade e pobreza.

A experiência do 10 de Abril com os projetos de reforma agrária do I° PNRA e do II° PNRA, expõe a falta de prioridade do Estado e seus governos com esta causa, pois não se trata de mudar a estrutura fundiária e o espaço agrário, trata-se somente de implementar políticas assistencialistas direcionadas pelas políticas de combate a pobreza e a fome.

As mulheres que lutaram e trabalharam no 10 de Abril são um reflexo da possibilidade de trabalho coletivo dos trabalhadores e da grandiosidade a que se pode chegar, porém há que se admitir que as problemáticas de cunho político encaradas pelo próprio movimento em reconhecer a atualidade da discussão e formação sobre a desigualdade das mulheres, é um obstáculo a ser superado no âmbito da construção interna do MST. Não podemos combater o modelo capitalista no campo, sem desconstruir suas inverdades sobre a organização espacial e hierarquização da sociedade por classe, raça, e gênero.

Também não podemos deixar de explicar que essa luta só poderá ser materializada em novas relações espaciais e em seus lugares, se houver uma mudança estrutural do espaço agrário, onde o assentamento possua autonomia produtiva, e não definham ou se submetam aos monopólios do mercado do *agrobusiness*. Não se pode pensar em emancipação das mulheres, separando-as da classe trabalhadora, separando-a da luta por uma real reforma agrária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a realidade do espaço agrário brasileiro sempre atravessa muita complexidade. Este espaço foi construído, pensado e vivido, historicamente. Assim a ação dos sujeitos sociais e políticos que constroem essa história são os que podem permanecer na situação atual das relações espaciais no campo ou podem modificar essa realidade.

A história é resultado do trabalho de homens e mulheres que são esses sujeitos, porém identificamos que historicamente a situação de desigualdade, subalternidade e violência sofrida por parte desses sujeitos, as mulheres, possui uma fundamentação material e cultural para a produção desse espaço capitalista onde nos situamos, de modo que na divisão sexual do trabalho ainda se mantêm as diferenciações entre o âmbito privado, tido como feminino e o âmbito público, tido como masculino.

Melhores condições de vida e o direito ao que é produzido na sua própria terra a partir de sua própria força de trabalho, é o mínimo para aqueles que dedicam sua vida a própria sobrevivência. Frente a uma histórica desigualdade social no campo, em que mesmo com as mudanças das relações de trabalho e o amadurecimento do capitalismo no Brasil, ainda é marcante a atual estrutura fundiária concentrada e o nível altíssimo de exploração dos trabalhadores. A reforma agrária no Brasil é uma pauta antes de tudo humana, pois está a serviço de milhares de pessoas em busca do direito a alimentação e vida dignas.

O encontro que tive com a realidade do Assentamento 10 de abril trouxe inquietações de como uma luta tão coletiva e necessária pode ser prejudicada e difícil, além do que já é, para uma parcela dos sujeitos sociais que a constroem: a classe trabalhadora, do campo ou o campesinato.

A organização dos movimentos sociais no campo, em especial o processo de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do final dos anos de 1980 até os dias atuais, é um marco no processo de inserção da discussão das pautas específicas das mulheres em um movimento popular que possui pautas gerais. Nesse sentido a inserção das mulheres no Movimento coloca em transparência mais uma face das contradições do movimento, que é a busca por igualdade entre os sujeitos nos espaços políticos.

Nesse sentido o processo de territorialização e espacialização dos Sem Terra está baseado na construção de novas relações de identidade com a terra e com as pessoas que a constroem.

As mulheres trabalhadoras do Assentamento 10 de Abril que todos os dias acordam para trabalhar, conversar, pensar, lutar, sorrir e chorar, são sujeitos que constroem a história. Além de encarar uma luta coletiva pela reforma agrária, enfrenta uma dupla jornada de luta: a luta para se inserir nas decisões coletivas e pelo reconhecimento de seu trabalho e de suas pautas.

As motivações que levam os trabalhadores a se organizarem numa luta coletiva no MST é a busca pela melhoria das condições de vida. Para as mulheres, essa luta toma feições da melhor possibilidade de reprodução familiar. A terra significa para as mulheres o meio de alimentar, cuidar, e ter condições de criar os seus filhos.

As táticas de ocupação e formação de acampamentos utilizadas pelo MST se configura como um meio de luta pela terra e de um momento transitório em que a divisão de trabalho é coletivizada e abre um espaço formador em que os sujeitos se percebem partes de um coletivo e as mulheres, nesse contexto, se inserem em espaços estranhados, que anteriormente eram apenas de seus pais, maridos, irmão, filhos, etc. Para as mulheres do 10 de Abril a experiência é muito mais complexa do que é para os homens que já lidam com esses espaços públicos. Elas percebem a si, como seu trabalho constrói o coletivo, que elas não são um apêndice dos homens a seu redor. As experiências do grupo de mulheres após a aquisição da terra é uma comprovação de como o projeto de produção coletiva, proposto pelo movimento, é assimilado pelas mulheres na busca por tornar aquele Assentamento um lugar produtivo e bom para se viver.

Os conflitos entre os homens e mulheres no Assentamento se inserem como um ponto que interfere na organização dos trabalhadores e na união coletiva nesse projeto, porém não é o motivo determinante que responsabiliza a deficiência encarada pelo Assentamento 10 de Abril, em não suprir as necessidades básicas. A maior parte das deficiências estão situadas na fragilidade ou ausência de acompanhamento técnico sobre a produção, que se encaixa numa problemática política nacional, que é a preferência política do Estado e seus governos por investir no modelo de uma agricultura de mercado, o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar e da soberania alimentar.

A inserção das mulheres no Movimento traz consigo um olhar sobre a organização para o movimento que é de grande contribuição para se entender como o projeto de reforma agrária é superior ao atual modelo de posse da terra. A espacialização do movimento, em buscar construir novas relações no campesinato brasileiro, se materializa nos aspectos do trabalho coletivo, nas decisões coletivas sobre a política de Assentamento, sobre

repensar a divisão sexual do trabalho e produção agroecológica, buscando novas formas de pensar e organizar aquele território que se contrapõe a uma lógica de homogeneização do espaço agrário pelo mercado.

Com isso, coloca-se um ponto central para a modificação dessa realidade estudada, a saber, os conflitos entre os homens e mulheres no assentamento 10 de abril são marcados pela cultura machista, que deve ser combatida para se ter um fortalecimento coletivo da classe para a sua emancipação. Porém, cabe aqui afirmar que a estratégia utilizadas pelo movimento e por parte dos governos, que consiste na incorporação de mulheres em postos centrais de decisão, até fortalecem as mulheres em se perceberem aptas a estar nesses locais como sujeitos políticos pensantes, mas não é a forma mais eficaz de se conquistar a libertação das mulheres.

Não podemos pensar na emancipação das mulheres dissociada da emancipação da classe trabalhadora. A compreensão de que este modelo do espaço capitalista utiliza as diferenças e as transforma em desigualdades para satisfazer sua necessidade vital de acumulação de capital, legitimada pelas instituições estatais, com uma desigualdade de direitos civis e acesso a esses direitos, nos leva a conclusões.

A necessidade de se ter uma política nacional de reforma agrária que garanta uma verdadeira redistribuição de terras para os trabalhadores, que modifique a estrutura fundiária vigente e que garanta uma mudança de projeto de produção para o espaço agrário, permitindo a todos dispor de terra e condições de produção com desenvolvimento cultural e educacional, é o que pode garantir a possibilidade de uma verdadeira emancipação das mulheres e de todos os trabalhadores.

“Realizaron la labor de desunir nuestras manos
Y a pesar de ser hermanos nos miramos con temor
Cuando pasaron los años se acumularon rencores
Se olvidaron los amores, parecíamos extraños
Qué distancia tan sufrida, que mundo tan separado
Jamás hubiera encontrado sin aportar nuevas vidas
Esclavo por una parte, servil criado por la otra
Es lo primero que nota el último en desatarse “

(Cacion Por la Unidad Latinoamericana – Pablo Milanés)

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. **A invenção do nordeste**. São Paulo-SP, Cortez Editora, 1996.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos: a gestão de assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- _____. **MST 20 Ceará - 20 anos de marcha**. Mercator, v.9, nº 20, 2010.
- _____. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Tese (Doutorado) em Sociologia, fortaleza, UFC, 2005.
- ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo, **Revista Outubro**, Ed. 23, 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/>>. Acesso em: 04 abr. de 2017.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luis Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos/planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CALIXÉ, Carlos Rafael Vieira; HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). **Negros no Ceará: história, memória e etnicidade**. Fortaleza-CE: Museu do Ceará/Secult/Imopec, 2009.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962 – 1985 – camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; ARAGÃO, Lúcia Maria Paixão; PINHEIRO, Margarida Maria de Souza. **Ceará no feminino: condições de vida da mulher na zona rural**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2003.
- ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; (Org.) SALES, Celecina de Maria Veras Sales; AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **Terra, sujeitos e condição agrária**. Fortaleza-CE: Imprensa Universitária, 2007.
- _____. **Mulher rural no Brasil: Estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política**, Revista Latinoamericana, PACARINA, Ed. 2, 2011.
- _____. **O MST sob o signo de uma economia subjetiva o assentamento José Lourenço. 2004**. Tese (Doutorado em Sociologia), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

- _____. **Ressignificações do feminino e da política em práticas de mulheres assentadas.** VALE, Alexandre Fleming Câmara; PAIVA, Antônio Cristian Saráiva (Org). In: *Estilística da sexualidade*. Fortaleza: Pontes, 2006.
- ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- FALCI, MiridanKnox; DEL PRIORE, Mary.(Org.). **História das Mulheres no/na Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. Fortaleza: Coedição Secult/Edições URCA. Edições UFC, 2010.
- FUNES, Eurípedes Antônio; SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.
- GARCÍA FRANCO, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.
- GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher, estado e revolução: política familiar e vida social das soviéticas, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GERMER, Claus; STÉDILE, Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- GORGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica a reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. A Geografia do ethos capitalista no cariri cearense. **Cadernos do CEAS: revista crítica de humanidades**, 2006. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/169>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Espaço da Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguêsa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da Rede Urbana Cearense**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, pp. 77-102, 2009.

KOLANTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 3ª Ed. – Campinas – SP, Papirus, 1993.

LÖWY, Michel. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MAFEI, Maristela. **Sangue na terra: a luta das mulheres**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MIRLA, Cirne. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: Santos, Milton (Org.) **Novos Rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST, **Jornal do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra**. Ano V, 1986. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=367&pesq=>>>. Acesso em: 21 out. 2016.

_____. **Terra não se ganha, terra se conquista**. Cartilha nº 9, 1986.

_____. **A questão da mulher no MST**. Cartilha, 1996.

_____. **Reforma agrária e a sociedade brasileira**. Cartilha, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A participação do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no mundo**. Fortaleza: UFC, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

- OLIVEIRA, João César Abreu de. **Meio Ambiente e Educação Ambiental no MST: Representações sociais no assentamento 10 de Abril no município do Crato – Ceará.** 2008. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PIANCÓ, Ana R. D. **Ocupação da fazenda Caldeirão/Assentamento 10 de Abril.** Fortaleza: UECE, 1993.
- PINHEIRO, João Adriano. **Levantamento do solo e da vegetação do Assentamento 10 de Abril.** Crato: Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA, 1996.
- PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o cariri à época da usurpação militarista 1964-1985.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2010.
- READ, John. **Eu vi um novo mundo nascer, 1887 – 1920.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- REIS JR. Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho conflitos na segunda metade do século XIX.** 304f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2014.
- ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – Geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área da Ribeirão Preto-SP. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, nº 12, p. 7 – 28, São Paulo, 1998.
- SAFFIOTI, Heleieth. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B e VARGAS, Monica. Muñoz (org.). **Mulher Brasileira é assim.** Brasília: Rosa dos Tempos/ NIPAS-UNICEF, 1994.
- _____. **A mulher e as contradições do capitalismo agrário.** São Paulo: Perspectiva, 1983.
- _____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, 1969.** São Paulo: Expressão popular, 2013.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora USP, 2012.
- SILVA, Judson Jorge da. **Caldeirão e Assentamento 10 de abril: passado e presente da luta por terra no Cariri cearense.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, 2010.
- SILVA, Marlene Maria da. **A linha da subordinação: Trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano.** Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUSA, Célia Camelo de; CARVALHO, Lêda Vasconcelos. **Caldeirão: saberes e práticas educacionais.** Fortaleza: UFC, 2012.

SOUZA, Marcelo. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

TOLLEDO, Cecilia. **A mulher e a luta pelo socialismo – Clássicos do marxismo.** São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

THOMPSON, E.P. **Miséria da teoria: ou um planetário de erros.** São Paulo: Zahar, 2009.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ANEXOS A – MATÉRIA DE JORNAL DO MST SOBRE O RECONHECIMENTO
DAS MULHERES COMO TRABALHADORAS EM 1986

Mulher: profissão agricultora

Nesta página, veja como as agricultoras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul vão conquistando o direito de terem sua profissão reconhecida. Veja também como é a vida de uma jovem lavradora em uma área de conflito no interior da Paraíba.

Fonte: Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, 1986, p.18.



Profissão: **agricultora**. É assim que vai constar nos títulos eleitorais de mais de 40 mil trabalhadoras rurais do Oeste Catarinense e da região do Alto Uruguai gaúcho. Como o governo determinou que todo mundo tirasse título de eleitor novo, as trabalhadoras rurais foram até os juizes eleitorais de suas cidades e exigiram: "do lar, não. Somos agricultoras". Essa primeira conquista foi no mês de abril.

Muitos juizes, no início, não quiseram aceitar. Mas a pressão foi tanta que acabaram cedendo. E em mais de 40 municípios do Oeste Catarinense e do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, as "colonas" e as sem terra passaram a se alistar dando o nome certo de sua profissão. É assim, na prática, que as mulheres conquistam, aos poucos, mais uma reivindicação: a de que seja regulamentada a profissão de trabalhadora rural.

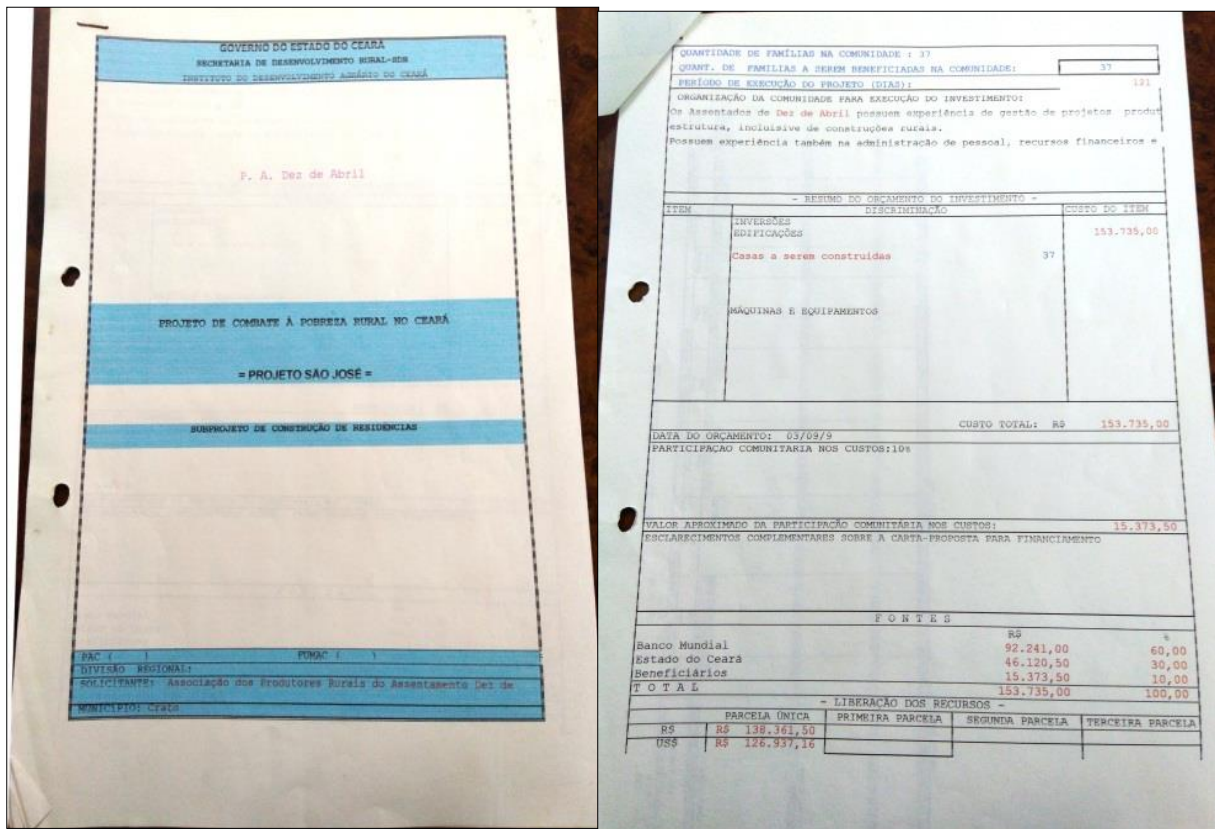
Ainda em abril, estas mulheres estiveram em Brasília para uma audiência com o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Mais de 80 ocuparam a sala do ministro exigindo aposentadoria aos 45 anos, com salário integral, e direito aos demais benefícios da previdência.

Atualmente, a mulher agricultora não tem direito à aposentadoria.

Só tem direito a receber a pensão do marido quando ele morre ou então esperar que chegue aos 75 anos para se aposentar por tempo de serviço e, assim mesmo, receber somente meio salário. Acontece que as trabalhadoras sabem que isso é conversa fiada, porque no campo, infelizmente, são poucos os que chegam a viver até essa idade.

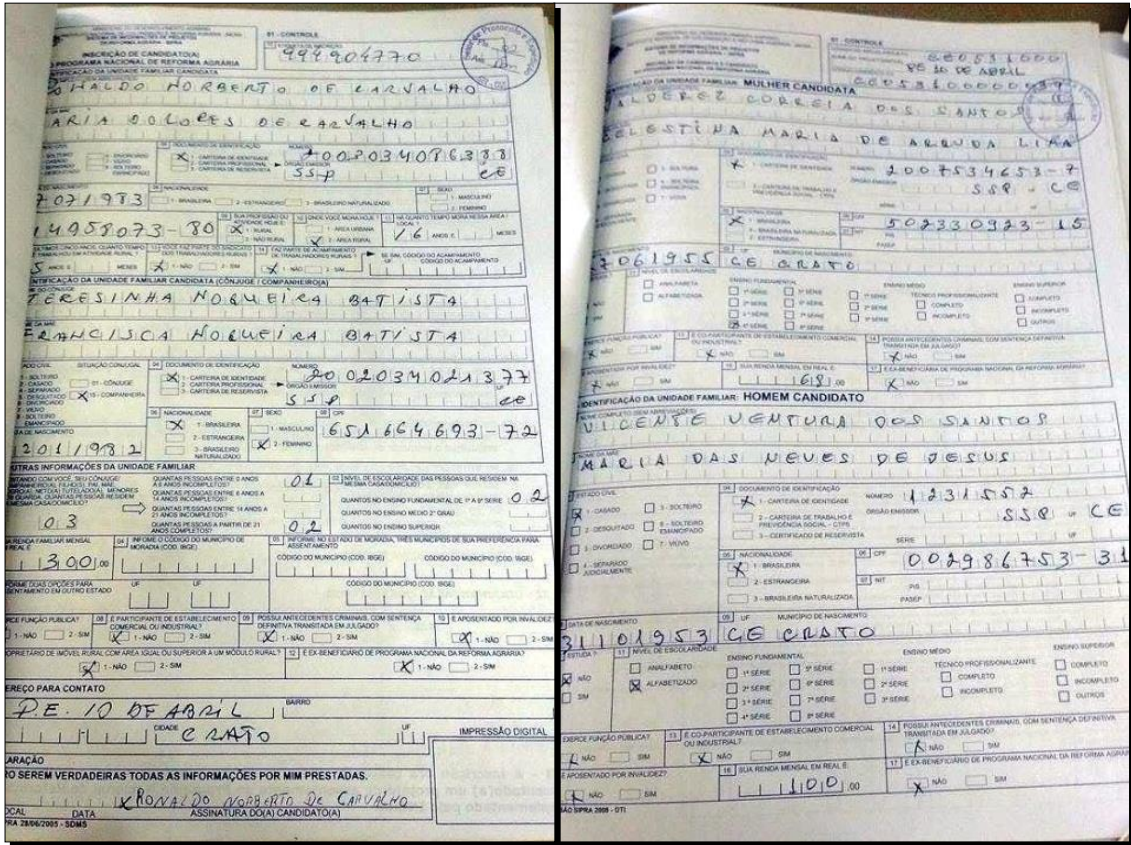
Fonte:Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, 1986, p.18.

ANEXO B – DOCUMENTOS DO PROJETO SÃO JOSÉ VINCULADO AO BANCO MUNDIAL PARA CONSTRUÇÃO DAS CASAS NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL



Fonte: IDACE, Pesquisa de Campo, Julho de 2016.

ANEXO C –FOLHAS DE CADASTRO DOS BENEFICIADOS PELA TERRA, EM ASSENTAMENTOS, ANTES E DEPOIS DA LEI QUE GARANTE ÀS MULHERES A POSSE DA TERRA



Fonte: INCRA, Pesquisa de Campo, julho de 2016.